

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

MARCIO ROGÉRIO KURZ

**PARTICIPAÇÃO DE IDOSAS E IDOSOS NO MERCADO DE
TRABALHO NO CONTEXTO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA
2014

MARCIO ROGÉRIO KURZ

**PARTICIPAÇÃO DE IDOSAS E IDOSOS NO MERCADO DE
TRABALHO NO CONTEXTO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Linha de Pesquisa: Tecnologia e Trabalho. Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nanci Stancki da Luz

CURITIBA
2014

Dedico este trabalho à minha doce Dulcinéia, esposa, companheira, amiga e solidária com quem compartilho a responsabilidade de propiciar orientação a duas figuraças, Giovani e Leonardo, frutos do nosso amor.

A minha mãe, Alice, idosa, que teve a difícil tarefa de ser pai e mãe simultaneamente para, na lida do dia-a-dia, prover sustento a quatro filhos.

Ao meu pai Jacob (em memória), polonês refugiado de guerra, quis o destino que jovem fosse arrancado de nossas vidas pela violência urbana e não pode ter o gosto de ser idoso e avô.

AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada árdua e gratificante não posso deixar de lembrar de muitos que contribuíram direta ou indiretamente com este estudo, meus sinceros agradecimentos:

Ao IBGE por propiciar o desenvolvimento de seus servidores.

À UTFPR pela manutenção do PPGTE, renomado, público, gratuito e de muita qualidade.

Às professoras e professores do PPGTE que contribuíram para o meu desenvolvimento com suas aulas, conversas e compartilhamentos de tanto saber.

Ao grupo de estudos GeTec pelo compartilhamento de conhecimentos.

À Prof.^a Dr.^a Anita Liberalesso Neri, ao Prof. Dr. Carlos Magno Andrioli Bittencourt e ao Prof. Dr. Mário Lopes Amorim pela disposição em contribuir com esta pesquisa, participando da Banca de Qualificação e da Banca de Defesa.

Um agradecimento muito especial à Professora Orientadora Dr.^a Nanci Stancki da Luz.

Aos colegas do PPGTE nas angústias e alegrias em sala de aula.

Aos familiares próximos nos revezamentos dos almoços de domingo, sempre apetecidos com um bom vinho, e nas discussões filosóficas da sociedade brasileira e mundial.

Uma sociedade para todas as idades possui metas para dar aos idosos a oportunidade de continuar contribuindo com a sociedade. Para trabalhar neste sentido é necessário remover tudo que representa exclusão e discriminação contra eles. (ONU, 2002).

A society for all ages encompasses the goal of providing older persons with the opportunity to continue contributing to society. To work towards this goal, it is necessary to remove whatever excludes or discriminates against them. (ONU, 2002).

Una sociedad para todas las edades incluye el objetivo de que las personas de edad tengan la oportunidad de seguir contribuyendo a la sociedad. Para trabajar en pro de la consecución de ese objetivo es necesario eliminar todos los factores excluyentes o discriminatorios en contra de esas personas. (ONU, 2002).

RESUMO

KURZ, Marcio Rogério. **Participação de idosas e idosos no mercado de trabalho no contexto da divisão sexual do trabalho**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

Um aspecto marcante das sociedades atuais é o acentuado crescimento previsto para a população idosa em todos os países, sobretudo nos países em desenvolvimento. Para o ano de 2050, indicadores oficiais apontam para 2 bilhões de idosos em todo o mundo, havendo, portanto, a necessidade de estímulo aos estudos sociais acerca da terceira idade, principalmente no contexto do Brasil. As mudanças na estrutura etária poderão causar implicações sociais, econômicas e ambientais, cuja investigação apontará caminhos e propostas de atuação. No Brasil as projeções do instituto oficial apontam para 35 milhões de idosas e idosos no ano de 2050. A idade pode afetar a contribuição ao trabalho, tanto a permanência da pessoa idosa em seu posto, sendo produtiva, quanto o seu retorno após a aposentadoria. A capacidade e o desejo das trabalhadoras e dos trabalhadores idosos em ficarem ativos tanto tempo quanto possível dependem do seu estado de saúde e das condições de trabalho propostas a este grupo social. Este estudo quantitativo, apoiado na estatística descritiva, busca analisar a inserção das idosas e dos idosos no mercado de trabalho internacional e brasileiro, identificando as principais naturezas jurídicas e ocupações, e analisa a participação das pessoas idosas no mercado de trabalho formal na cidade de Curitiba em diferentes graus de instrução. Os dados internacionais utilizados são da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os dados brasileiros são do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os principais resultados internacionais apontam aproximadamente 85 milhões de idosas e idosos no mercado de trabalho mundial, e quase 1,6 milhão de pessoas idosas desempregadas. Os principais resultados brasileiros indicam que, tanto na cidade de Curitiba quanto em âmbito nacional, os homens idosos predominam em quase todas as áreas analisadas e em quase todas as faixas salariais. As mulheres idosas concentram-se nas faixas de menor remuneração, com até um salário mínimo mensal.

Palavras-chave: Idosa. Idoso. Trabalho. Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

KURZ, Marcio Rogério. **Participation of Elderly in the labour market in the context of sexual division of labor.** 2014. 120 f. Dissertation (Master of Technology) - Postgraduate Program in Technology, Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2014.

A striking aspect of modern societies is the sharp growth forecast for the elderly population in all countries, especially in developing countries. For the year 2050, official indicators point to 2 billion older people around the world, and therefore there is a need to stimulate the social studies of the elderly, especially in the context of Brazil. Changes in age structure may cause social, economic and environmental implications, whose investigation will point paths and proposals for action. In Brazil the official institute's projections point to 35 million elderly in 2050. Age can affect the contribution to the work, both the permanence of the Elder in his position, being productive, as your return after retirement. The capacity and willingness of older workers become active as long as possible depend on your health status and working conditions proposed in this social group. This quantitative study, based on the descriptive statistics, seeks to analyze the integration of elderly in the international and Brazilian labor market, identifying the main legal nature and occupations, and analyzes the participation of older people in the formal labor market in the city of Curitiba at different levels of education. The international data are from the International Labour Organisation (ILO) and the Brazilian numbers are from the Ministry of Labour and Employment (MTE). The main international results indicate approximately 85 million elderly in the global labor market, and nearly 1.6 million unemployed older people. The main Brazilian results indicate that, both in the city of Curitiba as nationwide, elderly men predominate in almost all areas analyzed and in almost all salary ranges. Older women are concentrated in lower-paid groups, with up to a monthly minimum wage.

Keywords: Elderly. Labour. Sexual division of labor.

RESUMEN

KURZ, Marcio Rogério. **Participación de las personas mayores en el mercado de trabajo en el contexto de la división sexual del trabajo.** 2014. 120 f. Disertación (Maestría en Tecnología) - Programa de Posgrado en Tecnología de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná. Curitiba, 2014.

Un aspecto sorprendente de las sociedades modernas es la previsión de crecimiento sostenido de la población mayor en todos los países, especialmente en los países en desarrollo. Para el año 2050, los indicadores oficiales apuntan a 2 billones de personas mayores en todo el mundo, y por lo tanto hay una necesidad de estimular los estudios sociales de las personas mayores, sobre todo en el contexto de Brasil. Los cambios en la estructura de edad puede causar consecuencias sociales, económicas y ambientales, cuya investigación apuntará caminos y propuestas de acción. En Brasil las proyecciones del instituto oficial apuntan a 35 millones de personas de edad en 2050. La edad puede afectar a la contribución a la labor, tanto la permanencia del anciano en su posición, ser productivo, ya su vuelta después de la jubilación. La capacidad y la voluntad de los trabajadores de más edad se vuelven activas el mayor tiempo posible depende de su estado de salud y las condiciones de trabajo propuestos en este grupo social. Este estudio cuantitativo, basado en la estadística descriptiva, pretende analizar la integración de las personas mayores en el mercado internacional y brasileña de trabajo, determinando las principales naturaleza jurídica y ocupaciones, y analiza la participación de las personas mayores en el mercado laboral formal en la ciudad de Curitiba en diferentes niveles de la educación. Los datos internacionales utilizados son de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y los números brasileños son del Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE). Los principales resultados internacionales indican aproximadamente 85 millones de ancianos en el mercado laboral mundial, y casi 1,6 millones de personas de más edad en paro. Los principales resultados de Brasil indican que, tanto en la ciudad de Curitiba, como los hombres de edad avanzada en todo el país predominan en casi todas las áreas analizadas y en casi todos los rangos salariales. Las mujeres mayores se concentran en los grupos con salarios más bajos, con un máximo de un salario mínimo mensual.

Palabras-clave: Persona mayor. Trabajo. División sexual del trabajo.

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 - Expectativa de vida ao nascer por sexo, Mundo e Brasil (anos).....	30
TABELA 2.2 - Projeção da fecundidade total - Mundo e Brasil - 1950 a 2100 (criança por mulher)	35
TABELA 2.3 - Óbitos por sexo, situação do domicílio e grupo de idade - Brasil 2010	38
TABELA 2.4 - Óbitos p/Residência por sexo segundo faixa etária. Período: 2010	40
TABELA 2.5 - Evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil) - Brasil e grandes regiões – 1960-2010	41
TABELA 2.6 - Pessoas e brasileiros natos que residiam há menos de 10 anos ininterruptos na Unidade da Federação, por sexo e país de residência anterior.	42
TABELA 2.7 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31/07/2005, por sexo	44
TABELA 3.1 - Situação do domicílio particular, sexo e total de moradores Brasil – 2010	49
TABELA 3.2 - Aposentadoria emitidas pela Previdência Social - Brasil - Maio 2013	67
TABELA 3.3 - Idade média de concessão e quantidade de aposentadoria por tempo de contribuição concedidas por sexo - 2008-2012.....	67
TABELA 3.4 - Arrecadação, benefícios e resultado previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Brasil - Maio 2013 (em R\$ milhões)	68
TABELA 3.5 - Pessoas com 60 anos ou mais de idade, sexo e economicamente ativas. Brasil – 2010.....	69
TABELA 4.1 - Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes - Mundial – 2012	77
TABELA 4.2 - Pessoas 60+ anos por emprego e desemprego e sexo. 5 Continentes 2010.....	78

TABELA 4.3 -	Pessoas 60+ anos por países IDH, sexo e situação de emprego. 2010.....	80
TABELA 4.4 -	Pessoas 65+ anos por classificação IDH, países IDH, sexo, nível escolar e situação de emprego. 2010.....	82
TABELA 4.5 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo e faixa de renda. Brasil, 2011	84
TABELA 4.6 -	Mulheres com 60+ anos, natureza jurídica e faixa de renda. Brasil, 2011	86
TABELA 4.7 -	Pessoas com 60+ anos, setor de atividade, sexo e faixa salarial. Regiões do Brasil – 2011	87
TABELA 4.8 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo e faixa de renda. Paraná, 2011.....	90
TABELA 4.9 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo e faixa de renda. Região Metropolitana de Curitiba – 2011	91
TABELA 4.10 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e Curitiba, 2011.....	93
TABELA 4.11 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade. Curitiba, 2011.....	95
TABELA 4.12 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade. Curitiba, 2011.....	96
TABELA 4.13 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade. Curitiba, 2011.....	98
TABELA 4.14 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade. Curitiba, 2011.....	99
TABELA 4.15 -	Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade. Curitiba, 2011.....	101
TABELA 4.16 -	Pessoas com 60+ anos, natureza jurídica e sexo. As 10 maiores concentrações de idosas e idosos em Curitiba, 2011.	103
TABELA 4.17 -	Pessoas com 60+ anos, Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e sexo. As 10 maiores ocupações de idosas e idosos em Curitiba, 2011.	104

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1 - Projeção da População Mundial Total e Idosos (60+) - (em mil)	31
GRÁFICO 2.2 - Projeção da População Brasileira Total e Idosos (60+) - (em mil)	32
GRÁFICO 2.3 - Fecundidade mundial por regiões, 1950-2100.....	34
GRÁFICO 2.4 - Razão entre o número de óbitos masculino e feminino, segundo os grupos de idade da área urbana – Brasil – 2010.....	39

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 4.1 - Representação gráfica do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	72
-----------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
C&T	Ciência e Tecnologia
CONCLA	Comissão Nacional de Classificações
DCNT	Doenças Crônicas Não-Transmissíveis
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILO	International Labour Organization
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGTE	Programa de Pós-graduação em Tecnologia
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SBG	Sociedade Brasileira de Geriatria
SBGG	Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
UNICEF	United Nations Children's Fund
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	20
2.1 GERONTOLOGIA	20
2.2 CICLO DE VIDA	23
2.3 EXPECTATIVA DE VIDA	29
2.4 FECUNDIDADE	33
2.5 MORTALIDADE E MORTALIDADE INFANTIL.....	36
2.6 MIGRAÇÃO	41
2.7 CONSIDERAÇÕES.....	45
3 GÊNERO E TRABALHO	46
3.1 FEMINIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO	46
3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	50
3.3 TRABALHO.....	56
3.4 APOSENTADORIA.....	62
3.5 CONSIDERAÇÕES.....	70
4 A IDOSA E O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO	71
4.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	71
4.2 DADOS DA PESQUISA.....	73
4.3 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO NO MUNDO	78
4.4 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO NO BRASIL.....	83
4.5 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO NO PARANÁ.....	89
4.6 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	91
4.7 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO EM CURITIBA.....	93
4.8 CONSIDERAÇÕES.....	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	111

1 INTRODUÇÃO

Ora, sei de muitos que vivem sua velhice sem jeremiadas, aceitam alegremente estar liberados da carne e são respeitados pelos que os cercam. É portanto ao caráter de cada um, e não à velhice propriamente, que devemos imputar todas essas lamentações. Os velhos inteligentes, agradáveis e divertidos suportam facilmente a velhice, ao passo que a acrimônia, o temperamento triste e a rabugice são deploráveis em qualquer idade. (CÍCERO, 2006, p. 11).

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, a população mundial está envelhecendo rapidamente. Em poucos anos haverá mais pessoas acima de 60 anos do que crianças abaixo de 15. Este fenômeno não ocorrerá somente em países desenvolvidos, como Japão ou Estados Unidos, por exemplo. Os países de baixa ou média renda são os que mais rapidamente estão registrando este fato. Em 2050 serão mais de 2 bilhões de idosos no mundo todo, sendo que aproximadamente 80% deles estarão concentrados nos chamados países em desenvolvimento ou emergentes. (ONU, 2011).

Em 1872, quando foi realizado o primeiro recenseamento¹ no Brasil, a população era de 9.930.478 habitantes. Durante 138 anos a população cresceu quase 20 vezes, segundo apontam os resultados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, atingindo, em 2010, a marca de 190.755.799 habitantes. O IBGE aponta, também, o envelhecimento desta população, já que em 2010 o número de pessoas com 60 anos² ou mais chegou a 20.590.599. (IBGE, 2010).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, há 96 homens para cada 100 mulheres no Brasil. A diferença ocorre, segundo o IBGE, porque a taxa de mortalidade entre homens é superior, embora nasçam mais homens no país: a cada 205 nascimentos, 105 são de homens. (IBGE, 2010).

Com o avanço da Medicina e a melhora na qualidade de vida, as pessoas estão vivendo mais e melhor. O IBGE estima que em 2050 serão 172 idosos para

¹ Estatística administrativa, periódica, que consiste em determinar o número de habitantes de cada cidade, Estado ou de todo o país, com a qualificação completa de cada um dos habitantes, indicando-se o sexo, nacionalidade, estado civil, profissão etc.; censo. (MICHAELIS, 2012).

² O Instituto considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais, mesmo limite de idade considerado pela Organização Mundial da Saúde – WHO, para os países em desenvolvimento. (WHO, 2012).

cada 100 jovens, havendo a possibilidade de a população brasileira idosa exceder 35 milhões de pessoas. (IBGE, 2008).

Ainda segundo o Censo Demográfico de 2010, a população idosa no Estado do Paraná registrou 1.170.955 indivíduos. Já a cidade de Curitiba contabilizou 198.089 pessoas acima de 60 anos. (IBGE, 2010).

Uma população que envelhece rapidamente tende a influenciar uma série de mudanças na sociedade e demanda inúmeros desafios e investimentos, tanto públicos quanto privados.

O perfil dos idosos e das idosas está mudando, e mudará sobremaneira nas próximas décadas, remodelando-se a ideia pré-concebida do idoso como uma pessoa improdutiva e saudosista do passado a um cidadão ativo, produtivo, engajado nas mudanças da sociedade e com sonhos a realizar.

Os homens e as mulheres podem ficar ativos tanto tempo quanto possível. Todavia, essa capacidade e o desejo de permanência ou de retomada no mercado de trabalho dependem do seu estado de saúde e das condições de trabalho oferecidas. A saúde, tanto associada a problemas de moléstias específicas ou à própria degradação natural de suas capacidades físicas e cognitivas, influencia consideravelmente no uso de tecnologias para o desenvolvimento de suas atividades.

O trabalho é uma atividade essencial para homens e mulheres, caminho amplamente disponível para a segurança, para o sucesso e para a satisfação das necessidades de sobrevivência, representando fonte de vida e de riqueza. É pelo trabalho que são conquistados, desenvolvidos e manifestados desejos, criações, satisfações econômicas, prazeres e realizações. (GONÇALVES, 2006).

Neste contexto, de uma população que envelhece e trabalha, é que esta pesquisa se propõe a refletir sobre o tema as idosas e os idosos no mercado de trabalho formal, sob a luz da divisão sexual do trabalho. Neste propósito o objetivo geral é:

Analisar a inserção das idosas e dos idosos no mercado de trabalho formal internacional e brasileiro.

Para se alcançar o objetivo geral desta pesquisa, os seguintes objetivos específicos foram definidos como auxiliares:

- a) Analisar a participação das pessoas idosas no mercado de trabalho em diferentes países;
- b) Analisar a participação das pessoas idosas no mercado de trabalho formal no Brasil;
- c) Identificar as principais naturezas jurídicas e ocupações das pessoas idosas no mercado de trabalho formal na cidade de Curitiba;
- d) Analisar a participação das pessoas idosas no mercado de trabalho formal na cidade de Curitiba em diferentes graus de instrução;

Para se chegar ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos, fez-se necessário delimitar alguns caminhos que apontaram para a necessidade de a pesquisa ser de cunho quantitativo, contando com levantamento estatístico descritivo entre o cenário mundial, o cenário nacional, o cenário estadual e o cenário local sobre a distribuição das pessoas idosas no mercado de trabalho. Para o cenário local será realizado, também, um levantamento estatístico descritivo das idosas e dos idosos no mercado de trabalho formal na cidade de Curitiba, e seus graus de escolaridade, principais naturezas jurídicas de atuação e principais ocupações. Com base neste levantamento serão elaborados gráficos e tabelas, propiciando melhor visualização e compreensão acerca da distribuição destes indivíduos trabalhadores idosos.

Para Silvestre (2007, p. 4) a Estatística Descritiva “é constituída pelo conjunto de métodos destinados à organização e descrição dos dados através de indicadores sintéticos ou sumários”. Bracarense (2012, p. 23) definiu que “A Estatística é a ciência da obtenção da informação a partir de dados numéricos”. Assim, esta pesquisa utilizará a Estatística Descritiva no tratamento dos dados coletados.

A abordagem metodológica para esta pesquisa quantitativa será fundamentada na pesquisa documental, valendo-se de materiais explorados de fontes documentais que de alguma forma já receberam algum tratamento, classificadas por Gil (2008) como uma pesquisa documental de “segunda mão”, ou

seja, composta de dados que já receberam algum tratamento prévio.

Os dados empíricos para esta investigação serão provenientes de duas bases de dados públicas, constando a primeira de dados mundiais e a segunda de dados nacionais. O estudo comparativo mundial dos países, com seus variados graus de Desenvolvimento Humano, terá início com a seleção dos países que compõem a relação para comparabilidade. Esta seleção será feita com base no relatório anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelas Nações Unidas (ONU), referente ao ano de 2011. Serão selecionadas 13 nações para os estudos subsequentes, conforme os seguintes critérios:

- 3 melhores países classificados com Desenvolvimento Humano Muito Elevado – Noruega, Austrália e Estados Unidos;
- 3 melhores países classificados com Desenvolvimento Humano Elevado – Barain, Bahamas e Bielorrússia;
- **Brasil**, país classificado na posição 85 dentre aqueles de Desenvolvimento Humano elevado;
- 3 países piores classificados com Desenvolvimento Humano Médio – República Democrática Popular do Laos, Butão e Suazilândia;
- 3 países piores classificados, com Desenvolvimento Humano Baixo – Moçambique, República Democrática do Congo e a Nigéria.

De posse das informações referentes a estes 13 países, passar-se-á à captura dos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a fim de se estabelecer o comparativo das estatísticas do trabalho no mundo.

Os dados mundiais sobre o mercado de trabalho serão selecionados e extraídos da Rede Mundial de Computadores (internet) na base de dados da Organização Internacional do Trabalho, chamada de ILOSTAT Database, que fornece dados recentes relativos a mais de 100 indicadores e 165 economias. Serão selecionados os 5 continentes com seus dados de empregados e

desempregados para os anos de 2009 e 2010, os mais recentes disponíveis, classificando-os, ainda, por sexo, escolaridade e faixa etária.

Os dados internacionais extraídos da ILOSTAT Database e os dados nacionais extraídos do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) serão processados e tabulados em planilhas eletrônicas. Segundo Gil (2008), a tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise, cujo processamento por computador é muito útil quando se trabalha com grande volume de dados.

Para Bracarense (2012, p. 23) “a análise de dados consiste de métodos e técnicas que permitem ao investigador reforçar, confirmar ou desconfirmar idéias acerca de um fenômeno real”.

No intuito de auxiliar o estudo, esta pesquisa foi estruturada em 5 capítulos, descritos a seguir.

Este primeiro capítulo é composto pela Introdução, em que são delimitadas as linhas gerais da pesquisa. No Capítulo 2 são apresentadas as definições e conceituações de Gerontologia, seguidas por subitens que estão intrinsecamente relacionados ao envelhecimento dos indivíduos, como por exemplo, o ciclo de vida, a expectativa de vida, a fecundidade, mortalidade e mortalidade infantil e, finalizando o capítulo, a migração. No Capítulo 3, são teorizadas as relações de Gênero e Trabalho com a feminização do envelhecimento e a divisão sexual do trabalho, esposando-se, ainda, reflexões acerca das teorias sobre trabalho e aposentadoria. Já o Capítulo 4 apresenta a seleção e a obtenção dos dados utilizados na pesquisa e como é composto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelas Nações Unidas. São analisadas as estatísticas do trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também são analisados os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) provenientes da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com recorte pela idade e rendimento das trabalhadoras e dos trabalhadores idosos. E o capítulo 5 está destinado às Considerações Finais, cuja tessitura de relações entre as estatísticas numéricas e a observação dos dados, permitirá concluir sobre qual realidade conjuntural está assentada a sociedade idosa brasileira e, mais especificamente, a curitibana.

2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

A vida segue um curso muito preciso e a natureza dota cada idade de qualidades próprias. Por isso a fraqueza das crianças, o ímpeto dos jovens, a seriedade dos adultos, a maturidade da velhice são coisas naturais que devemos apreciar cada uma em seu tempo. (CÍCERO, 2006, p. 29).

Neste segundo capítulo serão apresentados os conceitos e definições que auxiliarão na compreensão do envelhecimento e os fatores de influência ao longo da vida tanto para as idosas quanto para os idosos que permanecem no mercado de trabalho.

Na primeira seção serão apresentados histórico, conceitos e definições de Gerontologia. Na seqüência, o ciclo de vida será apresentado, seguido pela expectativa de vida com as projeções das Nações Unidas. Na seção seguinte serão apresentados os dados, conceito e definição acerca da fecundidade, seguido pela mortalidade e mortalidade infantil. A migração e seus dados serão apresentados, ainda, em uma outra seção.

2.1 GERONTOLOGIA

O século XX trouxe grandes avanços nos estudos sobre o envelhecimento, sobretudo em seus anos finais. O interesse natural sobre os estudos do envelhecimento e a busca por compreender como e por que isto ocorre foi acentuado pelo envelhecimento populacional de diversos países e pela conseqüente pressão passiva de uma população que envelhecia.

Em 1903, Élie Metchnikoff, biólogo, zoólogo e protozoologista russo, propôs o termo Gerontologia (do grego gero = velho + logia = estudo), que é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Já nesta época Metchnikoff previa que esta área de estudo seria de extrema importância nos estudos das ciências e propunha um campo que estudasse exclusivamente o envelhecimento, a velhice e os idosos. O cientista acreditava,

ainda, que seria possível envelhecer de forma fisiológica normal, sem decadência (PAPALÉO NETTO, 2007).

Em 1909, Ignatz Leo Nascher, médico austríaco, radicado nos Estados Unidos, propôs uma especialidade denominada de Geriatria, responsável em estudar clinicamente a velhice. Nascher fundou a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque em 1912, e é considerado o “Pai da Geriatria”. (PAPALÉO NETTO, 2007).

Alguns anos mais tarde, em 1922, Granville Stanley Hall, psicólogo americano, publicou *Senescence: the last half of life*, a mais completa obra sobre o assunto até então produzida por um cientista social. Hall definiu a adolescência como o inverso da velhice e propôs a existência de variações individuais, qualquer que seja a faixa etária analisada. Mesmo na velhice a pessoa continua sendo portadora de atributos personalísticos e intelectuais, que, ao contrário dos estudos de Hall à época, eram considerados findos nesta etapa da vida. O psicólogo evidenciou, portanto, a relação entre sabedoria e velhice (NERI, 2008).

Em 1935, Marjory Warren, geriatra britânica, promoveu a avaliação abrangente, reabilitação e apreciação multidisciplinar em pacientes idosos. Participou da criação da primeira unidade geriátrica do Reino Unido. Seus métodos inovadores e produções influentes foram fundamentais para a evolução da geriatria moderna e interdisciplinar. Pode ser considerada, por seus feitos, como a “Mãe da Geriatria”. (KONG, 2000).

No Brasil, foi fundada, em 1961, a Sociedade Brasileira de Geriatria (SBG), passando a chamar-se, em 1968, Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG), uma sociedade sem fins lucrativos, fundada graças ao esforço de um grupo de médicos do Hospital Estadual Miguel Couto, na cidade do Rio de Janeiro. A SBGG é membro da International Association of Gerontology (IAG) e possui diversos profissionais e pesquisadores atuando em suas atividades. Muitos congressos e seminários já foram realizados pela SBGG desde a sua fundação. (LOPES, 2000).

Papaléo Netto (2006, p. 7) definiu o vasto campo de estudo e atuação da Ciência do Envelhecimento como sendo o centro de ramificações de que emanam a Gerontologia Social, a Gerontologia Biomédica e a Geriatria, atuando em conjunto nos diversos aspectos do envelhecimento e suas consequências.

Para o estudioso, a Gerontologia Social “compreende os aspectos antropológicos, psicológicos, legais, sociais, ambientais, econômicos, éticos e políticos de saúde”, enquanto a Gerontologia Biomédica “tem como eixo principal o

estudo do fenômeno do envelhecimento, do ponto de vista molecular e celular (biogerontologia)". A terceira ramificação da Ciência do Envelhecimento, segundo Papaléo Netto (2006, p. 7) é a Geriatria, que "tem sob seus domínios os aspectos curativos e preventivos da atenção à saúde".

Para a pesquisadora Santos (2003), é possível verificar o parcelamento da Geriatria e da Gerontologia, quando o primeiro conceito surge a partir do segundo termo. Tais ciências, cada qual em suas especificidades, importam em cuidar do ser humano que envelhece ou já envelhecido, ajudando-o a conquistar uma melhor qualidade de vida.

Gerontologia é o estudo do processo de envelhecimento, com base nos conhecimentos oriundos das ciências biológicas, psicocomportamentais e sociais [...], fortalecendo dois ramos igualmente importantes: a Geriatria, que trata das doenças no envelhecimento; e a Gerontologia Social, voltada aos processos psicossociais manifestados na velhice. Embora não se encontrem definitivamente explorados, esses dois setores das pesquisas gerontológicas já apresentaram [...] contribuições para a elucidação da natureza do processo de envelhecimento, e provaram estar em condições de levantar questões sobre os problemas dele decorrentes. (SALGADO, 1988, p.23).

O envelhecimento pode ser considerado sob diversos aspectos, como o biológico, psicológico, social, funcional, ético, estético, ergonômico, econômico, lúdico, entre muitos outros. Cada um desses aspectos é estudado por uma ou mais ciências. Todas devem ser ouvidas, pois têm algo importante a esclarecer sobre esse período da vida, como agir e interpretar seus fatos, apresentando este estudo, portanto, caráter marcadamente interdisciplinar. (GONÇALVES, 2006).

Para a psicóloga e pesquisadora Anita Neri (2007), os preconceitos em relação aos idosos funcionam exatamente como em qualquer outro tipo de intolerância, resultando em restrição de oportunidades, desigualdade no tratamento e discriminação econômica, uma vez que as sociedades tratam de forma diferente os trabalhadores produtivos e os idosos. Estes indivíduos são rotulados como improdutivos, lentos, incompetentes, desatualizados, entre outras características indesejáveis para o mercado produtivo. A pesquisadora ressalta ainda que as crianças e os jovens também são considerados improdutivos, dentro de conceitos sociais estereotipados, mas, mesmo assim, o tratamento ainda é diferente do aplicado aos idosos. Isto ocorre porque na infância e na adolescência existe um

desenvolvimento em potencial, que, nos idosos, já não é mais observado.

Esta lógica da distância etária conduz o idoso ao afastamento, potencializado também pelas diferenças de raças e etnias, gênero e classes sociais. É o caso da múltipla exclusão que sofrem muitos brasileiros por serem pobres, negros, de baixa escolaridade e idosos. (NERI, 2007).

Aparece como fundamental trazer o fato de que os seres humanos não vivem em estado natural; a sociedade a que pertencem lhes impõe um estatuto que é definido culturalmente, estabelecendo suas ações e representações. A preocupação com o envelhecimento na modernidade focaliza a velhice como estágio de vida, isolando-o do curso da vida como um todo, principalmente tendo em vista o afastamento do mercado de trabalho. (GONÇALVES, 2006, p. 73).

Para Neri (2008), a Gerontologia é o campo de estudos que investiga o envelhecimento humano em diferentes contextos socioculturais e históricos, abrangendo aspectos do envelhecimento normal e patológico. Investiga o potencial de desenvolvimento humano associado ao curso de vida e ao processo de envelhecimento. Caracteriza-se como um campo de estudos multidisciplinar que recebe diversas contribuições metodológicas e conceituais.

A Gerontologia está relacionada às questões sociais, tais como o aumento da expectativa de vida e os estudos demográficos, na crescente demanda dos serviços de saúde para idosos e problemas epidemiológicos, na alta incidência e gastos elevados das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT). Também está relacionada às questões das desigualdades sociais, originárias do modelo econômico e das relações sociais entre os seres humanos e entre as classes sociais, e no exercício pleno da cidadania. Portanto, cabe à Gerontologia não apontar a velhice como um problema social, mas conceber essa fase de vida e suas possibilidades como resultantes de ações multidimensionais. (SANTOS, 2003).

2.2 CICLO DE VIDA

Quando chega aos 40 anos de idade uma pessoa pode ser considerada idosa? E aos 50 anos? Quem sabe aos 60? Para a psicóloga Anita Neri (2008) o

termo Ciclo de Vida em psicologia pode ser definido como a sucessão de estágios do desenvolvimento do indivíduo. Já para a demografia são as alterações constatadas nas populações.

Em 1960, Pierre Vellas, em Toulouse – França, criou a denominação Terceira Idade para designar a fase inicial da velhice. Hoje este termo é consagrado em vários países. No Brasil, o termo também é utilizado e outras variantes foram cunhadas para denominar a velhice: sênior, maturidade, feliz idade, maior idade e melhor idade (NERI, 2007).

Erik Erikson (1963), psicólogo alemão, em 1963 definiu para a psicologia o Ciclo da Vida em 8 estágios pelos quais as pessoas devem passar durante o desenvolvimento de suas vidas, desde o nascimento, chamada por ele de Fase Bebê, até a sua morte. Erikson forneceu as bases para teorias que versavam sobre o desenvolvimento ao longo do curso de vida (*life-span*). Sua teoria é uma das mais influentes na moderna psicologia do envelhecimento: (NERI, 2008; VERÍSSIMO, 2002; NOGUEIRA, 2001).

- 1) **0-2 anos - Fase bebê – confiança x desconfiança** - É preciso que o bebê receba conforto físico, afeto e calor humano para que forme uma primeira relação afetiva e de confiança com o seu cuidador. Caso as necessidades básicas não tenham sido atendidas, poderá desenvolver uma sensação de desconfiança e comportamentos de insegurança;
- 2) **2-4 anos - Infância inicial – autonomia X vergonha e dúvida** – A maturação do sistema muscular tem o maior significado nesta fase. O desenvolvimento de habilidades físicas e autonomia, tais como segurar e soltar. Uma criança submetida a uma disciplina moderada, poderá tornar-se uma pessoa de hábitos saudáveis. Uma criança submetida a uma disciplina rígida, poderá tornar-se uma pessoa compulsiva. São comportamentos que lhe trazem maior autonomia, independência, mas se não forem bem conduzidos podem levar à vergonha e à dúvida;
- 3) **4-5 anos - Idade do brinquedo - iniciativa X culpa** - A criança continua seu desenvolvimento em busca de maior autonomia, linguagem e iniciativa ao poder social. Quando a iniciativa da criança é estimulada, ela

desenvolve ações independentes, mas se sua atividade lúdica é insignificante, então ela poderá desenvolver sentimentos de culpa em relação a qualquer atividade por ela iniciada;

- 4) **5-12 anos - Idade escolar - indústria (produtividade) X inferioridade** - A criança deve aprender habilidades novas, a produção de objetos com repertórios que às vezes não domina e a pensar por si, e, portanto, podem ocorrer sensações de inferioridade;
- 5) **13-19 anos – Adolescência - identidade X confusão de papéis** – É o final da infância e elas começam a se importar com as opiniões alheias. Na crise da adolescência alguns fatores contribuem para a confusão da identidade como a perda de laços familiares e falta de apoio no crescimento. O adolescente deve lidar com vários contextos sociais e construir identidade na profissão, na escola e nos relacionamentos de amizade e de amor, construindo, assim, relações sólidas e sem confusão de papéis;
- 6) **20-24 anos - Idade adulta jovem - intimidade X isolamento** - O desenvolvimento da capacidade de estabelecer intimidade é a tarefa vital do adulto jovem. Erikson diz que o adulto jovem deve desenvolver a habilidade de dar e receber amor de modo maduro, responsável, entendendo-se intimidade como uma relação mútua de afeto e confiança. É fundamental o cumprimento das tarefas de procriar e cuidar dos filhos, e a constituição de um núcleo familiar. O fracasso na realização da intimidade traduz-se em isolamento e desajustamento às normas sociais;
- 7) **25-64 anos - Idade adulta - generatividade X estagnação** - A generatividade é fundamentalmente a preocupação de firmar e guiar a geração seguinte. Durante a idade adulta média, estabelece-se em uma carreira, acalma-se dentro de um relacionamento, começa-se uma família própria e desenvolve-se um sentimento de fazer parte de um quadro maior. Educar filhos, ser produtivo no trabalho e se envolver em comunidade, atividades e organizações. Ao não se alcançar esses

objetivos, tornar-se uma pessoa estagnada e com sentimentos de ser improdutivo;

- 8) **64-morte – Idade adulta tardia - integridade x desespero** – O envelhecer e o morrer devem ser alcançados pelo indivíduo como um processo normal de vida. A velhice exige que a pessoa reúna todas as experiências prévias e se apóie nelas, mantendo-se consciente e criativa. A morte deve ser interpretada como fato normal da própria condição de finitude do homem. Entretanto, se o indivíduo não alcançar o senso de integridade psicológica, experimentará o desespero. (NERI, 2008; VERÍSSIMO, 2002; NOGUEIRA, 2001; ERIKSON, 1963).

Bee (1997) descreve que a maioria dos pesquisadores do ciclo vital divide a fase adulta da seguinte forma:

- a) vida adulta: dos 20 aos 40 anos;
- b) vida adulta intermediária: dos 40 aos 65 anos;
- c) final da vida adulta: dos 65 anos até a morte.

A Organização das Nações Unidas – ONU, através da Resolução 39/125, divide o ciclo de vida, sob o ponto de vista econômico, em três idades, considerando o homem enquanto força de trabalho, que produz e consome os bens produzidos. As três idades são as seguintes: (RODRIGUES et al., 2010).

- a) **Primeira idade:** as pessoas que só consomem – idade improdutivo (crianças e adolescentes);
- b) **Segunda idade:** as pessoas que produzem e consomem – idade ativa (jovens e adultos);
- c) **Terceira idade:** as pessoas que já produziram e consumiram, mas que, pela aposentadoria, não produzem mais e só consomem – idade inativa (idosos).

Para Nicola (1986) existem quatro etapas no processo de envelhecimento:

- a) Idade do meio: é a idade entre 45 e 60 anos, aproximadamente. É conhecida como idade pré-senil, crítica ou do primeiro envelhecimento. Caracteriza-se pelo aparecimento dos primeiros sinais do envelhecimento, os quais representam predisposição ao aparecimento de doenças;
- b) Senescência gradual: idade entre 60 e 70 anos, aproximadamente. É a fase em que ocorre o aparecimento de processos mórbidos;
- c) Senilidade conclamada ou velhice: inicia-se por volta dos 70 anos de idade, quando se encontra o velho ou ancião no sentido estrito. Nesta idade são mais relevantes os problemas assistenciais em termos médicos, sociais e de reabilitação;
- d) Longevo ou grande velho: esta idade é definida para indivíduos com mais de 90 anos.

Em 1990, na França, as empresas públicas e privadas adotaram a expressão *Sênior*, sendo abolido o termo idoso até mesmo dos textos sociológicos. Em 1996, as redes ferroviária e de transporte urbano lançaram a tarifa *Sênior* e a rede bancária deixou de pronunciar a palavra idoso durante as entrevistas e atendimentos aos clientes nesta condição, considerando o termo *sênior* mais adequado. (PEIXOTO; CLAVAIROLLE, 2005).

Guerra e Caldas (2010) afirmam que existe uma variedade de modos de ser velho e de contextos que o determinam, e que a velhice é muito associada à decadência, doença e dependência. Afirmam, ainda, que o idoso, no contexto da mídia, é apresentado como "problema".

Já para Papaléo Netto (2006) o organismo humano, desde sua concepção até a morte, passa por diversas fases: desenvolvimento, puberdade, maturidade ou de estabilização e envelhecimento. Para o pesquisador é possível identificar nas três primeiras fases alguns marcadores físicos e fisiológicos que se manifestam nas transições entre as fases da vida. Já o envelhecimento apresenta declínio nos diversos órgãos, não sendo possível a definição de um ponto exato de transição, como nas demais fases. Papaléo Netto diz, ainda, que o envelhecimento tem o início relativamente precoce, logo no final da terceira década, e perdura por um longo tempo, pouco percebido. Utiliza-se o termo *Eugéricas* para se referir as alterações

próprias do envelhecimento com o passar dos anos. Já as alterações Patogénicas dizem respeito às alterações produzidas por enfermidades relacionadas às idades mais avançadas.

O processo de envelhecimento é um conjunto de mudanças vivenciadas pelos organismos desde o nascimento até a sua morte. Alguns autores afirmam que o envelhecimento é um processo natural, progressivo e irreversível, que caracteriza uma série de alterações morfofisiológicas, bioquímicas e psicológicas que ocorrem no organismo ao longo da vida. (JORDÃO NETTO, 1997; WILMOTH, 1998).

Constata-se que a fase mais avançada da vida conhecida como velhice é uma terminologia imprecisa, de difícil definição e limites em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social. São as características culturais, sociais, físicas, políticas, econômicas, psicológicas e ambientais de cada população que acabam por determinar quem é considerado idoso. (VERAS, 1994).

O envelhecimento funcional é a deterioração da saúde física e mental e é mais importante que o envelhecimento cronológico, que é mais valorizado pela sociedade. Já o envelhecimento intelectual é caracterizado quando o indivíduo começa a ter lapsos de memória, dificuldade de aprendizado e falha de atenção, orientação e concentração. O envelhecimento econômico tem como referencial a aposentadoria e está condicionado à capacidade de produção do indivíduo. (ZENI, 2004).

Para a pesquisadora Gonçalves (2006), o marcador para o envelhecimento é uma atribuição muito mais por fatores construídos socialmente do que biologicamente. Os períodos históricos, as estruturas sociais, os valores culturais, econômicos e as políticas de cada sociedade é que são formalizadores das categorias relacionadas aos marcadores do ciclo da vida.

Assim, o envelhecimento é um processo, um determinado estágio que é definido de diferentes maneiras, dependendo do campo de pesquisa e do assunto de interesse. (FRATCZAK, 1993).

A Organização Mundial da Saúde, embora não existindo definições e nem acordo geral sobre a idade em que uma pessoa se torna velha, considera idosa a pessoa com 60 anos de idade ou mais, para os países em desenvolvimento, e 65 anos de idade para os países desenvolvidos. (WHO, 2012).

Países mais desenvolvidos do mundo aceitaram a idade cronológica

de 65 anos como uma definição de pessoa 'idosa' ou mais velha, mas como muitos conceitos ocidentais, este não se adapta bem à situação na África. Embora esta definição seja um tanto arbitrária, está muitas vezes associada com a idade em que se pode começar a receber os benefícios de pensão. No momento, não há nenhum critério numérico padrão das Nações Unidas, mas a corte da ONU acordou em 60+ anos para se referir à população idosa.³ (WHO, 2012. Tradução própria.).

No Brasil, o Estatuto do Idoso (Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994), em seu art. 2º diz: *Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.*

As expressões velho, idoso e terceira idade são construções sociais que articulam os aspectos culturais, políticos e econômicos que permeiam os indivíduos nos diversos segmentos da sociedade.

Esta pesquisa adotará a expressão idosa e idoso para se referir ao grupo de pessoas mais velhas e adotará, também, a idade igual ou superior a 60 anos para se referir a este mesmo grupo.

2.3 EXPECTATIVA DE VIDA

O IBGE (2012) define a expectativa de vida como correspondente ao número de anos de vida que cada indivíduo esperaria viver a partir de uma determinada idade. No caso de a idade ser diferente de 0 (zero) (ao nascimento) é comum denominar-se esperança de vida ao nascer.

O envelhecimento populacional vem aumentando progressivamente em todos os países. Atualmente as pessoas podem chegar aos 60, 70, 80 anos e até mais, tornando-se, assim, uma experiência vivida por milhões de pessoas em todo o mundo.

Esse aumento na expectativa de vida é resultado de vários fatores no desenvolvimento das sociedades. A associação de fatores como a redução da

³ Most developed world countries have accepted the chronological age of 65 years as a definition of 'elderly' or older person, but like many westernized concepts, this does not adapt well to the situation in Africa. While this definition is somewhat arbitrary, it is many times associated with the age at which one can begin to receive pension benefits. At the moment, there is no United Nations standard numerical criterion, but the UN agreed cutoff is 60+ years to refer to the older population. (WHO, 2012).

mortalidade infantil, redução da fecundidade e migração acabam por influenciar no envelhecimento populacional, traduzindo-se no aumento da expectativa de vida. (KALACHE et al., 1987).

Psicólogos e sociólogos chamam a atenção para o processo do envelhecimento no desenvolvimento social e psicológico de um indivíduo e as alterações observadas em suas funções (social, ocupacional, migratória). Problemas de integração social e adaptação de um indivíduo tornam-se objeto de interesse para diversos estudos, incluindo o da demografia, que tem estudado o processo de envelhecimento, mudanças nas faixas etárias da população e o aumento do percentual de idosos no quantitativo total da população. (FRATCZAK, 1993).

Tabela 2.1 - Expectativa de vida ao nascer por sexo, Mundo e Brasil (anos)

Período	Mundo			Brasil		
	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino
1950-1955	47.7	46.7	48.7	50.9	49.2	52.6
2010-2015	69.3	67.1	71.6	74.0	70.7	77.4
2045-2050	75.6	73.2	78.0	79.4	76.4	82.4
2050-2055	76.3	73.9	78.7	79.9	77.0	82.9
2095-2100	81.1	79.0	83.3	84.0	81.2	86.8

Fonte: United Nations (2011). Elaboração própria. (ONU, 2011).

A Tabela 2.1 apresenta as projeções feitas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que apontaram para uma expectativa de vida mundial fixada em 71,6 anos para as mulheres e 67,1 anos para os homens, considerando o período entre 2010 e 2015. Nas projeções para 2050-2055 as mulheres poderão alcançar a expectativa de 78,7 anos de vida, enquanto os homens poderão chegar a 73,9 anos. Já para o Brasil os números são mais favoráveis, tanto em 2010, quanto nas projeções para 2050. As mulheres alcançam atualmente 77,4 anos, em média, e os homens 70,7 anos de expectativa de vida. As projeções para 2050-2055 indicam 82,9 anos para as mulheres e 77,0 anos para os homens. (ONU, 2011).

Com relação as projeções feitas pela ONU para o período de 2011 a 2100, elas apontam para um envelhecimento global da população, conforme demonstra o Gráfico 2.1. Dos quase 900 milhões de idosos da população mundial atual, as

projeções calculam um crescimento de 168,75% de mulheres idosas até o ano 2050 e de 176,57% de homens idosos, perfazendo um envelhecimento populacional mundial da ordem de 25,07% para o ano de 2050. Serão mais de 2 bilhões de idosos no mundo até aquele ano. (ONU, 2011).

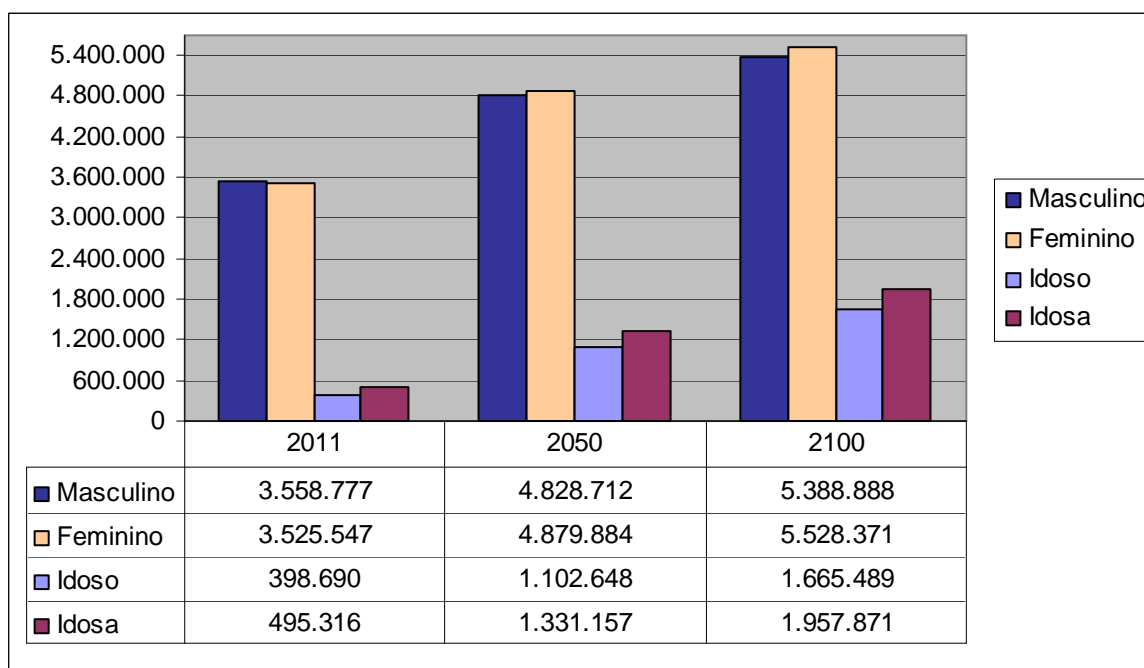


Gráfico 2.1 - Projeção da População Mundial Total e Idosos (60+) - (em mil)

Fonte: United Nations (2011). Elaboração própria. (ONU, 2011).

Em 2011 a população mundial masculina total foi maior que a feminina em pouco mais de 30 mil indivíduos. Porém, conforme as projeções apontam, esta realidade mudará e as mulheres passarão a ser a maioria: em 2050 serão 50 mil mulheres a mais que os homens. Já na faixa das pessoas com 60 anos ou mais as mulheres idosas serão aproximadamente 230 mil idosas a mais que os idosos, conforme as projeções da ONU. (ONU, 2011).

Para o Brasil, as projeções da ONU apresentam um envelhecimento ainda mais acentuado, conforme apresentado no Gráfico 2.2. O percentual do total de idosos passará dos atuais 11,94% para 33,52%, um aumento da ordem de 236,19% para homens idosos e de 232,90% para mulheres idosas. Este crescimento no Brasil

é significativamente maior que o registrado no mundo, conforme o Gráfico 1 já evidenciou. (ONU, 2011).

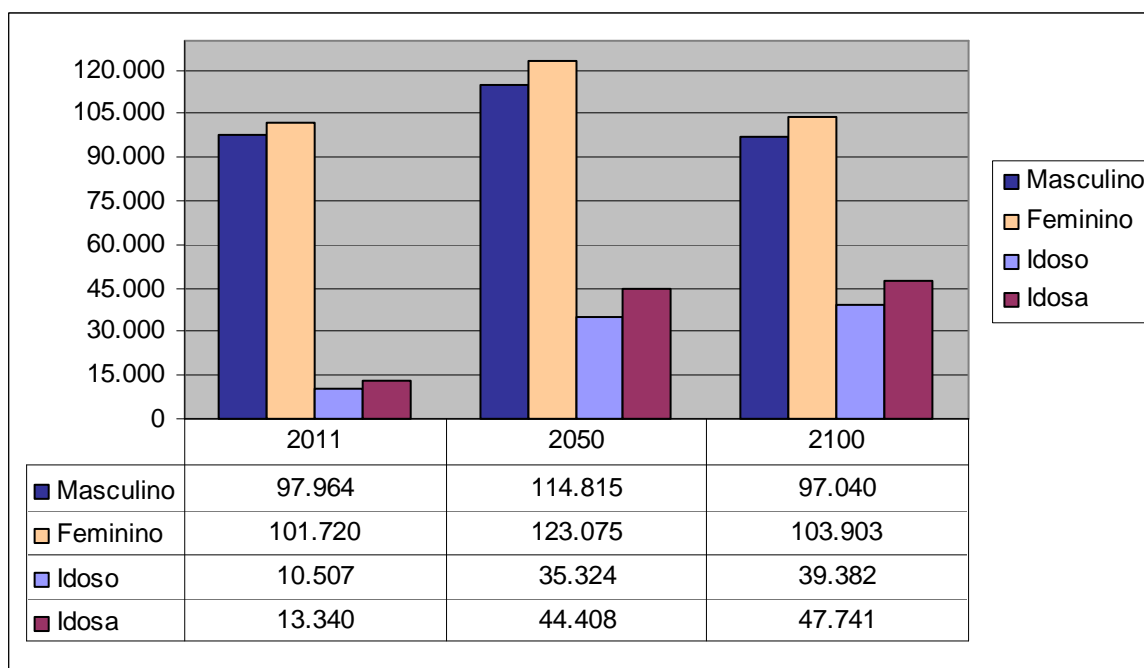


Gráfico 2.2 - Projeção da População Brasileira Total e Idosos (60+) - (em mil)

Fonte: United Nations (2011). Elaboração própria. (ONU, 2011).

As mulheres, que em 2011 já eram a maioria, continuarão numericamente superiores, de acordo com as projeções da ONU, tanto em números absolutos, quanto na faixa de pessoas com 60 anos ou mais. Diferença esta que poderá chegar a 9 milhões de idosas. O número total de idosos em 2050 poderá chegar à ordem de 80 milhões de pessoas. (ONU, 2011).

Observa-se que, tanto mundialmente quanto no Brasil, o aumento da população idosa masculina será superior ao das mulheres, mas ainda assim, as mulheres idosas permanecerão como maioria, algo em torno de 9 milhões de mulheres idosas a mais que homens idosos, justificando, em parte, a feminização da velhice.

Outro indicador que reforça o fenômeno do envelhecimento da população brasileira é a idade média total, que em 2010 era de 29,1 anos e que em 2050 será

de 44,9 anos. A média mundial em 2010 era de 29,2 anos, ligeiramente superior a do Brasil, porém será menor em 2050, com 37,9 anos, considerando toda a população mundial. (ONU, 2011).

2.4 FECUNDIDADE

O IBGE (1999) define a taxa de fecundidade total como sendo o número médio de filhos que teria uma mulher de uma coorte⁴ hipotética (15 e 49 anos de idade) ao final de seu período reprodutivo.

O aumento da população idosa é resultado do rearranjo e das alterações das sociedades em seus diversos segmentos, influenciado principalmente pela redução da mortalidade, migração e redução da fecundidade.

A dinâmica demográfica no Brasil vem apresentando uma diminuição no ritmo de crescimento populacional e mudanças na sua estrutura etária. O processo de transição demográfica, relacionado com a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, tem provocado uma rápida variação na estrutura etária brasileira, com redução da proporção de crianças e jovens, aumento da população adulta e uma tendência de substantiva elevação de idosos. (IBGE, 2010, p. 32).

Muitos autores da demografia, das ciências sociais e da saúde se debruçam nos estudos do processo de urbanização e da crescente concentração da população em grandes cidades, onde se expressam visivelmente as desigualdades sociais.

Um desses estudos é sobre a gravidez na adolescência que, dependendo do grupo social em que está inserida a jovem, sobretudo as pobres, levaria a uma série de questionamentos quanto ao acesso a informações sobre educação sexual, uso de contraceptivos, sobre seus direitos reprodutivos e assistência médica e até mesmo sobre a escolha de querer ou não engravidar e em qual momento de sua vida. (MARTINS; ALMEIDA, 2001).

Na outra extremidade da idade reprodutiva, existe um grande número de

⁴ O conceito de **Coorte** é reservado para um agregado de indivíduos ancorados no tempo histórico. É usado como base para a busca ou a afirmação sobre propriedades compartilhadas pelos membros, justamente porque se pressupõe que, ao longo de sua trajetória, eles viveram os mesmos fatos e eventos históricos. (Settersten Jr. & Mayer, 1997). (NERI, 2008, p. 40. Grifo da autora).

mulheres que prolongaram sua vida reprodutiva a idades mais avançadas e contam com elevado número de filhos. Este grupo de mulheres pode apresentar, assim como as adolescentes, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, aos métodos contraceptivos e de planejamento familiar. (MARTINS; ALMEIDA, 2001).

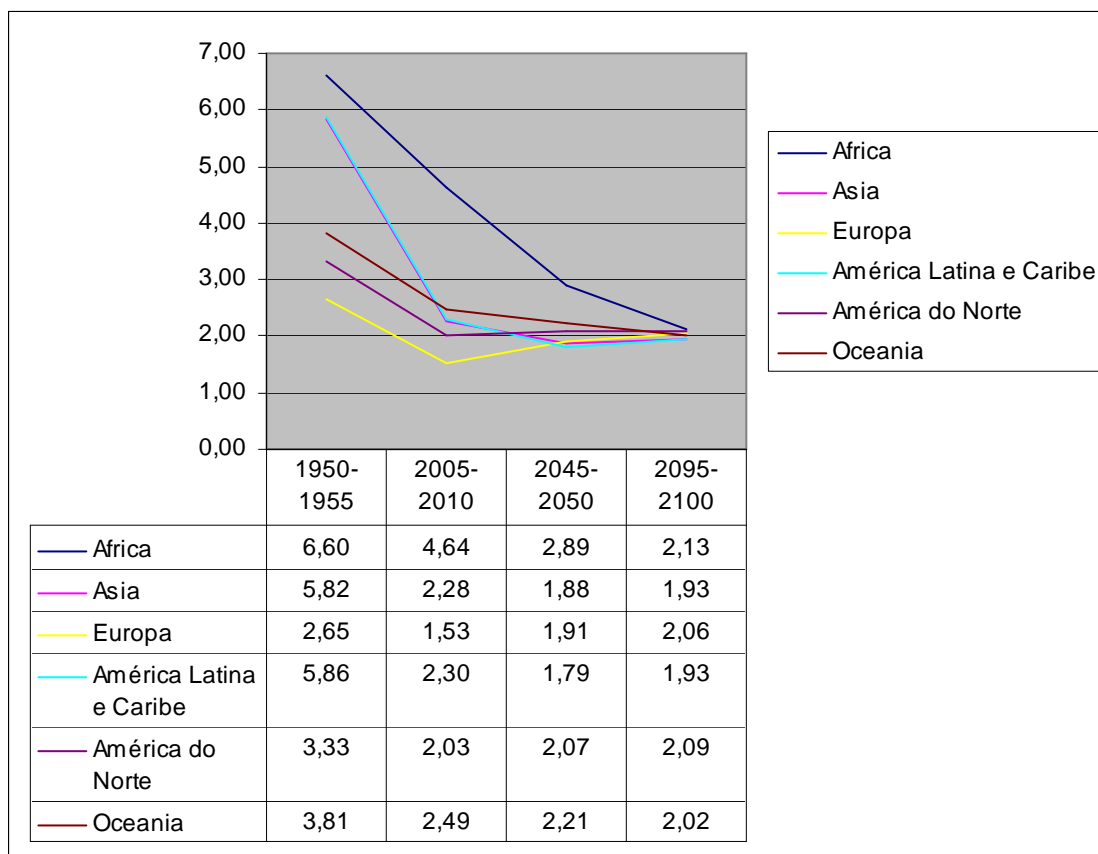


Gráfico 2.3 – Fecundidade mundial por regiões, 1950-2100 (criança por mulher)

Fonte: United Nations (2011). Elaboração própria. (ONU, 2011).

O declínio na taxa de fecundidade que vem sendo verificada implica na diminuição das faixas de população mais jovem e, conseqüentemente, no aumento da população nas faixas das pessoas com maior idade. A queda da fecundidade e a conseqüente queda da natalidade estão ocorrendo no mundo todo com diferenças importantes. Os países desenvolvidos da Europa, por exemplo, levaram cerca de um século para atingirem taxas de fecundidade estáveis. (PASCHOAL, 1996).

O Gráfico 2.3 apresenta o total de fecundidade mundial por regiões,

observando-se que ao longo dos anos houve decréscimo acentuado no número de filhos por mulheres. Apenas no continente africano a redução é mais paulatina, mas, mesmo assim, será muito próxima às demais regiões no futuro.

Já o Brasil vem vivenciando o processo de diminuição da taxa de fecundidade de forma acelerada, conforme apresentado pelas projeções da ONU (2011) na Tabela 2.2. O número de nascimento de criança por mulher até 2050 será de 1,66 no Brasil, e de 2,17 crianças por mulher para a projeção mundial, uma diferença de 30,72%.

Tabela 2.2 – Projeção da fecundidade total - Mundo e Brasil - 1950 a 2100 (criança por mulher)

Período	Fecundidade	
	Mundo	Brasil
1950-1955	4.95	6.15
2010-2015	2.45	1.80
2045-2050	2.17	1.66
2050-2055	2.15	1.70
2095-2100	2.03	1.96

Fonte: United Nations (2011). Elaboração própria. (ONU, 2011).

Observa-se que mundialmente o número de nascimento de crianças por mulher está em declínio e que a fertilidade mundial era menor que no Brasil nos anos 1950. Já para o Brasil ocorreu uma redução muito significativa dos anos 1950 para o ano de 2010: foram 241,66%, uma redução de 6,15 crianças por mulher para apenas 1,80 crianças por mulher. Esta redução continuará e, mais adiante, ocorrerá um pequeno aumento para quase 2 (1,96) crianças por mulher para as projeções do ano de 2100.

Esta situação de redução na fecundidade, como a que se tem observado no Brasil, traduz-se em uma elevação na expectativa de vida da população e, conseqüentemente, um aumento no número de pessoas em idades mais avançadas. (KALACHE et al., 1987).

2.5 MORTALIDADE E MORTALIDADE INFANTIL

Nos países desenvolvidos a melhora das condições de vida contribuiu para a queda na mortalidade e o aumento na expectativa de vida da população, ocasionando um número maior de pessoas idosas, muito antes e em maior número que o verificado nos países em desenvolvimento. Esta melhora das condições de trabalho, educação e saúde foram determinantes para a queda da mortalidade nos países desenvolvidos.

Para Paschoal (1996), a redução da mortalidade para os países em desenvolvimento não foi decorrente somente do progresso social e econômico, mas também de diversas tecnologias conquistadas, seja pelo desenvolvimento próprio de insumos ou pela sua importação (antibióticos, remédios, vacinas, equipamentos, etc.), que reduziram a mortalidade derivada das doenças infectocontagiosas.

Gonçalves (2006) pesquisou que os avanços tecnológicos e científicos, especialmente na área das ciências biológicas, associados às conquistas farmacêuticas e à implantação de medidas de saneamento básico, contribuíram para o aumento da expectativa de vida dos indivíduos.

[...] os processos de transição demográfica e epidemiológica no Brasil vêm se desenvolvendo de forma heterogênea e estão associados, em grande parte, às desiguais condições sociais observadas no país. A população idosa se constitui como um grupo bastante diferenciado entre si e em relação aos demais grupos etários, tanto do ponto de vista das condições sociais, quanto dos aspectos demográficos e epidemiológicos. (VERAS, 2003, p. 8).

Para Kalache (1996), o controle das mortes prematuras tem sido possível em função das grandes conquistas tecnológicas da medicina, como, por exemplo, o desenvolvimento dos antibióticos e vacinas. Afirma ainda que um indivíduo da atualidade, mesmo vivendo em condições precárias, sem água potável ou esgoto sanitário, e em condições desfavoráveis de moradia, trabalho e alimentação, apresenta, ainda assim, maiores perspectivas de viver que as de indivíduos que viviam em um passado não muito distante.

O envelhecimento é um fenômeno que ocorre de forma diferente entre as pessoas, influenciado pelas condições sociais e econômicas. Viver em situação

socioeconômica precária expõe ainda mais as pessoas ao risco de adoecer e morrer precocemente.

Segundo o estudo intitulado “Síntese das principais discussões sobre a dinâmica das mudanças na mortalidade no período pós-guerra”, produzido pelo IBGE (IBGE, 2010), a elevação do padrão de vida da população e a implantação de políticas compensatórias nas áreas dos serviços públicos, como, por exemplo, educação, saúde e saneamento básico, também representam papéis importantes no declínio da mortalidade.

Quanto à análise do aspecto gênero x idade, apesar de nascerem mais crianças do sexo masculino do que do feminino, na população como um todo, tem-se mais mulheres que homens, em virtude dos diferenciais de mortalidade existentes entre os sexos. A mortalidade masculina é superior à feminina ao longo de toda a vida.

A Tabela 2.3 apresenta a distribuição por sexo, grupos de idade da população brasileira e o número de óbitos. É possível acompanhar que a sobremortalidade masculina - mortalidade masculina maior que a mortalidade feminina - ocorre em quase todos os grupos de idade. Do total de óbitos informados, 1.034.204, 57,2% eram do sexo masculino. Esse percentual atingiu seu valor máximo no grupo de 20 a 24 anos de idade, onde 80,8% dos óbitos são registrados na população masculina. A partir desse grupo de idade, este percentual começa a declinar até atingir o menor percentual, 30,2%, na população de 100 anos ou mais de idade. Esse comportamento é observado em função das intensidades de mortalidade que atingem os homens serem maiores às das mulheres ao longo de toda a vida, fazendo com que elas representem maior número nas idades mais avançadas. (IBGE, 2010).

Segundo os dados provenientes do Censo 2010, é com 81 anos de idade que o número de óbitos da população feminina supera o da população masculina. Uma maior quantidade de óbitos de mulher é observada em função do quantitativo desta população feminina ser superior a masculina, que já diminuiu com a mortalidade em idades anteriores. (IBGE, 2010).

Tabela 2.3 – Óbitos por sexo, situação do domicílio e grupo de idade - Brasil 2010

Grupos de idade das pessoas ao falecerem	Total Geral	Sexo			
		Masculino		Feminino	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
Total	1.034.204	511.062	80.059	386.466	56.617
Menos de 1 mês	7.570	3.196	1.005	2.630	739
1 a 3 meses	14.567	6.550	1.665	5.089	1.263
4 a 6 meses	5.465	2.362	623	1.963	517
7 a 11 meses	7.453	3.178	944	2.645	686
1 a 4 anos	8.728	3.600	1.230	2.946	952
5 a 9 anos	5.033	2.219	602	1.735	477
10 a 14 anos	6.392	3.159	708	2.005	520
15 a 19 anos	21.781	14.743	2.203	4.043	792
20 a 24 anos	32.008	22.524	3.324	5.275	885
25 a 29 anos	30.805	20.852	3.074	5.945	934
30 a 34 anos	29.423	18.749	2.760	6.857	1.057
35 a 39 anos	31.004	18.495	2.778	8.445	1.286
40 a 44 anos	38.786	22.325	3.142	11.670	1.649
45 a 49 anos	47.454	26.368	3.467	15.614	2.005
50 a 54 anos	60.908	33.481	3.972	20.954	2.501
55 a 59 anos	66.798	35.895	4.592	23.110	3.201
60 a 64 anos	78.817	40.653	5.684	28.643	3.837
65 a 69 anos	87.123	43.203	6.477	32.782	4.661
70 a 74 anos	98.800	47.742	7.185	38.512	5.361
75 a 79 anos	102.519	47.550	7.609	41.653	5.707
80 a 84 anos	102.173	42.747	7.015	46.090	6.321
85 a 89 anos	78.112	29.485	5.291	38.042	5.294
90 a 94 anos	45.098	14.463	2.931	24.253	3.451
95 a 99 anos	20.995	5.978	1.391	11.773	1.853
100 anos ou mais	6.392	1.545	387	3.792	668

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptação própria. (IBGE, 2010).

No Gráfico 2.4 é apresentado o comportamento dos diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres. A razão entre o número de óbitos masculinos e femininos, da área urbana, apresentou comportamento crescente até o grupo de 20 a 24 anos de idade, com um total de 420 óbitos do sexo masculino para cada grupo de 100 óbitos do sexo feminino. A partir daí, a tendência observada é decrescente até a última faixa etária de 100 anos ou mais de idade.

Os valores excessivamente elevados nos grupos de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos de idade são decorrentes dos óbitos por causas externas ou violentas, como homicídios e acidentes de trânsito, que atingem com maior intensidade a população masculina urbana. (IBGE, 2010).

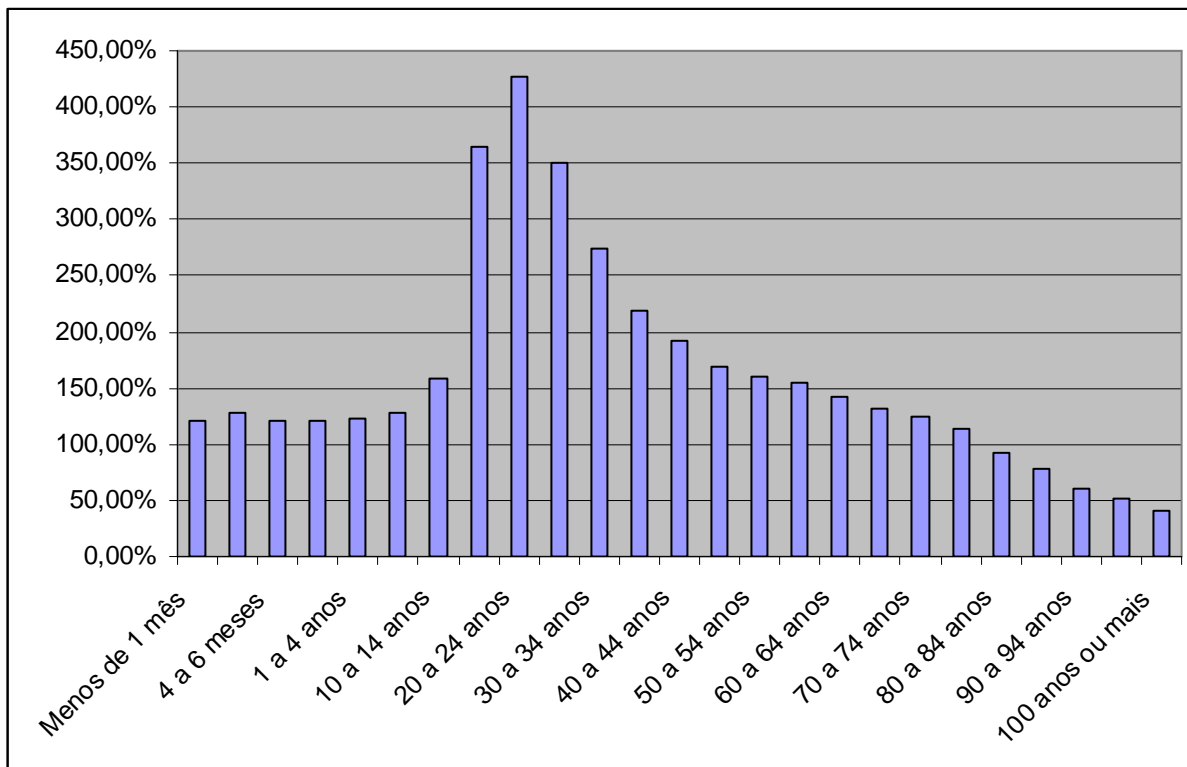


Gráfico 2.4 – Razão entre o número de óbitos masculino e feminino, segundo os grupos de idade da área urbana – Brasil – 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração própria. (IBGE, 2010).

Outrossim, o controle das mortes de crianças contribui para com o aumento na expectativa de vida da população. O IBGE (IBGE, 1999) define a taxa de mortalidade infantil como sendo a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Levando-se em conta cada grupo de mil crianças nascidas vivas.

Costa (2003) acredita que a vacinação, assistência pré-natal, consultas médicas, descentralização de ações e serviços de saúde, principalmente para os grupos mais vulneráveis, podem ter contribuído na redução dos coeficientes.

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2012), aponta avanço global no combate à mortalidade infantil. O relatório intitulado “O compromisso com a sobrevivência da criança: Uma promessa renovada”⁵ indica que o Brasil atingiu em 2011 a meta estabelecida para ano de 2015. O índice de 16

⁵ Committing to Child Survival: A Promise Renewed. (UNICEF, 2012).

mortes por mil nascimentos coloca o Brasil na posição 108 da classificação mundial, apontando uma redução de 73% na mortalidade infantil, em comparação a 1990.

Mas há tarefas inacabadas: milhões de crianças menores de cinco anos ainda morrem a cada ano de causas evitáveis para os quais existem intervenções comprovadas e acessíveis. Essas vidas poderiam ser salvas por meio de vacinas, nutrição adequada e cuidados básicos e de saúde materna. O mundo tem a tecnologia e o conhecimento para fazer isso. O desafio é torná-los disponíveis para todas as crianças. (UNICEF, 2012, p. 1).

Em 1990, 205 mil crianças com menos de 5 anos morreram no País. Em 2011, foram 44 mil - uma queda de 73%, índice superado por apenas quatro outros países. Apesar de ter atingido a meta, o Brasil ainda está distante dos índices de países ricos. Na Itália, Portugal e Espanha, a proporção de crianças que morrem é de apenas um quarto da taxa brasileira. Em 2011, 6,9 milhões de crianças morreram no mundo antes de completar 5 anos. Em 2000, essa taxa era de 12 milhões. (UNICEF, 2012).

Tabela 2.4 - Óbitos p/Residência por sexo segundo faixa etária. Período: 2010

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Ignorado	Total
TOTAL	22.166	17.508	196	39.870
0 a 6 dias	12.011	9.138	166	21.315
7 a 27 dias	3.539	2.815	18	6.372
28 a 364 dias	6.607	5.547	12	12.166
Menor 1 ano	9	8	-	17

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (DATASUS, 2013).

A Tabela 2.4 apresenta os dados divulgados pelo Ministério da Saúde pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para o ano de 2010. Observa-se que as crianças do sexo masculino têm morte superior a das crianças do sexo feminino em todas as faixas etárias. A diferença das mortes Perinatais em relação ao sexo é da ordem de 31,44%, a maior registrada até um ano de vida. Outro dado que chama atenção é o número de óbitos de crianças do sexo masculino com faixa etária de até seis dias, é o maior registrado entre todas as faixas apresentadas na

Tabela 2.4.

A Tabela 2.5 apresenta a evolução da Taxa de Mortalidade infantil para o Brasil e Grandes Regiões. O histórico a partir do ano de 1960 registra uma redução constante desta taxa.

Tabela 2.5 - Evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil) - Brasil e grandes regiões – 1960-2010

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)					
	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	131,2	113,9	69,1	45,2	29,7	15,6
Norte	129,9	108,6	61,0	44,1	29,5	18,1
Nordeste	170,4	150,1	97,1	71,5	44,7	18,5
Sudeste	109,9	95,7	57,7	31,7	21,3	13,1
Sul	95,0	84,5	46,0	27,4	18,9	12,6
Centro-Oeste	111,2	93,6	47,9	32,4	21,6	14,2

Fonte: 24ª Oficina de Trabalho Interagencial (OIT) da RIPSА. (RIPSА, 2012).

Melhor atendimento médico, crescimento da renda familiar, expansão dos serviços de saúde, como os programas de vacinação em massa, o incentivo ao aleitamento materno, acompanhamento de gestantes e recém-nascidos, expansão do saneamento básico, entre outros fatores, contribuíram, em conjunto, para a queda acentuada no número de mortes infantis, acentuando-se, aí, os avanços registrados no Brasil. (UNICEF, 2012).

2.6 MIGRAÇÃO

Outro fator que influencia no envelhecimento populacional é a migração. Muitos jovens migram à procura de estudo, trabalho e melhores condições de vida. Aportando em países mais ricos, os jovens deixam seus familiares mais velhos para trás, aumentando, com isso, a proporção de pessoas idosas nos países de onde emigraram. Com efeito, aumenta, no processo de imigração, a proporção de pessoas mais jovens. (PASCHOAL, 1996).

O Censo Demográfico 2010 do IBGE registrou 268.295 imigrantes internacionais. O Instituto utiliza o critério de data-fixa, que se refere aos indivíduos que residiam no Brasil na data do Censo, mas que residiam em um país estrangeiro cinco anos antes da data de referência (data-fixa). O total foi 86,7% maior do que o encontrado pelo Censo Demográfico 2000, de 143.644 imigrantes. Do total de imigrantes internacionais registrados pelo Censo 2010, 175.766 pessoas nasceram no Brasil, e 65,5% dos imigrantes do período são imigrantes internacionais de retorno. Em 2000 foram registrados 87.886 imigrantes internacionais de retorno, representando 61,2% destes indivíduos no período. Com isto, observa-se que o número de imigrantes internacionais de retorno, verificado pelo IBGE, dobrou em relação àquele registrado no Censo Demográfico 2000. (IBGE, 2010).

A Tabela 2.6 apresenta o quantitativo de homens e mulheres, imigrantes internacionais, que residiam no Brasil em 2010, conforme levantamento do Censo 2010 efetuado pelo IBGE. Dos 10 países apresentados na Tabela 2.6, os Estados Unidos aparecem em primeiro lugar como o país de onde se originou o maior número, tanto de homens quanto o de mulheres, que residiam no Brasil quando do levantamento realizado. Observa-se, também, na Tabela 2.6, que dos 10 países de imigração internacional os homens aparecem como maioria.

Tabela 2.6 - Pessoas e brasileiros natos que residiam há menos de 10 anos ininterruptos na Unidade da Federação, por sexo e país de residência anterior

	País de residência anterior	Homens	Mulheres
1	Estados Unidos	45.115	34.213
2	Japão	32.133	29.560
3	Paraguai	22.175	22.161
4	Portugal	19.575	16.078
5	Bolívia	14.597	12.663
6	Espanha	11.803	11.050
7	Reino Unido (Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales)	11.596	9.689
8	Itália	10.961	9.066
9	Argentina	8.889	7.492
10	França	6.772	5.455

Fonte: IBGE - Censo 2010. Elaboração própria. (IBGE, 2010).

Para a migração interna no Brasil o Censo de 2010 mostrou que 35,4% da população não residiam no município onde nasceram - cerca de 26,3 milhões de pessoas -, e que 14,5% não moravam em seu estado. São Paulo (8 milhões de pessoas), Rio de Janeiro (2,1 milhões), Paraná (1,7 milhão) e Goiás (1,6 milhão) indicaram o maior contingente de pessoas não naturais residentes nestes estados. Os Estados de Minas Gerais (3,6 milhões de pessoas), Bahia (3,1 milhões), São Paulo (2,4 milhões) e Paraná (2,2 milhões), registraram os maiores volumes de pessoas naturais residindo em outras unidades da federação.

São Paulo e Rio de Janeiro contabilizaram os maiores números de não naturais residentes em nível nacional. O primeiro destacou-se pelo número de naturais da Bahia (1,7 milhão de pessoas), Minas Gerais (1,6 milhão) e Paraná (1 milhão). O segundo apresentou como naturais de Minas Gerais, Paraíba e Ceará, que, juntos, alcançaram 45,9% do total de não naturais do Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com o Censo 2010, a maior parte dos migrantes (53,6%) não naturais do estado onde residiam eram de origem nordestina, somando 9,5 milhões de indivíduos.

Considerando os residentes não naturais com os naturais não residentes, 15 estados vêm apresentando resultados positivos no processo de migração (chegam mais migrantes do que saem) e 12 estados contabilizam resultados negativos (o número de saídas é maior do que o de chegadas). São Paulo tem apresentado o maior ganho populacional resultante desse processo histórico de migração interestadual, com 5,6 milhões de pessoas. Minas Gerais e Bahia, Estados com histórico de emigração, foram os que apresentaram a maior diferença negativa entre naturais não-residentes e não-naturais residentes (ambos com 2,2 milhões de pessoas).

O IBGE classifica como “migração de última etapa” a última mudança realizada pelo indivíduo nos dez anos anteriores à pesquisa. No Censo Demográfico de 2000 foram 11,3 milhões de pessoas migrantes de última etapa. Já em 2010 esse número caiu para 9,9 milhões de pessoas. Esta queda foi observada em 24 estados, sendo que, em Roraima, diminuiu a migração em 30,0% e, em Rondônia, Ceará e São Paulo, o índice caiu cerca de 25,0%. Santa Catarina foi o Estado que apresentou maior aumento no volume de imigrantes de última etapa: 33,0%.

Em relação à migração interna de data-fixa, que investiga o local de residência do indivíduo cinco anos antes do Censo, observou-se que a região

Nordeste foi a única que perdeu população. Em 2005 e 2010, 1,3 milhão de pessoas deixou a região, sendo que 828 mil dirigiram-se ao Sudeste. Por outro lado, 386 mil indivíduos retornaram desta região para o Nordeste. Os Estados de São Paulo, Goiás e Santa Catarina registraram o maior ganho de população no período, com saldos migratórios positivos. Maranhão e Bahia registraram as maiores perdas.

Entre os 4,6 milhões de indivíduos que migraram entre as unidades da federação nos cinco anos antes do Censo, 2,4 milhões eram homens e 2,3 milhões, mulheres. A maior parte era formada por adultos entre 20 e 29 anos (31,5%). Em seguida, os migrantes que tinham entre 30 e 39 anos (19,8%). Em termos gerais, 89% dos migrantes tinham menos de 50 anos e 5% eram idosos, com 60 anos ou mais.

Tabela 2.7 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31/07/2005, por sexo

Sexo	Grupos de idade	Pessoas
Idosos	60 a 64 anos	149.446
	65 a 69 anos	103.869
	70 a 74 anos	71.902
	75 a 79 anos	43.030
	80 anos ou mais	47.272
Idosas	60 a 64 anos	151.658
	65 a 69 anos	104.786
	70 a 74 anos	78.312
	75 a 79 anos	56.985
	80 anos ou mais	80.485

Fonte: IBGE - Censo 2010. Elaboração própria. (IBGE, 2010).

A Tabela 2.7 apresenta os migrantes com 60 anos ou mais de idade. Observa-se que as mulheres idosas, em todas as faixas de idade, constituem os maiores percentuais nas levadas migratórias. Um dos fatores explicativos para tal fenômeno é o quantitativo total da população idosa feminina, que é maior que a população idosa masculina.

2.7 CONSIDERAÇÕES

As alterações da realidade social geradas pelo aumento da população idosa apresentam várias consequências na forma como a sociedade se organiza, reconfigurando suas estruturas econômicas, políticas e culturais. Neste sentido, este capítulo promoveu, dentre outras questões, uma exposição sobre os temas relacionados às idosas e aos idosos.

Foi apresentada a Gerontologia como o campo de estudos que investiga o envelhecimento humano em diferentes contextos socioculturais e históricos, e definiu-se o Ciclo de Vida como a sucessão de estágios do desenvolvimento do indivíduo. Observou-se, ainda, que a expectativa de vida vem aumentando progressivamente em todos os países, inclusive no Brasil, e em 2050 as projeções apontam para aproximadamente 80 milhões de pessoas idosas no País.

Outros temas conceituados neste capítulo foram a fecundidade, a mortalidade e a migração, e a sua relação com o envelhecimento populacional.

3 GÊNERO E TRABALHO

[...] é preciso resistir à velhice e combater seus inconvenientes à força de cuidados; é preciso lutar contra ela como se luta contra a doença; conservar a saúde, praticar exercícios apropriados, comer e beber para recompor as forças sem arruiná-las. Mas não basta estar atento ao corpo; é preciso ainda mais ocupar-se do espírito e da alma. (CÍCERO, 2006, p. 31).

Neste terceiro capítulo será apresentado o referencial teórico acerca dos conceitos e definições presentes nos estudos acadêmicos sobre Gênero e sobre Trabalho. Este referencial teórico de cada seção apresentará conceitos sobre a feminização do envelhecimento, divisão sexual do trabalho, centralidade do trabalho e aposentadoria.

3.1 FEMINIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO

Uma população envelhece quando se registra um aumento considerável na proporção de pessoas classificadas como de idade mais avançada. A feminização do envelhecimento é um aspecto relevante no processo de envelhecimento observado em diversos países, inclusive no Brasil.

Salgado (2002, p. 8) diz que “Como resultado de uma desigualdade de gênero na expectativa de vida, existe essa proporção maior de mulheres do que de homens nesse grupo populacional”.

Para Neri (2007), a feminização do envelhecimento é um processo de transição de gênero que acompanha as mudanças que estão ocorrendo em todo o mundo na questão do envelhecimento populacional e padrões de sobrevivência de homens e mulheres, descrevendo-os em três fases:

1. Expectativa de vida ao nascer;
2. Taxas de fertilidade por mulheres;
3. Duração média de vida das mulheres.

Veras (1987) escreveu que ao lado de diferenças biológicas - como, por exemplo, o fator de proteção conferido por hormônios femininos em relação à isquemia coronariana - há outras explicações, de cunho sócio-cultural, para a diferença populacional entre idosos e idosas:

- Maior longevidade das mulheres em comparação aos homens;
- Crescimento relativo do número de mulheres na população economicamente ativa;
- Crescimento relativo no número de mulheres que são chefes de família. (NERI, 2008, p.87).
- As causas externas que atuam mais incisivamente nos indivíduos do sexo masculino, como os acidentes em geral, acidentes de trânsito, homicídios, quedas, suicídios e outras;
- Diferenças no consumo do tabaco e álcool;
- A maior utilização dos serviços de saúde pelas mulheres;
- A conquista de maiores e melhores cuidados em assistência médico-obstétrica.

O aumento da expectativa de vida está ocasionando maior representatividade e presença de mulheres idosas em diversas atividades na sociedade, com maior liberdade, auto-afirmação e autovalorização. Independentemente de classe social, existe, hoje, maior aceitação em diversos aspectos sociais da vida da mulher, como por exemplo, constituir família ou reconstituí-la com novos casamentos ou uniões, criar filhos seus ou dos companheiros, discutir assuntos que antes eram “proibidos” com os mais jovens, estudar, trabalhar e até mesmo mudar de profissão. (NERI, 2007).

O aumento da longevidade dá também à mulher a oportunidade de mudar de trabalho, de profissão, de um novo casamento e outras oportunidades educacionais. As mulheres, em particular, tem maior flexibilidade de funções devido a sua maior expectativa de vida. (SALGADO, 2002, p. 16).

Sob outro aspecto, porém, para Neri (2007), olhando pelo prisma epidemiológico, o aumento do número de idosas coincide com o aumento das taxas de doenças crônicas, incapacidades físicas, dor, depressão, consumo de

medicamentos e maior número de atendimentos hospitalares em relação às quedas. As doenças psiquiátricas relacionadas às demências e distúrbios depressivos também apresentam um aumento substancialmente maior nas idosas que nos idosos.

Às desigualdades sociais, políticas e econômicas que são enfrentadas por todas as mulheres se agrega, à mulher idosa, a discriminação pela idade, que caracteriza uma sociedade orientada para a juventude. É difícil entender a falta de atenção aos problemas da mulher idosa quando vemos que a transformação social e econômica que acompanha o envelhecimento de uma sociedade está relacionada particularmente com a mulher. (SALGADO, 2002, p. 16).

Veras (2003) acredita que o fenômeno da longevidade feminina pode ser atribuído, fundamentalmente, a fatores biológicos, como proteção hormonal do estrógeno, e a não exposição aos fatores de risco de mortalidade, como atividades profissionais de maior periculosidade, consumo de tabaco e álcool, e exposição à violência social, fatores estes normalmente vivenciados mais fortemente pelos homens. O autor concorda, porém, que a postura diferenciada em relação aos cuidados com a saúde também contribui para a maior longevidade feminina.

Grande parte das mulheres idosas de hoje não lograram conquistar, durante a juventude e a idade adulta, trabalhos remunerados, seja pelo menor grau de escolaridade, seja pelos fatores culturais impeditivos ou restritivos. Estas mulheres conseqüentemente, vivem, na velhice, em situações socioeconômicas precárias, contribuindo para o registro de altos índices de pobreza nas faixas etárias superiores aos 60 anos. A viuvez e a solidão podem, nestas situações, desencadear ou agravar estados psicológicos depressivos. (PRADO, 2006).

Em estudo realizado no Rio de Janeiro, constatou-se que os problemas mais significativos entre as mulheres mais idosas são a solidão, a pobreza e a privação social, sobretudo entre as viúvas mais velhas e as mulheres não-casadas que vivem sozinhas e dependem de ajuda para sobreviver. A tríade pobreza, solidão e doença ocorre frequentemente entre as mulheres idosas. (VERAS, 2001, p. 15).

Por outro lado, as mulheres idosas procuram mais os espaços associativos, participam de atividades extra domésticas, de organização e movimento de

mulheres, realizam cursos, participam de viagens etc. Este fato é comprovado pela participação feminina muito significativa em programas voltados para a população idosa, com número considerável de mulheres inseridas em Conselhos, Fóruns e demais espaços públicos de ativismo ou debate. (PAPALEO NETTO, 2002).

A Tabela 3.1, elaborada a partir dos dados do Censo de 2010, apresenta o número total de domicílios particulares permanentes com apenas um morador, especificando o sexo da pessoa responsável e a situação deste domicílio (urbano ou rural). Dos 57.324.167 milhões de domicílios, 61,26% referem-se a homens como responsáveis e 38,74% como mulheres responsáveis pelo domicílio. Dos domicílios sob responsabilidade dos homens, 10,17% são de apenas um morador. Para os domicílios sob responsabilidade das mulheres esse percentual é de 15,35% de apenas um morador, no caso, uma mulher.

Tabela 3.1 - Situação do domicílio particular, sexo e total de moradores
Brasil – 2010

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio e número de moradores	Domicílios particulares permanentes		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Total	57.324.167	49.226.751	8.097.416
1 morador	6.980.378	6.130.632	849.746
Homens	35.115.512	29.052.058	6.063.454
1 morador	3.571.291	2.957.875	613.416
Mulheres	22.208.655	20.174.693	2.033.962
1 morador	3.409.087	3.172.757	236.330

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptação própria. (IBGE, 2010).

Nos domicílios da área rural os homens são responsáveis em 159,56% a mais de domicílios que as mulheres. São 613.416 residências com apenas um morador homem contra 236.330 domicílios com apenas uma mulher.

Já os domicílios urbanos com apenas uma mulher residindo são da ordem de 3.172.757, e as residências ocupadas por apenas um homem perfazem 2.957.875, ou seja, uma diferença de 214.882 residências com apenas uma mulher

(7,26% a mais).

A pesquisadora Camarano (2004) em seus estudos sobre os novos idosos brasileiros preconiza que

Com a viuvez e as separações, as mulheres idosas passam a assumir os papéis de responsáveis pelas suas famílias. Esse comportamento reflete tanto as alterações decorrentes do envelhecimento populacional como as mudanças nos arranjos familiares da população como um todo. (CAMARANO et al., 2004, p. 147).

O quantitativo de mulheres residentes nas regiões urbanas reforça sua autonomia em diversas faixas etárias. “Isso reflete o aumento generalizado das famílias chefiadas por mulheres em curso no Brasil”. (CAMARANO et al., 2004, p. 151).

3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A palavra *sexo* provém do latim *sexus* e refere-se à condição orgânica (anatômica fisiológica) que distingue o macho da fêmea. O termo *gênero* provém do latim *genus* e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. (YANNOULAS, 2001).

Ao longo da história da humanidade o trabalho sempre foi diferenciado entre os homens e as mulheres, seja em termos de características do trabalho, reconhecimento ou remuneração. O conceito de gênero se coloca como fundamental para a compreensão destas diferenciações. As formas de inserção no mundo do trabalho variam segundo o gênero, não pelas diferenças fisiológicas e de natureza do homem ou da mulher, mas das relações culturais, sociais e econômicas que designam diferentes condições de acesso ao mercado de trabalho tanto para os homens quanto para as mulheres. (OIT/MTE, 2002).

A partir dos anos 1970 muitos autores e pesquisadores passaram a conceituar gênero de diversas formas: gênero como papéis dicotomizados, gênero como variável psicológica, gênero como sistemas culturais, gênero como relacional e contextual. (COSTA, 1994).

A definição de gênero para Joan Scott (1995) baseia-se na conexão integral

entre duas proposições:

- a) Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos;
- b) O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

A OIT/MTE (1998) adotou outro conceito de gênero aplicado a homens e mulheres:

Gênero é um conceito que se refere ao conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferentemente a homens e mulheres, inclusive desde o momento do nascimento, e determinam funções, papéis, ocupações e as relações que homens e mulheres desempenham na sociedade e entre eles mesmos. Esses papéis e relações são determinados [...] pelo contexto social, cultural, político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração para outra [...]; são as valorações e definições construídas pela sociedade para moldar o perfil do que é ser homem ou ser mulher nessa sociedade. (OIT/MTE, 1998, p.12).

O termo “gênero” enfatiza que as mulheres e os homens necessitam ser definidos em termos recíprocos e não seria possível compreender quaisquer dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995).

A pesquisadora Scott explica, ainda, que

“Gênero” foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre as convenções ou regras (feitas pelo homem) do uso da linguística, quanto dos estudantes de sociologia, dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1992, p. 86).

Continuando em suas reflexões, Scott afirma:

Embora os usos sociológicos de “gênero” possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo. Também enfatizaram o aspecto relacional do gênero: não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. Além disso, uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações

daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como em levar em conta a mudança. (SCOTT, 1992, p. 86).

Assim, gênero é o modo como as sociedades interpretam e articulam a diferença sexual entre homens e mulheres, permitindo a interpretação de sua ocupação nos espaços públicos e privados.

A emergência do conceito de gênero - buscando explicar as relações entre homens e mulheres - permitiu perceber que os papéis masculinos e femininos são construções sociais nas quais relações de poder e hierarquia estão presentes. A divisão sexual do trabalho deixa de ser vista como um processo natural, mas como uma expressão da assimetria das relações entre homens e mulheres. (STANCKI, 2003, p. 3).

Pela perspectiva de gênero, as múltiplas formas de divisão do trabalho socialmente produzido levaram à conceituação da relação social entre o grupo dos homens e o grupo das mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007). A divisão sexual do trabalho – forma de divisão das atividades de produção de bens e serviços entre os sexos – possibilita uma compreensão ampliada da realidade no mundo do trabalho entre homens e mulheres, e entre homens e entre as mulheres. (STANCKI, 2003).

Para Stancki (2003), a masculinização e a feminização de tarefas fazem parte das construções sociais do masculino e do feminino, respectivamente. As atividades masculinas permanecem relacionadas a atributos de força física, raciocínio lógico, habilidades em comandar. Já as atividades femininas lembram atributos de paciência, atenção e minúcia.

A divisão sexual do trabalho é modulada histórica e socialmente, designando os homens, prioritariamente, como provedores da família, responsáveis pela esfera produtiva – espaço público (masculino) – e protagonistas de atividades com maior valor social adicionado. As mulheres, entretanto, foram designadas para a esfera reprodutiva – espaço privado (feminino) – exercendo papéis com menor valor social adicionado. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Divisão sexual do trabalho: é uma categoria utilizada pelas Ciências Sociais para indicar que, em todas as sociedades, homens e mulheres realizam tarefas distintas. Entretanto, as tarefas atribuídas a cada sexo variam de cultura para cultura, ou ainda dentro da mesma cultura, de uma época para outra. Ressaltamos a questão temporal porque é uma característica fundamental das relações de gênero: sua mutabilidade no tempo. Por exemplo: a docência era

uma tarefa fundamentalmente masculina nos inícios da profissão, na Europa. Quando nos defrontamos com estas mudanças temporais no exercício de uma profissão, é importante observar quais foram os fundamentos que deram origem a tal mudança, pois exprimem novas formulações culturais das relações entre os gêneros. (YANNOULAS, 2002, p. 15).

Continuando com sua definição sobre a divisão sexual do trabalho, Yannoulas (2002) preceitua:

Ressaltamos também a questão espacial (no sentido da geografia humana) porque é outra característica fundamental das relações de gênero: sua mutabilidade no espaço. Por exemplo: grande parte das atividades da construção civil é exercida exclusivamente por homens na maioria dos países, exceto na Índia, onde as mulheres trabalham normalmente neste setor. Quando nos defrontamos com estas diferenças espaciais no exercício de uma profissão, é importante observar quais são os fundamentos que justificam uma ou outra divisão sexual do trabalho, pois exprimem diferentes formulações culturais das relações entre os gêneros. (YANNOULAS, 2002, p. 15).

Helena Hirata (2010) descreveu quatro modelos de conciliação para com as atividades da vida familiar e as atividades da vida profissional:

1. Modelo tradicional:

Considera que a mulher não trabalha no mercado formal, apenas exercendo o papel de cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. Ao homem é reservado o papel de provedor do lar.

2. Modelo da conciliação:

A mulher trabalha em atividade formal e exerce as responsabilidades do trabalho profissional (público), conciliando-as, somente ela, com as atividades do lar (privado). Já o homem não concilia.

3. Modelo da parceria:

As mulheres e os homens são parceiros e suas relações são de igualdade e não de poder. As atividades domésticas e os cuidados da família são exercidos e repartidos por ambos, resultando em igualdade entre os sexos.

4. Modelo da delegação:

Este modelo traz uma “solução” para o antagonismo entre as atividades profissionais e os afazeres domésticos. A mulher delega a outra mulher as atividades domésticas e os cuidados da família.

Manuel Castells (1999) pontuou, em pesquisa própria, que o casamento e os filhos são os principais fatores que levam as mulheres a optarem por um trabalho de meio expediente ou em tempo parcial. O trabalho doméstico sempre foi identificado como atribuição das mulheres e relegado a um segundo plano, sem a devida importância. Somente nas últimas décadas o trabalho doméstico passou a ser considerado indispensável ao bem estar físico e emocional das famílias.

As pesquisadoras Brusquini e Ricoldi (2008) lembram que

Historicamente, as tarefas domésticas, embora restritas à unidade familiar, eram executadas paralelamente a outras atividades ligadas diretamente à produção social. Com o advento da industrialização ocorre uma ruptura, que separou a unidade doméstica da unidade de produção, proporcionando uma divisão sexual do trabalho mais rígida. Nessa divisão, à mulher coube principalmente a realização das tarefas relativas à reprodução da força de trabalho na esfera privada do lar e sem remuneração, enquanto ao homem, o trabalho produtivo extra-lar, pelo qual passou a receber alguma forma de remuneração. (BRUSCHINI; RICOLDI, 2008, p. 63).

As autoras continuam, em suas reflexões, afirmando que a ideologia se encarregou de transformar a rígida divisão sexual do trabalho em uma divisão “natural” por sexo.

Os afazeres domésticos, por exemplo, realizados pela dona-de-casa não são considerados pelas pesquisas como trabalho e sim como inatividade, ao passo que uma mulher contratada para executar o mesmo tipo de serviço passa a ser considerada na estatística como empregada doméstica. Nesta mesma linha, as pesquisadoras Bruschini e Lombardi (2000) citaram o economista inglês Collin Clark, cuja afirmação pressupõe que, se alguns homens solteiros casassem com suas empregadas domésticas, a renda nacional acabaria por diminuir em função de a empregada doméstica passar a ser a “dona-de-casa” e não receber mais salário pelos mesmos serviços. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Não bastasse a persistência do modelo tradicional na divisão sexual do trabalho, somado ao modelo de conciliação, a maternidade interfere

demasiadamente na inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente quando os filhos são pequenos e

A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. (BRUSCHINI, 1998, p. 6).

Para Bruschini (1998), se nas famílias mais pobres ou chefiadas por mulheres a conciliação do trabalho com a maternidade, e até mesmo com a maternidade em tempo integral torna-se inviável, então, recorre-se a creches (quando há vaga), a avós, vizinhos e até mesmo aos filhos mais velhos para cuidar dos menores enquanto a mãe trabalha.

Para Castells (1999) a entrada maciça de mulheres como força de trabalho remunerado deve-se, por um lado, à informatização, integração em rede e a globalização da economia e, por outro, à divisão do trabalho por gênero.

Hirata (2011) diz que a intensificação do trabalho, tanto no mercado formal de trabalho quanto nas atividades informais, é uma das causas do crescimento do emprego vulnerável, precário e flexível⁶. De um lado existem mulheres estabilizadas profissionalmente, atuando em atividades intelectualizadas, com melhores condições e remunerações, e, de outro, mulheres que se mantêm em ocupações consideradas pouco qualificadas, com baixa remuneração e precarizadas. Esta bipolarização do trabalho feminino traz antagonismos e desigualdades, tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres. (HIRATA, 2011, 2010).

A precarização do trabalho atinge tanto homens quanto mulheres, só que de maneiras distintas. A pesquisadora Helena Hirata (2009) sugeriu três indicadores de trabalho precário, a saber:

1. **Direitos sociais** – atividades executadas sem as proteções sociais e sindicais, como registro em carteira, previdência social, férias, aposentadoria, fundo de garantia por tempo de serviço, etc.;

⁶ A flexibilidade visa simplesmente transferir os riscos ligados às flutuações conjunturais e reduzir os custos de mão de obra; ela põe em questão a legislação do trabalho, o tempo, a duração, os salários associados a ele e a proteção social; trata-se de facilitar o recurso a formas de emprego menos custosas: trabalho temporário, trabalho independente, tempo parcial, trabalho em domicílio, estágios ou aprendizado de jovens (MEULDERS, 2003, p.273).

2. **Horas reduzidas de trabalho** – acabam por resultar em salários mais baixos, uma vez que o trabalho em tempo parcial (dividido ao longo do dia ou da semana) pode ser considerado como trabalho precário, mesmo havendo contrato por tempo indeterminado;
3. **Baixa qualificação** – os baixos níveis de qualificação formal, ou até mesmo sua ausência, resultam, quase que invariavelmente, em baixa renda, trabalho precário e desemprego.

Estes indicadores orientam para o entendimento de uma divisão sexual da precariedade. Assim, tanto homens quanto mulheres são atingidos pela precariedade. As mulheres, entretanto, são as mais afetadas por esta precarização, pois as relações de poder ou formas de discriminação indireta acabam por destinar às mulheres ocupações menos qualificadas, com remunerações mais baixas e carreiras sem perspectiva de promoção. Dados estatísticos revelam que a população feminina é maioria em atividades informais, flexíveis e em tempo parcial. (OIT/MTE, 2002).

3.3 TRABALHO

As reflexões atuais em todas as dimensões estruturais da vida humana relacionadas ao emprego, salário, desemprego, subemprego, enfim, situações que envolvem milhões de pessoas em todos os segmentos de todas as sociedades são pertinentes. É crucial entender o trabalho como vital para todos os seres humanos, desde os primórdios da história humana até os dias atuais.

Em 1919 foi fundada, durante a Conferência da Paz, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como parte do Tratado de Versalhes⁷, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. A OIT é a única das agências do Sistema das Nações Unidas com estrutura tripartite, composta de representantes de governos, de

⁷ O primeiro e mais importante de todos os tratados de paz foi o Tratado de Versalhes assinado em 28 de junho de 1919, após o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). (MESQUITA, 2002).

organizações de empregadores e de trabalhadores. São 183 Estados-membros que participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização.

A OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações).

Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções:

- 1) Limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 semanais;
- 2) Luta contra o desemprego;
- 3) Proteção à maternidade;
- 4) Proibição do trabalho noturno de mulheres;
- 5) Idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria;
- 6) Proibição do trabalho noturno para menores de 18 anos. (OIT BRASIL, 2013).

Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho aprovou a Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. A Declaração estabeleceu quatro princípios fundamentais a que todos os membros da OIT estão sujeitos:

- 1) Liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
- 2) Eliminação de todas as formas de trabalho forçado;
- 3) Abolição efetiva do trabalho infantil;
- 4) Eliminação de todas as formas de discriminação no emprego ou na ocupação. (OIT BRASIL, 2013).

O trabalho assinala a passagem do homem, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 1981), caracterizando e transformando as sociedades humanas por meio do trabalho. Para Moraes (2009), o momento divisor entre o ser social e o ser natural demarca-se não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência. Esta

aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se

expande em conhecimento, se aperfeiçoa. (FRIGOTTO et al., 2005, p. 2).

O trabalho é um processo realizado e controlado entre o ser humano e a natureza. Nesse processo a pessoa se defronta com a matéria e as forças naturais. Emprega o esforço de todo o seu corpo para assimilar e transformar toda a matéria oferecida pela natureza em formas úteis para a sua vida. Todas as coisas obtidas diretamente da natureza são objeto de trabalho para a mulher e para o homem. O cobre, por exemplo, que é extraído da terra e trabalhado até se transformar em matéria-prima, passa a ser o objeto para um novo processo de trabalho. “Toda matéria-prima é objeto de trabalho.” (MARX, 1983, p. 152).

O ser humano, valendo-se do meio de trabalho, transforma aquele objeto em um fim pretendido, em um produto com seu valor de uso. Todo o processo de construção do objeto, aliado aos meios de trabalho, resulta nos meios de produção.

Para Castro e Dias (2005), as pessoas desenvolvem as relações de produção através do processo de trabalho (força humana e ferramentas), dando origem a forças produtivas que também geram um determinado sistema de produção (distribuição, circulação e consumo de mercadorias).

Atualmente a compra e a venda da força de trabalho desconsideram a essência humana e se atêm meramente à mão-de-obra, que é predominantemente assalariada. Por força de lei, diversas cláusulas trabalhistas devem ser atendidas e o trabalhador é livre (mas não tanto assim...), para vender a sua força de trabalho e se submeter ao mercado capitalista.

A divisão da sociedade em grupos e classes permite aos proprietários dos meios de produção o poder de classificação, escolha e pagamento, restando ao trabalhador o precário e enfraquecido aceite. (MARX, 1983).

E são as apropriações ideológicas que mistificam essas ações, que constituem determinada divisão social do trabalho, gerando as classes sociais. Aí se origina a separação, a alienação dos seres humanos da produção que se torna mercadoria avaliada segundo o tempo de trabalho e seu valor de troca, a ponto de eles não se reconhecerem no produto do seu trabalho, no conhecimento produzido pelo trabalho, nas relações com os demais produtores. (FRIGOTTO et al., 2005, p. 3).

Nas relações capitalistas de produção, o trabalho, segundo Max Weber, é

racionalizador da atividade econômica e gerador de lucro, levando a mulher e o homem a não mais buscarem a satisfação de suas necessidades, mas sim serem dominados economicamente.

O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. (WEBER, 1967, p. 21).

Sabe-se, no entanto, que a atual conjuntura mundial da economia capitalista está gerando desemprego de enormes proporções, não bastando à trabalhadora e ao trabalhador a sua qualificação e nível educacional. Desta forma, a empregabilidade caberia ao próprio sistema que estruturalmente comercializa a força de trabalho.

Se já não há muito lugar e se esse pouco se vai encolhendo pelo fato de o trabalho estar desaparecendo – trabalho sobre o qual a sociedade ainda se baseia e do qual ainda depende a sobrevivência dos vivos -, esse desaparecimento não incomoda em nada os verdadeiros poderes, os da economia de mercado. (FORRESTER, 1997, p. 28).

Todos os seres humanos necessitam atender às suas necessidades básicas de alimentação, vestuário e proteção, mas também avançam em suas necessidades de mover-se por meio de transportes, comunicar-se através de meios mais elaborados e modernos, e outras tantas necessidades sociais e culturais que também demandam produção.

Esta produção está intrinsecamente ligada ao mercado de trabalho, que é dinâmico e composto por pessoas trabalhadoras em situações de ocupação, emprego, desocupação, desemprego e inatividade.

Ribeiro (2002) conceitua o fluxo de trabalhadores em três estados, a saber:

- 1) Ocupação - atividade remunerada no mercado de trabalho, seja como empregado formal ou informal, seja como empregador ou, ainda, por conta própria;
- 2) Desemprego ou desocupação - a pessoa não está ocupada e se encontra à procura de uma ocupação;
- 3) Inatividade - a pessoa não está ocupada ou à procura de ocupação.

Ao longo do tempo, o fluxo de trabalhadores varia do estado de ocupado ou empregado para o estado de desocupado ou desempregado ou, ainda, para a inatividade. O inverso também é dinâmico, ou seja, as trabalhadoras e os trabalhadores desocupados flutuam para ocupados ou desocupados, caracterizando, então, esta última situação quando o inativo inicia uma busca por emprego.

Dentro do próprio estado de ocupado ou empregado os trabalhadores podem flutuar do emprego formal para o informal e vice-versa, podendo, ainda, tornarem-se empregador ou autônomo.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde 1977, a partir de um convênio firmado entre o Brasil e a OIT, vem sendo aperfeiçoada. A multiplicidade de classificações ocupacionais usadas no Brasil dificultava a comparabilidade entre os usuários de diferentes fontes de informações produzidas no território nacional. O MTE e o IBGE utilizavam codificações diversas. (CBO/MTE, 2013).

Em 1994 foi instituída a Comissão Nacional de Classificações - CONCLA, organismo interministerial com o objetivo de unificar as classificações usadas no Brasil. Iniciou-se, então, um trabalho conjunto do MTE e o IBGE no sentido de construir uma classificação única. (CBO/MTE, 2013).

Para a CBO/MTE (2013), ocupação é um conceito sintético não natural, segundo o qual o que há no mundo concreto são atividades exercidas pelas pessoas em um emprego. Então, a ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho e emprego, ou situação de trabalho, que é um conjunto de atividades com ou sem vínculo empregatício.

Esta pesquisa utilizará o conceito restrito de emprego e desemprego, representando apenas assalariamento ou um posto de trabalho remunerado, preenchido por um trabalhador.

Em relação ao número de pessoas empregadas e desempregadas, os órgãos de produção de indicadores sociais adotam metodologias diferentes para os seus levantamentos:

- Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego e Salário (PME) do IBGE, as pessoas em idade ativa são classificadas em três categorias mutuamente exclusivas (pessoas ocupadas, desocupadas e não economicamente ativas). Para cada uma delas, há um conjunto de informações detalhadas

que subsidiam a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho. (IBGE, 2007, p. 12).

- A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Sistema Estadual de Estatísticas e Análise de Dados (SEADE), de São Paulo, em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), divide o desemprego nas categorias “aberto” (quando as pessoas procuram emprego), “oculto por desalento” (pessoas que não procuraram trabalho, por pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses) e “oculto por trabalho precário” (que realizam trabalhos precários, eventuais ou instáveis, os popularmente chamados “bicos”, por exemplo); (DIEESE, 2013, p. 44).
- A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) são registros administrativos e importantes fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal. Com abrangência das informações captadas em todos os municípios, são ferramentas para a implementação dos Programas Governamentais integrantes do Sistema Público de Emprego, para elaboração de Políticas Públicas e para estudos e pesquisas balizadores das Ações de Emprego. (MTE, 2013, p. 1).

Muitos são os fatores que influenciam a expansão e a retração do mercado de trabalho, influenciadas, também pelas profundas mudanças que o capitalismo vem sofrendo, tanto na sua produção, quanto no universo de suas ideias e valores. As elevadas taxas de desemprego convivem com o avanço da informalidade e da precarização do trabalho. Assim, para as idosas e para os idosos, que continuam no mercado de trabalho, a idade configura-se, neste contexto, mais um fator de acirramento das desigualdades sociais.

3.4 APOSENTADORIA

As dinâmicas da globalização capitalista agregadas pelas inovações tecnológicas observadas nos últimos anos acarretaram alterações nas formas de organização e gestão do trabalho. São transformações centradas nos avanços das forças produtivas, no conhecimento científico, na reorganização dos processos de produção, na substituição dos trabalhadores por máquinas inteligentes, influenciando diretamente a forma de realização e produção do trabalho dos indivíduos. (GONÇALVES, 2006).

No entanto, as relações de trabalho podem envolver esforço físico e mental, ações repetitivas, extensas jornadas e riscos, ambientes desfavoráveis para a saúde e para a qualidade de vida, além de crescente precarização e elevadas taxas de desemprego. (GONÇALVES, 2006; WOLECK, 2013).

Há, ainda, lacunas legislativas, sociais e econômicas que alteram significativamente as relações sociais no mundo do trabalho. Relações estas que revelam contínua diferença da distribuição de renda entre homens e mulheres, sendo estas últimas prejudicadas pela renda menor. (HIRATA; KERGOAT, 2008).

Outro agravante é que, com o passar dos anos e o aumento da idade do trabalhador, ocorre redução sensível no número de contratações pelas empresas. Os problemas enfrentados pelos trabalhadores têm início muito cedo e são mais graves para as pessoas com mais de 40 anos, consideradas “velhas” para várias profissões e carreiras. Os planos de “demissão voluntária” de muitas empresas, por exemplo, escolhem os maiores de 40 anos para integrarem suas listas. Muito comum, também, é a demissão de empregados que estão prestes a completar o tempo necessário para se aposentar. Assim, o problema mais urgente, no que se refere à força de trabalho, diz respeito a como manter estes trabalhadores no mercado produtivo formal até a sua aposentadoria. (PATROCÍNIO, 2008; ZENI, 2004).

O mercado de trabalho atribui ao profissional próximo aos 40 anos um perfil genérico de desadaptado, menos flexível e que

Não seria muito dizer, portanto, que no mundo corporativo (na linguagem executiva), ou no mundo do trabalho (na linguagem

sociológica), a “velhice”, da maneira como é compreendida – enquanto fase de perda, desvalorização, abandono e rejeição – se inicia aos 40 anos. (PERES, 2002, p. 25).

Isto se dá em função dos estereótipos tradicionais sobre o envelhecimento, rotulando os idosos como “velhos, obsoletos, improdutivos, intelectualmente prejudicados, resistentes a mudanças, desmotivados”, entre outros. (PATROCÍNIO, 2008).

Segundo Neri (1993), é inevitável que o idoso sofra algumas perdas cognitivas e físicas nesta fase da vida, assim como ocorre em todas as etapas do desenvolvimento. Porém, há um grande número de idosos que consegue manter a capacidade biológica e o funcionamento biopsicossocial bem próximo a de adultos jovens. Desta forma, muitos idosos têm plena capacidade de continuarem desenvolvendo suas atividades laborais e, conseqüentemente, a manutenção de seus empregos de maneira satisfatória.

A pesquisadora Zeni (2004) acredita que alguns fatores interferem de forma negativa sobre a situação profissional de trabalhadores idosos. Destacam-se, segundo a autora, a competitividade com os mais jovens, pois os idosos são quase sempre preteridos nesta comparação, dificuldades de adaptação às novas técnicas e métodos, falta de motivação, baixa adaptabilidade às mudanças, indisposição para trabalhar em equipe, dificuldades de aprendizado e baixa produtividade. Estes aspectos “desqualificadores” explicariam as práticas discriminatórias estereotipadas.

Gonçalves (2006) descreve etimologicamente a palavra aposentadoria como noção de recolhimento ao interior dos aposentos (do quarto). A aposentadoria estaria, também, relacionada ao estado de inatividade do funcionário público ou funcionário de empresa particular ao fim de certo tempo de serviço, com determinado vencimento mensal. Assim, na prática, a aposentadoria é o ato do trabalhador em se retirar das atividades profissionais após o cumprimento de determinado tempo de serviço, fazendo jus a um pagamento mensal por conta da instituição previdenciária oficial.

Para a pesquisadora Camarano (2012) as pessoas com 60 anos ou mais constituem-se em um grupo muito heterogêneo e a transição entre a situação de atividade e o de inatividade torna-se difícil de estabelecer. A aposentadoria se dá de forma diferente por sexo, pela idade, por tempo de contribuição e até mesmo pelas atividades no meio urbano ou rural.

O Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003), prevê, em seu artigo 3º:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (Art. 3º).

O sistema brasileiro de pensões e aposentadoria é financiado de forma tripartite. O trabalhador contribui proporcionalmente ao salário, o empregador recolhe de acordo com a folha de pagamento e a terceira parte cabe ao governo federal. Atualmente o sistema previdenciário brasileiro conta com três categorias:

- 1) Regime Geral da Previdência Social (RGPS) - inclui todos os indivíduos que contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): trabalhadores da iniciativa privada, funcionários públicos (concursados e não concursados), militares e integrantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo;
- 2) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) - organizados pelos estados e municípios para servidores públicos ocupantes de cargos efetivos (que exigem concurso público). Existem dois regimes de RPPS:
 - a. Repartição Simples – assemelha-se ao sistema do INSS, em que as contribuições do trabalhador em atividade pagam o benefício do aposentado;
 - b. Capitalização - cria-se um fundo para receber as contribuições que são aplicadas em ativos de renda fixa e variável. Neste caso, o servidor recebe o valor de suas reservas, acrescidas dos rendimentos;
- 3) Previdência Complementar - é um benefício opcional, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua vontade. É uma aposentadoria contratada para garantir renda extra ao trabalhador ou a seu beneficiário. Um exemplo de previdência complementar é a

Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. (BRASIL, 2013).

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente mantém quatro tipos de aposentadorias:

- Aposentadoria especial - benefício concedido ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física;
- Aposentadoria por idade - benefício pago aos trabalhadores urbanos do sexo masculino a partir dos 65 anos e do sexo feminino a partir dos 60 anos. No caso de trabalhadores rurais, é possível solicitar aposentadoria com cinco anos a menos: a partir dos 60 anos para os homens, e a partir dos 55 anos para as mulheres;
- Aposentadoria por invalidez – benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados incapacitados, pela perícia médica da Previdência Social, para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento;
- Aposentadoria por tempo de contribuição – benefício pago aos trabalhadores por tempo de contribuição e pode ser integral ou proporcional. (PREVIDÊNCIA..., 2013a).

De acordo com a legislação previdenciária brasileira, os trabalhadores homens devem contribuir para a Previdência Social durante 35 anos e as trabalhadoras durante 30 anos para adquirirem direito à aposentadoria integral. As trabalhadoras e os trabalhadores rurais precisam contribuir 5 anos menos. Além disso, os idosos com 65 anos e as idosas com 60 anos também obtêm o direito a suas aposentadorias, mediante algumas exigências específicas de contribuição. Contudo, nem sempre os trabalhadores conseguem atender às exigências da Lei, comprovando tempo de serviço ou contribuição, e não fazem jus ao benefício, necessitando, portanto, permanecerem no mercado de trabalho, sem tornarem-se segurados da Previdência Social. (PATROCÍNIO, 2008).

O Artigo 34 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, garante:

Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas. (Art. 34).

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC-LOAS, é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal aos idosos e pessoas com deficiência, propiciando, desta forma, condições mínimas de vida digna. A operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, exigindo, todavia, a implementação de alguns requisitos, quais sejam:

- Pessoa Idosa - deverá comprovar que possui 65 anos de idade ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência, e que a renda mensal familiar *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente;
- Pessoa com Deficiência - deverá comprovar que a renda mensal do grupo familiar *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, além de submeter-se a perícia, que comprove se sua deficiência o incapacita para a vida independente e para o trabalho. Esta avaliação é realizada pelo Serviço Social e pela Perícia Médica do INSS. (PREVIDÊNCIA..., 2013b).

A Tabela 3.2 apresenta o total de aposentadorias concedidas pela Previdência Social em maio de 2013 e maio de 2012. Também apresenta o percentual de variação nas aposentadorias emitidas. Em função da indisponibilidade de dados não foi possível a apresentação dos dados por sexo.

Tabela 3.2 - Aposentadorias emitidas pela Previdência Social - Brasil - Maio 2013

Aposentadoria	Maio 2012	Maio 2013	% Variação
Idade	8.581.264	8.942.580	4,21
Invalidez	3.032.238	3.089.508	1,89
Tempo de Contribuição	4.749.839	4.942.158	4,05

Fonte: Previdência Social. Elaboração própria. (PREVIDÊNCIA..., 2013a).

A Tabela 3.3 apresenta a idade média de concessão e a quantidade de aposentadorias por tempo de contribuição por sexo para o período de 2008 a 2012. Observa-se que a idade média de aposentadoria das mulheres é em torno de 51 anos e a dos homens em torno de 54 anos. Observa-se também que tanto homens quanto mulheres estão se aposentando mais tarde, ou seja, a idade média entre 2008 e 2012 está aumentando gradativamente.

Tabela 3.3 - Idade média de concessão e quantidade de aposentadoria por tempo de contribuição concedidas por sexo - 2008-2012

Ano	Idade Média		Quantidade de Benefícios	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2008	54,12	51,38	173.482	87.372
2009	54,37	51,54	189.956	89.680
2010	54,63	51,71	177.661	86.795
2011	54,83	51,90	190.691	92.352
2012	54,97	52,01	188.451	91.578

Fonte: Previdência Social. Adaptação própria. (PREVIDÊNCIA..., 2013a).

A Tabela 3.4 apresenta a arrecadação, benefícios e resultados previdenciários das áreas urbana e rural para o mês de maio de 2012 e maio de 2013.

A arrecadação líquida da Previdência Social para a área urbana registrou aumento de 1,82% em um ano, enquanto a arrecadação líquida para a área rural sofreu decréscimo de 1,30% para o mesmo período.

Tabela 3.4 - Arrecadação, benefícios e resultado previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Brasil - Maio 2013 (em R\$ milhões)

	Maio 2012	Maio 2013	%
Arrecadação Líquida Urbana	22.766,90	23.181,00	1,82
Arrecadação Líquida Rural	570,60	563,20	-1,30
Benefícios Previdenciários Urbano	19.780,70	20.618,60	4,24
Benefícios Previdenciários Rural	5.783,60	6.064,50	4,86
Resultado Previdenciário Urbano	2.986,20	2.562,40	-16,54
Resultado Previdenciário Rural	-5.213,00	-5.501,30	5,53

Fonte: Previdência Social. Elaboração própria. (PREVIDÊNCIA..., 2013a).

O resultado previdenciário urbana (arrecadação menos benefícios), apesar de ser positivo, apresentou decréscimo acentuado em um ano, perfazendo 16,54% de redução no resultado final. Isto ocorreu em função do aumento no número de benefícios previdenciários urbanos pagos. Já o resultado da previdência rural registrou resultado negativo e acentuou em 5,53% o seu *déficit*.

A legislação brasileira permite que após a aposentadoria o indivíduo possa voltar a exercer atividade remunerada sem prejuízo à sua aposentadoria, excetuando-se, porém, a aposentadoria por invalidez.

Para parte dos indivíduos aposentados é inevitável pensar e decidir sobre a execução de atividades posteriores à aposentadoria: trabalho autônomo remunerado, tarefas filantrópicas voluntárias, práticas de lazer, viagens de turismo, cuidados com a casa, com a família ou o envolvimento com outras atividades. (GONÇALVES, 2006).

Porém, para grande parte das pessoas aposentadas brasileiras, o complemento da renda mensal é substancialmente imprescindível, pois o segurado necessita, muitas vezes, permanecer trabalhando, uma vez que o maior contingente desta população recebe, mensalmente, o valor equivalente a um salário-mínimo (**atualmente R\$ 724,00**). Tal valor, como sabido, não é suficiente para suportar as necessidades próprias de manutenção e de seus dependentes, sobretudo quando cabe ao idoso o papel de principal mantenedor da família. Assim, quanto menor a renda auferida, maior será a sua preocupação quanto à aposentadoria, justificando em parte, desta forma, os mais de 5 milhões de pessoas idosas economicamente ativas após os 60 anos. (IBGE, 2010).

A Tabela 3.5 apresenta as pessoas com 60 anos ou mais, por sexo e que estavam economicamente ativas em 2010.

Tabela 3.5 - Pessoas com 60 anos ou mais de idade, sexo e economicamente ativas. Brasil – 2010

Grupos de idade	Condição de atividade na semana de referência		
	Total	Economicamente Ativas	
		Homem	Mulher
Total	93.504.659	52.826.008	40.678.651
60 a 69 anos	4.152.096	2.694.085	1.458.011
70 anos ou mais	1.271.363	844.680	426.682

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptação própria. (IBGE, 2010).

Muitos destes idosos aposentados desenvolvem atividades precarizadas, que, no Brasil, expressam-se sem registros na carteira profissional, por relações informais de compra e venda de bens ou serviços, formas de contratação por tempo limitado, em tempo parcial e executado em domicílio. (SINGER, 1995).

A espécie de execução de trabalho de forma temporária, por tempo determinado e de meio período, está aumentando sua importância no índice total de crescimento dos empregos. Tais tipos de trabalho envolvem, tipicamente, salários mais baixos, além de benefícios e segurança menores do que os oferecidos em empregos formais. Este aspecto, por sua vez, está levando à polarização da força de trabalho: trabalhadores em tempo integral, com maior segurança, produzem, comparativamente, mais resultados quantitativos e qualitativos que trabalhadores com menos segurança. (SINGER, 1995).

Segundo a pesquisadora Patrocínio (2008), o cenário brasileiro apresenta três distorções para os trabalhadores idosos:

1. Considerável desigualdade nas oportunidades sociais e baixa qualidade na educação básica, que mantêm grande parte da população na permanente pobreza e com baixa qualidade de vida.

2. Os trabalhadores de baixo nível de escolaridade e de educação continuada são mantidos na informalidade durante toda a vida adulta e destinados ao desemprego precocemente;
3. As muitas condições adversas são incompatíveis com uma vida longa, saudável, de qualidade e com progresso social.

Patrocínio (2008), em seus estudos, diz ainda que o desemprego das pessoas mais velhas pode ser seletivo, incidindo em maior grau nas organizações de maior aplicação de tecnologia e em menor grau nas organizações onde a experiência acumulada e a prática do trabalho é mais significativa.

3.5 CONSIDERAÇÕES

A feminização do envelhecimento é um aspecto relevante no processo de envelhecimento observado em diversas sociedades e que o modelo tradicional da divisão sexual do trabalho, que tem as mulheres como responsáveis pelo papel de cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos, ainda persiste.

Outro ponto a salientar neste capítulo é que há um grande número de idosos que têm plena capacidade de continuarem desenvolvendo suas atividades laborais mantendo, conseqüentemente, seus empregos de maneira satisfatória e postergando a sua aposentadoria. Outrossim, muitas trabalhadoras e trabalhadores já aposentados retornam ao mercado de trabalho buscando um complemento de rendimentos mensais através de novas atividades remuneradas.

4 A IDOSA E O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO

Todos esses velhos que acabo de nomear estão ligados com paixão a seus estudos. [...] os saberes se valem das competências acumuladas e se enriquecem à medida em que envelhecemos. Assim, é digno de seu autor aquele verso de Sólon em que ele afirma que aproveita cada dia de sua velhice para adquirir novos conhecimentos. (CÍCERO, 2006, p. 41).

Este capítulo apresenta a seleção e a obtenção dos dados utilizados na pesquisa e como é composto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelas Nações Unidas em seu relatório anual para classificar os países segundo um grau de desenvolvimento e apresenta, ainda, na primeira seção a seleção de países com os seus resultados referentes ao ano de 2011.

Na seqüência são analisadas as estatísticas do trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio de recorte cujo critério é a idade das trabalhadoras e trabalhadores idosos no mundo. A primeira análise será dos 5 Continentes e a segunda análise de uma seleção de 13 países, incluindo o Brasil.

A partir da terceira seção serão analisados os dados do Brasil. Estes dados são do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), provenientes da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com recorte pela idade e rendimento das trabalhadoras e dos trabalhadores idosos. Este estudo, para o Brasil, iniciará em âmbito nacional, abordando, na seqüência, as 5 regiões geográficas do país, o Estado do Paraná, a região metropolitana de Curitiba e, por fim, os dados do Município de Curitiba, incluindo-se aí, as informações referentes à escolaridade das pessoas idosas.

4.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e desde 1993 vem sendo utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório

anual. O IDH é uma medida de comparação usada para classificar os países pelo seu grau de "Desenvolvimento Humano" e é classificado pela PNUD (2013) da seguinte forma:

- Países Desenvolvidos - desenvolvimento humano muito alto;
- Países em Desenvolvimento - desenvolvimento humano alto e médio;
- Países Subdesenvolvidos - desenvolvimento humano baixo. (PNUD, 2013).

Ainda, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), o IDH é um índice sintético composto para avaliar as realizações de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Vida longa e saudável;
- Conhecimento;
- Um padrão de vida digna.

A Figura 4.1 representa graficamente como é composto o cálculo do IDH.

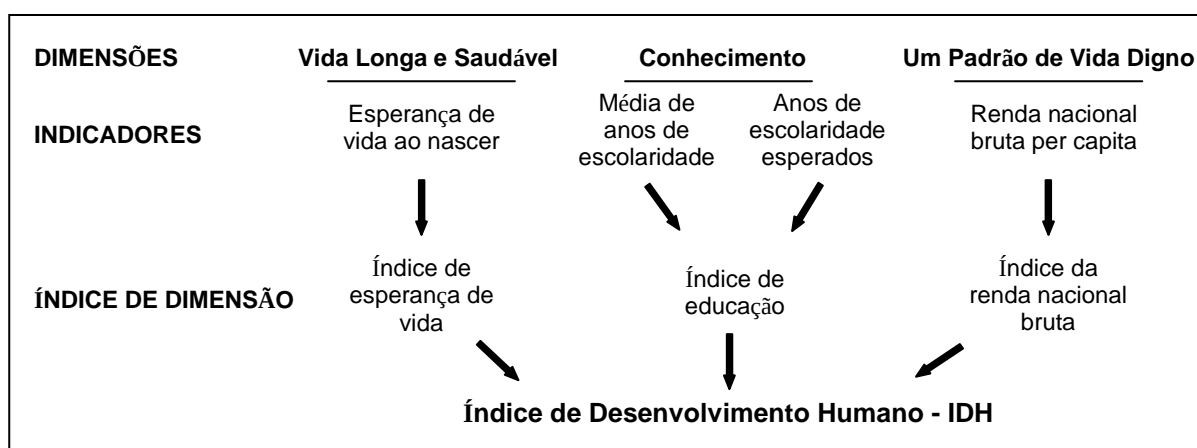


Figura 4.1 – Representação gráfica do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Fonte: PNUD 2011. Adaptação própria. (PNUD, 2011).

A primeira dimensão (Vida Longa e Saudável) é composta pelo indicador de Esperança de vida ao nascer - número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os atuais padrões das taxas de mortalidade por idades, quando da data do seu nascimento, permanecessem iguais ao longo de sua vida. (PNUD, 2011).

A segunda dimensão (Conhecimento) é composta pela média de anos de escolaridade - número médio de anos de escolaridade recebida por pessoas a partir dos 25 anos, convertido a partir dos níveis de realização educativa, utilizando-se as durações oficiais de cada nível. Esta dimensão, agregada ao número de anos de escolaridade esperados, significa o número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevaletentes das taxas de matrícula por idades persistirem ao longo da sua vida. (PNUD, 2011).

A terceira dimensão (Um Padrão de Vida Digno) é composta pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* – cujo resultado seja o rendimento agregado de uma economia, gerado pela sua produção e posse dos fatores de produção, deduzido dos rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção pertencentes ao resto do mundo, convertido para dólares internacionais, utilizando-se as taxas de paridade de poder de compra (PPC) e dividido pelo quantitativo da população medido ao meio do ano. (PNUD, 2011).

Para garantir o máximo de comparabilidade possível entre os países, o IDH se alicerça nos dados internacionais da Divisão de Populações das Nações Unidas, no Instituto de Estatísticas da UNESCO e no Banco Mundial. (PNUD, 2013).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou em 2013 o relatório anual com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2012 - que mede as realizações em saúde, educação e rendimento.

4.2 DADOS DA PESQUISA

O estudo comparativo mundial dos países, com seus variados graus de Desenvolvimento Humano, teve início com a seleção dos países que compõe a relação para comparabilidade. Esta seleção foi feita com base no relatório anual do

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelas Nações Unidas (ONU), referente ao ano de 2011. Foram selecionados 13 países para os estudos subsequentes, sendo assim selecionados:

- 3 melhores países classificados com Desenvolvimento Humano Muito Elevado – Noruega, Austrália e Estados Unidos;
- 3 melhores países classificados com Desenvolvimento Humano Elevado - Barain, Bahamas e Bielorrússia (o **Brasil**, país classificado na posição 85 dentre aqueles de Desenvolvimento Humano elevado, também foi incluído nesta tabela);
- 3 países piores classificados com Desenvolvimento Humano Médio - República Democrática Popular do Laos, Butão e Suazilândia;
- 3 países piores classificados, com Desenvolvimento Humano Baixo - Moçambique, República Democrática do Congo e a Nigéria.

De posse da seleção dos 13 países, passou-se para a captura dos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a fim de estabelecer-se o comparativo das estatísticas do trabalho no mundo.

Para os dados do continente Africano foram capturados 3.083 registros referentes a apenas 17 países dos 54 países independentes que compõem aquele continente. São apenas 31,48% de países informantes, refletindo, assim, a dificuldade dos próprios países em fornecerem informações oficiais.

Para os dados do continente Americano foram extraídos 7.368 registros de 35 países independentes, perfazendo 100% dos países do continente americano que informaram seus dados oficiais.

Para o continente Asiático foram extraídos 6.714 registros referentes a 35 países independentes, sendo que são 49 países independentes que compõem o continente, representando 71,43% de países informantes.

Para o continente Europeu foram selecionados e capturados 10.556 registros referentes a 48 países independentes de um total de 50 países independentes. São 96% de países informantes.

Para a Oceania foram selecionados e extraídos 878 registros referentes a 4 países independentes de um total de 16 países independentes. Apresentando a

pior relação do total de países independentes que compõem o continente com o total de países informantes, são apenas 25% de países informantes.

De posse dos dados passou-se para a etapa de classificação e tabulação dos dados, com o uso de planilhas eletrônicas.

Quando da tabulação verificou-se que os países selecionados segundo o critério do IDH não dispunham de dados equivalentes a outros países, obrigando a sua substituição pelo próximo país da lista do IDH, até se chegar a uma equivalência de dados por idade, emprego e desemprego, escolaridade e ano base dos dados da pesquisa oficial efetuada no país.

Para o comparativo das pessoas idosas no mercado de trabalho no Brasil, os dados analisados foram do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), provenientes da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com recorte pela idade, sexo, rendimento e grau de instrução das trabalhadoras e dos trabalhadores idosos. O estudo para o Brasil iniciou-se em âmbito nacional e foram selecionados, ainda, os seguintes segmentos de atividade para a extração de dados:

- 1 - Extrativa mineral;
- 2 - Indústria de transformação;
- 3 - Serviços industriais de utilidade pública;
- 4 - Construção Civil;
- 5 - Comércio;
- 6 - Serviços;
- 7 - Administração Pública;
- 8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

O comparativo nacional teve sequência para as 5 regiões geográficas do Brasil, o Estado do Paraná, a região metropolitana de Curitiba e, por fim, os dados do Município de Curitiba, incluindo-se aí, as informações referentes à escolaridade das pessoas idosas.

Os primeiros dados mundiais utilizados neste estudo foram localizados no LABORSTA da OIT na Internet. Como a disponibilidade dos dados mais recentes era de 2008, esta base foi, então, abandonada, partindo-se para uma segunda

base: a ILOSTAT Database na Internet. Nesta nova base foi possível acessar os dados, uma vez que estavam disponíveis até o ano de 2011.

A primeira dificuldade enfrentada na captura de informações estatísticas foi relacionada ao número disponibilizado pelo próprio sistema, limitado a 50.000 registros por arquivo para a cópia dos dados. Somente o arquivo relativo à Europa, por exemplo, apresentava 227.330 registros. A limitação foi contornada com duas atitudes: a) seleção mais apurada das variáveis úteis e disponíveis para o estudo, reduzindo o número de registros a serem copiados; b) fracionamento do arquivo, ou seja, os registros foram copiados por partes em vários arquivos e depois unidos novamente para recompor o arquivo original.

Outra dificuldade encontrada foi a indisponibilidade de dados equivalentes para todos os países selecionados. Em diversas situações o país selecionado precisou ser trocado por outro, seguidas vezes, até obter-se uma equivalência nos dados para análise. Esta equivalência foi, por exemplo, no ano disponível da pesquisa, na característica de empregados ou desempregados ou, ainda, nas diferenças da classificação das idades.

Para a seleção e captura dos dados brasileiros foi necessária a solicitação, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, de uma chave de acesso aos dados da RAIS, uma vez que não estavam disponíveis de forma direta. Como na primeira solicitação, através do formulário *on-line*, não houve atendimento, foi necessária, então, uma segunda solicitação, via *e-mail* para Sul CGET sul.cget@mte.gov.br.

De posse dos dados mundiais e brasileiros foi possível iniciar a classificação e a tabulação.

A Tabela 4.1 foi elaborada a partir do relatório do IDH e foram selecionados os 13 países que servirão de base para os estudos subsequentes, conforme detalhado anteriormente.

Na Tabela 4.1 a diferença do IDH entre a Noruega, que está na primeira posição, para a Nigéria, que está em último lugar, é de 214,14%, enquanto a diferença do primeiro (Noruega) para o segundo colocado (Austrália) é de apenas 1,81%. A diferença de rendimento *per capita* entre o primeiro país e o último é elevadíssima com um percentual de 5.978,40%, o que representa, na prática, 47.887 USD *per capita* de Rendimento Nacional Bruto a menos para cada morador da Nigéria em comparação a cada cidadão da Noruega.

Tabela 4.1 - Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes - Mundial - 2012

Classificação	País	Valor IDH	Esperança de vida ao nascer (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento nacional bruto per capita (USD)
Desenvolvimento Humano Muito Elevado						
1	Noruega	0,955	81,3	12,6	17,5	48.688
2	Austrália	0,938	82,0	12,0	19,6	34.340
3	Estados Unidos	0,937	78,7	13,3	16,8	43.480
Desenvolvimento Humano Elevado						
48	Barain	0,796	75,2	9,4	13,4	19.154
49	Bahamas	0,794	75,9	8,5	12,6	27.401
50	Bielorrússia	0,793	70,6	11,5	14,7	13.385
85	Brasil	0,730	73,8	7,2	13,1	10.152
Desenvolvimento Humano Médio						
139	RDP do Laos	0,543	67,8	4,6	10,1	2.435
140	Butão	0,538	67,6	2,3	12,4	5.246
141	Suazilândia	0,536	48,9	7,1	10,7	5.104
Desenvolvimento Humano Baixo						
185	Moçambique	0,327	50,7	1,2	9,2	906
186	RD do Congo	0,304	48,7	3,5	8,5	319
187	Nigéria	0,304	55,1	1,4	4,9	801

Fonte: PNUD 2013. Elaboração própria. (PNUD, 2013).

O Brasil aparece na posição de número 85, classificado com Desenvolvimento Humano Elevado, com valor de IDH de 0,730 e um rendimento nacional médio *per capita* de USD 10.152.

4.3 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO NO MUNDO

As estatísticas do Trabalho descrevem o tamanho, a estrutura, as características, os resultados e contribuições dos participantes no mercado de trabalho. Do ponto de vista social, elas são úteis na situação de trabalho decente, por meio de políticas e programas de formação profissional e assistência aos grupos vulneráveis, que podem incluir os jovens, os idosos, as mulheres, etc., na busca da garantia de emprego decente. (OIT, 2013).

A base de dados da OIT (*ILOSTAT Database*) apresenta estatísticas do trabalho fornecendo dados recentes para mais de 100 indicadores e 230 economias. Desta base de dados foram extraídos dados quantitativos de trabalhadoras e trabalhadores pelo mundo.

A Tabela 4.2 apresenta o quantitativo de pessoas com 60 anos ou mais, por sexo, e que estavam empregadas ou desempregadas no ano de 2010. O quantitativo abrange os 5 Continentes. São aproximadamente 85 milhões de idosas e idosos no mercado de trabalho e quase 1,6 milhão de pessoas idosas desempregadas.

Tabela 4.2 - Pessoas 60+ anos por emprego e desemprego e sexo. 5 Continentes 2010

Continente	Emprego		Desemprego	
	Idosa	Idoso	Idosa	Idoso
África	1.270.389	2.856.690	110.128	102.942
América	11.145.503	16.439.645	230.659	278.909
Ásia	12.273.480	20.246.626	132.888	165.029
Europa	7.872.365	11.191.374	214.573	311.576
Oceania	465.800	709.100	7.100	10.000
Totais	33.027.537	51.443.435	695.348	868.457
		84.470.972		1.563.805

Fonte: OIT - Ilostat Database. Elaboração própria. (OIT, 2013).

Embora as estatísticas atuais e as projeções (Gráfico 2.1) indiquem uma quantidade maior de mulheres idosas em todo o mundo, os homens idosos participam do mercado de trabalho como maioria, tanto como empregados quanto desempregados. Yannoulas (2002) explica que

o comportamento de homens e mulheres nos mercados de trabalho é diferente. Na maioria das culturas, os homens permanecem no mercado de trabalho sem interrupção, durante todo o curso de sua vida, salvo em caso de enfermidade, catástrofes ou guerras. Entre as mulheres, o grau de variação entre países e segmentos socioeconômicos é enorme. (YANNOULAS, 2002, p. 16, grifo da autora).

Com base na explicação de Yannoulas, pode-se inferir que o quantitativo de homens no mercado de trabalho é maior que o de mulheres em todos os Continentes, exceção no grupo de idosas desempregadas no Continente Africano, onde elas são a maioria.

Para a construção da Tabela 4.3 foram utilizados os 13 países selecionados anteriormente, ressaltando que foi necessária a substituição de alguns países em função da indisponibilidade ou incompatibilidade nos dados.

As substituições foram efetuadas seguidas vezes até se obter a equivalência de dados para a faixa de idade, quantitativos de empregados e desempregados, e ano de 2010 (mais recente disponível), com exceção do Brasil, cujos dados disponíveis são de 2009. As substituições seguiram a classificação geral do relatório do IDH da ONU, mantendo-se os grupos de 3 países para cada divisão do Desenvolvimento Humano, conforme também detalhado anteriormente.

Foram utilizados, portanto, quantitativos de pessoas de 60 anos ou mais, por IDH dos países selecionados, sexo, situação de emprego em 2010 e percentual de desemprego em relação ao emprego.

Na Tabela 4.3 observa-se que os homens idosos empregados são a maioria em todos os países selecionados para a análise. Chama a atenção o quantitativo de mulheres idosas desempregadas em relação ao número de mulheres idosas empregadas. Na Etiópia são 73,40%, em Honduras são 29,51% e no Uruguai são 14,43% de mulheres desempregadas em relação ao montante de mulheres empregadas.

Em Honduras são 757% de idosas desempregadas a mais que idosos, e na Indonésia esta diferença, também elevada, chega a 336%.

As mulheres são mais atingidas pela vulnerabilidade e pela desigualdade de condições em relação ao mercado de trabalho, uma vez que atuam em trabalhos precários, informais, mal remunerados e até mesmo não remunerados. As mulheres têm sua remuneração obtida com trabalhos domésticos (atividades de manutenção e

limpeza, cuidado a crianças, idosos ou deficientes) ou na economia informal (comércio, artesanato, etc.). (HIRATA, 2002).

Tabela 4.3 - Pessoas 60+ anos por classificação IDH, países IDH, sexo e situação de emprego. 2010

Classificação IDH	País	Emprego		Desemprego		% Desemprego ⁵	
		Idosa (A)	Idoso (B)	Idosa (C)	Idoso (D)	Idosa (C/A)	Idoso (D/B)
Desenvolvimento Humano Muito Elevado							
1	Noruega	107.000	134.000	3.200	2.900	2,99%	2,16%
2	Austrália	361.400	568.400	4.500	6.300	1,25%	1,11%
3	Estados Unidos	6.934.000	7.820.000	18.500	22.000	0,27%	0,28%
Desenvolvimento Humano Elevado							
51	Uruguai	67.576	98.711	9.750	7.510	14,43%	7,61%
55	Federação Russa	1.316.201	1.364.415	10.960	10.780	0,83%	0,79%
56	Romênia	365.487	385.822	600	1.600	0,16%	0,41%
85	Brasil	2.285.262	4.076.671	5.140	5.940	0,22%	0,15%
Desenvolvimento Humano Médio							
120	Honduras	107.457	221.865	31.712	3.700	29,51%	1,67%
121	Indonésia	3.249.549	5.431.430	17.950	4.120	0,55%	0,08%
133	Guatemala	143.573	332.863		9.100		2,73%
Desenvolvimento Humano Baixo							
150	Camarões	322.890	325.968		1.440		0,44%
151	Madagascar	239.113	285.501	19.500	12.500	8,16%	4,38%
173	Etiópia	68.663	151.246	50.400	30.500	73,40%	20,17%

Fonte: OIT - Ilostat Database. Elaboração própria. (OIT, 2013).

Nota 1: Dados do Brasil são de 2009.

Nota 2: Dados oriundos nos países da Labour Force Survey.

Nota 3: Camarões e Madagascar dados oriundos da Other Household Survey.

Nota 4: Dados de Desemprego de Idosas para Guatemala e Camarões não disponíveis.

Nota 5: % Desemprego - Percentual representativo de Desemprego em relação ao Emprego.

Nesta mesma linha de pensamento a pesquisadora Silvia Cristina Yannoulas (2002) escreveu que

O panorama que se configura na atualidade mostra uma tendência à constituição de, por um lado, um grupo de trabalhadores qualificados, estáveis e bem pagos, situados nas empresas de ponta da cadeia produtiva; e por outro lado a ampliação de redes de subcontratação destas empresas, terceirizando parte de sua produção e estabelecendo para tanto contratos flexíveis, mal pagos e provisórios, baseados na lógica de redução de custos. É neste

segundo grupo que as mulheres teriam encontrado uma possibilidade de inserção maior, ressaltando-se o trabalho a domicílio. (YANNOULAS, 2002, p. 28).

Esta precarização leva a não contribuição ou a uma pequena contribuição para a Previdência Social, ocasionando, em idade mais avançada, a falta de condições para a aposentadoria ou uma aposentadoria de pensões muito baixas, obrigando, desta forma, a permanência ou o retorno das idosas ao mercado de trabalho.

A Tabela 4.4 apresenta as pessoas com 65 anos ou mais, empregadas e desempregadas em 2010, com seus níveis de educação e países selecionados pelas faixas do IDH.

Para a construção desta tabela foi selecionado um país de cada grupo do Desenvolvimento Humano. A Alemanha entrou no grupo dos países com Desenvolvimento Humano Muito Elevado em função de a Noruega, Austrália e Estados Unidos não disporem de dados de emprego, desemprego e escolaridade para as pessoas idosas. A idade de 65 anos ou mais foi escolhida para esta análise devido à disponibilidade dos dados de educação estarem agrupados de forma diferente e disponíveis apenas para esta faixa etária das idosas e dos idosos.

Nos dados do Brasil, Indonésia e Etiópia é possível observar que o quantitativo maior de trabalhadoras e trabalhadores idosos concentra-se nos grupos com menores níveis de instrução. Já na Alemanha, e principalmente na Federação Russa, os dados estão distribuídos mais uniformemente.

Outro ponto a ser salientado é a veemente questão de gênero na velhice, uma vez que as mulheres, cuja expectativa de vida é maior que a dos homens, poderão, de acordo com as projeções (Tabela 2.1), permanecer mais tempo no mercado formal ou informal.

Observa-se que a participação das mulheres idosas no mercado de trabalho é menor que a dos homens idosos, não significando, contudo, que elas sejam minoria numérica ou que não exerçam atividade laborativa. Pode-se pensar em alguns pontos que levam a essa realidade, como por exemplo, o fato de que muitas estatísticas não consideram, ou consideram de forma diferenciada, o trabalho informal, em tempo parcial, executados em domicílio ou não remunerados (cuidado dos netos, por exemplo). (OIT, 2009).

Tabela 4.4 - Pessoas 65+ anos por classificação IDH, países IDH, sexo, nível escolar e situação de emprego. 2010

País	Nível Escolar	Emprego		Desemprego	
		Idosa	Idoso	Idosa	Idoso
Alemanha	1. Educação primária ou primeira etapa da educação básica	5.800	4.000		
	2. Estágio secundário inferior ou segundo etapa da educação básica	71.600	30.100		
	3. Ensino secundário	123.700	166.500	800	2.000
	4. Ensino pós-secundário não superior	8.200	11.000		
	5. Primeira etapa da educação superior	43.200	170.900		
	6. Segunda etapa do ensino superior	4.700	27.900		
Federação Russa	1. Educação primária ou primeira etapa da educação básica	33.356	17.345	1.553	644
	2. Estágio secundário inferior ou segundo etapa da educação básica	110.787	70.090	3.090	4.124
	3. Ensino secundário	87.703	84.720	1.927	4.228
	4. Ensino pós-secundário não superior	46.048	83.441	3.513	3.446
	5. Primeira etapa da educação superior	294.063	257.017	14.347	10.495
	6. Segunda etapa do ensino superior	1.951	4.550		600
Brasil	0. Educação pré-escolar	256.524	532.818	1.388	10.122
	1. Educação primária ou primeira etapa da educação básica	269.380	455.876	3.858	11.082
	2. Estágio secundário inferior ou segundo etapa da educação básica	57.921	125.226	2.406	3.159
	3. Ensino secundário	90.250	149.748	2.233	2.669
	5. Primeira etapa da educação superior	78.077	151.801	857	2.784
	X. Sem escolaridade	391.309	737.887	6.000	12.093
Indonésia	1. Educação primária ou primeira etapa da educação básica	1.001.303	2.162.544	61.988	19.023
	2. Estágio secundário inferior ou segundo etapa da educação básica	116.583	180.026	8.667	3.967
	3. Ensino secundário	23.863	147.948	7.294	5.749
	4. Ensino pós-secundário não superior	1.553	8.495	474	427
	5. Primeira etapa da educação superior	2.657	16.681	645	205
	6. Segunda etapa do ensino superior	4.733	21.016	1.193	1.284
	X. Sem escolaridade	630.313	520.290	43.933	6.791
Etiópia	0. Educação pré-escolar	1.027	10.534	1.554	1.308
	1. Educação primária ou primeira etapa da educação básica	1.618	26.475	1.689	2.868
	2. Estágio secundário inferior ou segundo etapa da educação básica	537	7.002		662
	3. Ensino secundário	17	245		
	4. Ensino pós-secundário não superior		339	297	
	5. Primeira etapa da educação superior	466	2.010		427
	6. Segunda etapa do ensino superior	137	432		287

Fonte: OIT - Ilostat Database. Elaboração própria. (OIT, 2013).

Nota 1: Dados do Brasil e da Federação Russa são de 2009.

Nota 2: Dados oriundos nos países da Labour Force Survey.

Nota 3: Dados de Emprego e Desemprego em branco significam a indisponibilidade da informação.

Ressalte-se que as mulheres não idosas, que exercem este tipo de atividade, poderão ter problemas de proteção social quando da chegada da idade da aposentadoria, uma vez que

vivemos num período de precarização do trabalho, caracterizado pela terceirização dos serviços, o surgimento de relações informais ou incompletas de emprego, desregulamentação dos direitos do

trabalho conquistados em leis e contratos coletivos, gerando insegurança no emprego e dificuldade de organização sindical. (GONÇALVES, 2006, p. 54).

Para as mulheres idosas o trabalho em domicílio favorece a conciliação de atividades familiares e domésticas. Porém, mesmo que estas atividades não ocupem a totalidade das horas do dia e possibilitem a geração de alguma renda extra, acabam por limitar a sua participação no mercado efetivo formal remunerado.

4.4 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO NO BRASIL

Para esta seção os dados de emprego formal utilizados são do banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com um recorte por sexo, por idade (60 anos ou mais), por faixa de renda em salários mínimos, e grupo de setores de emprego do IBGE. O grupo de setores de emprego classifica as atividades em 8 grupos, conforme apresentado na Tabela 4.5. Esta tabela apresenta os dados do Brasil para o ano de 2011.

A Tabela 4.5 apresenta um total de 1.204.889 idosas e idosos trabalhando no mercado formal no Brasil no ano de 2011, sendo 407.635 mulheres e 797.254 homens.

No Brasil a situação das mulheres é a mesma observada em diversos outros países, onde o quantitativo e a expectativa de vida das mulheres é maior que a dos homens. Contudo, observa-se um quantitativo maior de homens no mercado formal de trabalho. Algumas razões podem ser elencadas, como, por exemplo, a discriminação que afeta as mulheres, sendo “mais atingidas pela precariedade do que os homens” (HIRATA, 2011, p. 15). Elas continuam sendo consideradas responsáveis pelo cuidado dos filhos e do lar, cujas atividades dificultam o desempenho de outras atividades formais e remuneradas. Outra questão é que a renda de diversas famílias advém do trabalho das mulheres no mercado informal, como a de cuidadoras (ver estudo em Neri (2010)), domésticas e artesãs, afetando, desta forma, a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 4.5 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo e faixa de renda. Brasil, 2011

IBGE Setor	Salário Mínimo					
	Idosa					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	11	90	23	20	37	15
2 - Indústria de transformação	1.082	13.030	1.437	981	584	300
3 - Serviços industriais de utilidade pública	29	698	250	341	254	183
4 - Construção Civil	153	1.372	275	292	269	111
5 - Comércio	2.097	17.226	1.725	911	289	133
6 - Serviços	8.397	61.430	11.759	13.828	9.973	5.545
7 - Administração Pública	14.517	113.659	49.009	47.076	17.715	7.536
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	549	2.037	184	123	61	19
Total	26.835	209.542	64.662	63.572	29.182	13.842
	Idoso					
1 - Extrativa mineral	92	2.029	638	484	486	701
2 - Indústria de transformação	2.028	47.870	15.607	10.936	5.605	4.702
3 - Serviços industriais de utilidade pública	180	4.801	2.398	3.336	2.098	1.861
4 - Construção Civil	1.260	45.719	11.205	7.241	3.054	1.976
5 - Comércio	2.718	58.712	10.005	5.066	1.680	1.102
6 - Serviços	8.170	135.916	34.082	28.815	22.202	16.420
7 - Administração Pública	14.535	104.284	40.027	47.045	29.943	18.421
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	5.472	31.437	2.944	1.230	467	254
Total	34.455	430.768	116.906	104.153	65.535	45.437

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Nota: Não consideradas 131.264 pessoas não classificadas nas faixas de renda.

Corroborando este pensamento, a pesquisadora Bruschini (1998) escreveu em seu estudo sobre o trabalho feminino no Brasil que

A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como a características do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. Fatores como esses afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho. (BRUSCHINI, 1998, p. 4).

Assim, a participação das mulheres no mercado de trabalho não é apenas uma questão de qualificação ou de necessidade do mercado, mas sim de uma articulação familiar complexa para que esta participação efetivamente aconteça.

Observa-se que a concentração maior de trabalhadoras e trabalhadores

idosos está na faixa salarial de 1,01 a 3,00 salários mínimos, perfazendo 53,14% do total de pessoas idosas que estavam trabalhando no Brasil em 2011.

Em todas as faixas de renda e em todos os grupos dos setores de atividades, o total geral de idosos supera o total das idosas, exceção aos grupos 6 – Serviços e 7 – Administração Pública.

No grupo 6 – Serviços, as mulheres idosas aparecem como maioria na faixa de renda de até um salário mínimo.

No grupo 7 – Administração Pública, as idosas são maioria nas faixas salariais de até 10 salários mínimos. Comprova-se aí a cultura da sociedade patriarcal⁸, que tem o masculino como preferência na sociedade, onde as mulheres recebem, portanto, uma remuneração menor que a dos homens em qualquer ocupação. Conforme salienta Bruschini (2004, p. 109), “elas permanecem submetidas a uma desigualdade de gênero presente em todos os escalões do mercado de trabalho: ganham menos do que seus colegas de profissão”.

Também, no grupo 6 – Serviços, as mulheres idosas aparecem como maioria na faixa de renda de até um salário mínimo.

Buscando melhor apresentar a concentração de mulheres idosas na Administração Pública, detalhou-se o grupo 7 – Administração Pública, conforme números apresentados na Tabela 4.6.

Esta tabela apresenta as mulheres de 60 anos ou mais que estavam exercendo atividade formal na Administração Pública no ano de 2011, situadas nas faixas de renda de 1 a 10 salários mínimos.

Verificou-se que a presença de mulheres idosas está concentrada nas atividades do Poder Executivo Estadual e no Poder Executivo Municipal, representando 91,50% do total de mulheres que ganham entre 1 e 10 salários mínimos na Administração Pública.

⁸ O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. (CASTELLS, 1999, p. 169).

Tabela 4.6 - Mulheres com 60+ anos, natureza jurídica e faixa de renda.
Brasil, 2011

Natureza Jurídica (IBGE Setor - 7 - Administração Pública)	Salário Mínimo		
	Idosa		
	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00
Poder Executivo Federal	90	531	5.069
Poder Executivo Estadual	55.890	24.094	19.796
Poder Executivo Municipal	53.774	21.160	17.206
Poder Legislativo Federal	125	84	97
Poder Legislativo Estadual	462	388	681
Poder Legislativo Municipal	826	398	437
Poder Judiciário Federal e Estadual	165	499	1176
Autarquia Federal, Estadual e Municipal	1099	915	1119
Fundação Federal, Estadual e Municipal	629	465	826
Órgão Público Federal, Estadual e Municipal	39	206	339
Fundo Público e Associação Pública	117	17	11
Empresa Pública	132	111	167
Sociedade Mista	183	96	119
Sociedade por Quota Ltda e SA Fechada	28	9	10
Firma Mercantil Individual	19	0	0
Cartório	29	10	5
Outros Fundação Privada	46	21	15
Filial Fundação Estrangeira	0	3	1
Outras Organizações - Associação Privada	5	2	2
Contribuinte Individual 07 - Até RAIS2007	1	0	0
Total	113.659	49.009	47.076

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Observa-se, também, que mais da metade das idosas, mais precisamente 52,29%, ou 109.664 mulheres, exercem atividades no Poder Executivo Estadual e no Poder Executivo Municipal, auferindo entre 1 e 3 salários mínimos mensais.

Quanto a este elevado quantitativo de mulheres desempenhando as suas atividades na Administração Pública, a pesquisadora Helena Hirata (2009) escreveu que a bipolarização do emprego feminino, que resulta, em parte, das ações no processo educativo, apresenta, de um lado, as mulheres em profissões intelectuais (médicas, advogadas, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, etc.) e, de outro, as mulheres em ocupações tradicionalmente femininas (funcionárias públicas, da saúde, da educação, professoras primárias, cuidadoras ou *home care*, etc.).

A Tabela 4.7 o recorte se dá pelas 5 Regiões do País: Região Centro-Oeste, Região Nordeste, Região Norte, Região Sudeste e Região Sul.

Tabela 4.7 - Pessoas com 60+ anos, setor de atividade, sexo e faixa salarial. Regiões Brasil, 2011

IBGE Setor	Salário Mínimo							
	Idosa				Idoso			
	Até 1,00	1,01 a 5,00	5,01 a 10,00	Mais de 10,00	Até 1,00	1,01 a 5,00	5,01 a 10,00	Mais de 10,00
Centro-Oeste								
1 - Extrativa mineral	0	11	2	0	5	200	34	20
2 - Indústria de transformação	50	548	28	16	113	3.698	280	147
3 - Serviços industriais de utilidade pública	1	21	17	32	10	261	336	397
4 - Construção Civil	7	109	35	80	75	5.243	663	571
5 - Comércio	123	1.009	52	18	210	4.889	312	111
6 - Serviços	613	5.249	1.287	1.393	434	11.535	2.022	3.068
7 - Administração Pública	406	10.084	5.656	3.778	591	13.417	6.884	7.683
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	52	340	26	33	445	5.518	252	215
Total	1.252	17.371	7.103	5.350	1.883	44.761	10.783	12.212
Nordeste								
1 - Extrativa mineral	1	18	7	13	20	453	92	320
2 - Indústria de transformação	140	1.204	89	75	465	7.414	742	864
3 - Serviços industriais de utilidade pública	7	145	139	184	57	1.181	1.079	1.152
4 - Construção Civil	43	330	100	94	226	10.826	1.334	939
5 - Comércio	278	2.110	87	33	642	8.480	521	264
6 - Serviços	1.073	9.916	2.683	2.876	1.810	22.610	5.110	5.804
7 - Administração Pública	6.741	64.915	11.826	5.078	6.845	47.513	12.622	10.036
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	38	170	23	15	861	3.067	147	128
Total	8.321	78.808	14.954	8.368	10.926	101.544	21.647	19.507
Norte								
1 - Extrativa mineral	0	2	1	5	4	91	39	59
2 - Indústria de transformação	16	245	19	5	72	1.647	192	158
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	25	12	13	9	275	258	247
4 - Construção Civil	8	68	7	11	54	2.455	353	349
5 - Comércio	43	438	28	13	126	2.120	174	56
6 - Serviços	171	1.829	481	668	351	4.771	1.178	1.399
7 - Administração Pública	1.211	14.582	4.004	1.758	1.379	13.563	4.342	3.946
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	26	49	12	6	379	906	112	44
Total	1.475	17.238	4.564	2.479	2.374	25.828	6.648	6.258

(continua...)

	(conclusão)							
Sudeste								
1 - Extrativa mineral	9	63	11	32	21	1.633	217	753
2 - Indústria de transformação	428	9.195	652	647	586	38.589	7.461	7.220
3 - Serviços industriais de utilidade pública	14	681	149	156	36	4.914	1.471	1.572
4 - Construção Civil	68	1.042	129	175	625	34.696	3.945	2.688
5 - Comércio	866	11.757	502	282	957	43.540	2.961	1.734
6 - Serviços	4.019	47.431	7.781	8.074	3.211	113.413	17.468	21.998
7 - Administração Pública	5.169	73.783	20.424	10.298	3.328	64.325	21.186	19.912
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	282	1.485	47	17	1.980	22.116	438	188
Total	10.855	145.437	29.695	19.681	10.744	323.226	55.147	56.065
Sul								
1 - Extrativa mineral	2	21	2	1	17	504	54	39
2 - Indústria de transformação	406	4.211	120	82	358	16.853	1.594	1.226
3 - Serviços industriais de utilidade pública	6	129	40	33	18	996	427	396
4 - Construção Civil	22	237	22	10	228	10.533	688	283
5 - Comércio	787	4.802	159	29	543	13.388	851	376
6 - Serviços	2.327	13.306	2.319	1.879	1.511	28.497	4.138	5.292
7 - Administração Pública	207	17.602	4.529	1.968	456	18.279	5.373	5.472
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	51	438	18	6	164	6.094	170	109
Total	3.808	40.746	7.209	4.008	3.295	95.144	13.295	13.193
Total Geral	25.711	299.600	63.525	39.886	29.222	590.503	107.520	107.235

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Nota: Não consideradas 72.951 pessoas não classificadas nas faixas de renda.

Observa-se que a concentração das trabalhadoras e dos trabalhadores se dá na faixa de renda entre 1,01 a 5,00 salários mínimos. Nas regiões sudeste e sul o maior número de trabalhadores se dá no setor 6 – Serviços, enquanto nas outras três regiões a concentração está no grupo 7 – Administração Pública.

Nas regiões norte e nordeste os setores 6 – Serviços e 7 – Administração Pública representam juntos mais de 82% da concentração das pessoas idosas trabalhadoras.

Nos 8 setores de atividades pesquisados nas 5 regiões do Brasil, as regiões Nordeste, Norte e Sudeste, apresentam, no grupo 7 - Administração Pública, um número de trabalhadoras mulheres idosas superior ao de trabalhadores homens idosos para a faixa de renda entre 1,01 a 5,00 salários mínimos mensais. Para as regiões Centro-Oeste as mulheres aparecem como maioria no grupo 6 – Serviços, na faixa de renda de até um salário mínimo. Para a região Sul as mulheres idosas aparecem como maioria nos grupo 5 – Comércio e 6 – Serviços, na faixa de renda de até um salário mínimo mensal.

Para a pesquisadora Helena Hirata (2011), mesmo as pessoas em trabalhos formais e estáveis sofrem com fragilidade e vulnerabilidade, assim

mesmo o trabalhador estável, com emprego regular e com contrato por tempo indeterminado, pode encontrar-se em situação de precariedade, conforme os novos empregos criados no Brasil, a partir de 2005, dada a baixa remuneração (salário mínimo). Já notamos (Hirata, 2009) que um dos critérios de trabalho precário, para além da falta de proteção social e de direitos associados ao emprego, são os baixos salários ou o número reduzido de horas de trabalho. (HIRATA, 2011, p. 18).

E é justamente esta constante que se observa nas 5 regiões do Brasil: significativo contingente de pessoas idosas nas faixas de menor remuneração. Esta baixa remuneração pode ser explicada pela pesquisadora Helena Hirata (2009, p. 26) quando afirma que “níveis baixos de qualificação” são indicadores de trabalho precário, que resulta, quase que invariavelmente, em baixa renda e até mesmo em desemprego.

4.5 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO NO PARANÁ

Esta seção continua utilizando os dados do MTE/RAIS para o ano de 2011 e apresenta os dados do Estado do Paraná.

A Tabela 4.8 apresenta as idosas e os idosos trabalhadores com 60 anos ou mais, por sexo e faixa de renda para o ano de 2011 no Estado do Paraná.

Observa-se que no total geral as mulheres são a maioria apenas na faixa salarial que vai até 1,00 salário mínimo, sendo que para as demais faixas salariais o predomínio é masculino. As pessoas trabalhadoras idosas no Paraná estão concentradas na faixa de renda entre 1,01 a 3,00 salários mínimos, repetindo o que acontece em todo o Brasil, diferenciando-se, aqui, porém, no percentual, que é maior: são 63,80% das pessoas idosas concentradas nesta faixa de renda no Estado do Paraná.

Tabela 4.8 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo e faixa de renda. Paraná, 2011

IBGE Setor	Salário Mínimo					
	Idosa					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	0	8	0	0	0	1
2 - Indústria de transformação	88	1.134	59	35	20	4
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	17	6	3	2	1
4 - Construção Civil	8	84	5	5	5	0
5 - Comércio	263	1.801	105	56	11	0
6 - Serviços	701	4.139	646	1.027	453	171
7 - Administração Pública	60	3.655	2.848	2.182	456	254
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	24	154	19	12	2	1
Total	1.144	10.992	3.688	3.320	949	432
	Idoso					
1 - Extrativa mineral	4	151	42	14	2	3
2 - Indústria de transformação	98	5.441	766	472	186	149
3 - Serviços industriais de utilidade pública	9	271	60	77	42	55
4 - Construção Civil	71	3.772	615	262	89	53
5 - Comércio	202	5.182	720	337	89	50
6 - Serviços	529	9.768	2.089	1.545	1.136	706
7 - Administração Pública	62	4.875	2.708	2.084	1.065	1.011
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	86	2.371	173	72	24	35
Total	1.061	31.831	7.173	4.863	2.633	2.062

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria. (MTE, 2013).

No setor de emprego 4 – Construção Civil o número de trabalhadores homens idosos é 4.444,00% maior que a mesma faixa das trabalhadoras mulheres idosas, refletindo a tradição masculina nesta atividade. Esta tradição cultural é explicada por Yannoulas (2002).

Grande parte das atividades da construção civil é exercida exclusivamente por homens na maioria dos países, exceto na Índia, onde as mulheres trabalham normalmente neste setor. Quando nos defrontamos com estas diferenças espaciais no exercício de uma profissão, é importante observar quais são os fundamentos que justificam uma ou outra divisão sexual do trabalho, pois exprimem diferentes formulações culturais das relações entre os gêneros. (YANNOULAS, 2002, p. 15).

Manuel Castells (1999) afirma que esta atividade, historicamente reconhecida como masculina, não tem nenhuma relação com as características biológicas, uma vez que as mulheres já provaram no mundo inteiro que podem

executar tarefas como bombeiras, estivadoras, “além de executarem trabalhos árduos nas fábricas desde o início da era industrial”. (CASTELLS, 1999, p. 203).

4.6 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A Tabela 4.9 apresenta as idosas e os idosos trabalhadores com 60 anos ou mais, por sexo e faixa de renda para o ano de 2011 na Região Metropolitana de Curitiba.

Tabela 4.9 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo e faixa de renda. Região Metropolitana de Curitiba, 2011

IBGE Setor	Salário Mínimo					
	Idosa					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	0	7	0	0	0	1
2 - Indústria de transformação	22	366	29	26	15	2
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	12	6	3	2	1
4 - Construção Civil	4	42	5	5	5	0
5 - Comércio	51	860	48	36	6	0
6 - Serviços	298	2.241	371	753	254	126
7 - Administração Pública	18	1.764	2.382	1.950	404	250
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0	19	5	3	0	0
Total	393	5.311	2.846	2.776	686	380
	Idoso					
1 - Extrativa mineral	2	73	24	10	2	3
2 - Indústria de transformação	16	1.288	350	247	127	111
3 - Serviços industriais de utilidade pública	1	178	48	66	31	38
4 - Construção Civil	28	1.575	375	190	83	51
5 - Comércio	39	2.017	333	151	44	22
6 - Serviços	195	4.621	1.249	983	794	551
7 - Administração Pública	17	1.002	1.548	1.478	816	965
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3	170	15	2	6	6
Total	301	10.924	3.942	3.127	1.903	1.747

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Observa-se que no total geral as mulheres são a maioria em relação aos

homens apenas na faixa salarial de até 1,00 salário mínimo, uma vez que para as demais faixas salariais o predomínio é masculino, repetindo a ocorrência nos dados do Estado do Paraná, conforme já apresentado na Tabela 4.8.

Em relação ao quantitativo de mulheres idosas na primeira faixa de renda, imperioso considerar que a percepção de tais salários não é uma escolha, pois, permanecer ou regressar ao mercado de trabalho é uma necessidade premente. Ressalte-se que esta geração de mulheres idosas pode não ter participado do mercado de trabalho, ou haver participado com baixa formalização, qualificação profissional precária e até mesmo baixa escolarização, justificando, desta forma, a baixa remuneração auferida. Para a pesquisadora Bruschini (2008),

a discriminação persiste, em muitas áreas, devido a costumes, casamentos e gravidezes precoces, um inadequado recorte de gênero nos materiais didáticos, assédio sexual e ausência de facilidades escolares acessíveis às garotas. As meninas, desde cedo, fazem trabalho doméstico pesado e espera-se delas, bem como das mulheres jovens, que dêem conta igualmente de responsabilidades educacionais e domésticas, afetando negativamente o desempenho escolar. (BRUSCHINI, 2008, p. 46).

Outrossim, o elevado quantitativo de pessoas trabalhadoras idosas ainda em atividade em todo o Brasil, e, mais precisamente, na Região Metropolitana de Curitiba, pode ser explicado pela necessidade de

Complemento de renda, custo de oportunidade elevado pela saída precoce da atividade econômica, boas condições de saúde e autonomia são alguns fatores que devem explicar a permanência do aposentado no mercado de trabalho. (CAMARANO, 2012, p. 28).

Este elevado contingente com baixa remuneração pode levar a uma vulnerabilidade crescente, tanto para as mulheres quanto para os homens idosos, pois o processo de envelhecimento pode criar e reforçar desigualdades, ampliando, desta maneira, exclusões e dificuldades nesta fase da vida.

4.7 O TRABALHO DA IDOSA E DO IDOSO EM CURITIBA

Esta seção continua utilizando os dados do MTE/RAIS do ano de 2011, apresentando os dados da cidade de Curitiba e a inclusão dos dados de escolaridade na construção das tabelas. A nomenclatura de classificação das faixas de escolaridade está seguindo as definições e alterações pós 2005, com a implementação do ensino fundamental de 9 anos.

Em Curitiba, o MTE registrou, em 2011, no mercado formal de trabalho, um quantitativo de 27.680 pessoas idosas trabalhando, sendo 11.175 idosas e 16.505 idosos.

A Tabela 4.10 apresenta as idosas e os idosos trabalhadores com 60 anos ou mais, por sexo, faixa de renda e seu grau de instrução - de analfabetos até a 5ª série incompleta, para o ano de 2011.

Tabela 4.10 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade. Curitiba, 2011

IBGE Setor	Escolaridade = Analfabeto + 5ª Incompleto											
	Salário Mínimo											
	Idosa						Idoso					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
2 - Indústria de transformação	1	21	0	0	0	0	0	47	11	0	0	0
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	0	0	0	8	5	3	0	0
4 - Construção Civil	0	8	0	0	0	0	6	185	28	7	2	0
5 - Comércio	4	40	1	1	0	0	1	69	8	3	0	0
6 - Serviços	24	176	8	25	0	0	14	306	76	19	1	0
7 - Administração Pública	0	86	93	38	9	1	0	34	277	97	27	15
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0
Total	29	331	102	64	9	1	21	659	405	129	30	15

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Observa-se nesta tabela que o número de trabalhadores homens é 135% maior que o de mulheres idosas e que a concentração de trabalhadoras e trabalhadores se dá na faixa de renda entre 1 e 3 salários mínimos. As mulheres

idosas superam os homens idosos na menor faixa de renda, ou seja, na faixa de até um salário mínimo.

O trabalho precário é majoritariamente feminino. [...] é necessário estabelecer relação entre desigualdade no mercado de trabalho, entre mulheres e homens, assim como desigualdades na família e na esfera doméstica (relação de trabalho, de poder, de saber, relações de dominação). (HIRATA, 2010, p. 3).

Em parte, pode-se justificar este fato pela menor participação da mulher no mercado de trabalho em função da “persistência de uma divisão sexual do trabalho que mantém as mulheres em ocupações hierarquicamente inferiores, tanto no mercado de trabalho quanto na família”. (BRUSCHINI, 2008, p. 64). Também o papel reprodutivo da mulher é a “contrapartida necessária ao seu papel secundário” (BRUSCHINI, 2008, p. 64) no mercado de trabalho produtivo.

Para Manuel Castells (1999), as mulheres não estão sendo relegadas a executarem tarefas que exijam menor especialização, mas sim, a executarem tarefas em cargos em que as especializações sejam semelhantes as de seus colegas “em troca de salários menores, com menos segurança no emprego e menores chances de chegar às posições mais elevadas”. (CASTELLS, 1999, p. 200).

A Tabela 4.11 apresenta as idosas e os idosos que estudaram entre a 5ª e a 9ª séries completas do ensino fundamental. O comportamento dos dados é o mesmo da Tabela 4.10, ou seja, maior número de trabalhadores homens e concentração de homens e mulheres nas faixas de remuneração de 1 a 3 salários mínimos. Outra observação a se fazer é o quantitativo maior de mulheres idosas no setor de emprego 7 – Administração Pública.

Em relação ao trabalho dos homens idosos, observa-se a prevalência de setores de emprego dominados historicamente pelos homens, com participação ínfima das mulheres idosas, como por exemplo no setor 2 – Indústria de Transformação, ou ainda, no setor 4 – Construção Civil. São setores que tradicionalmente empregam mais homens.

Refletindo sobre o domínio masculino em alguns setores, alcança-se o pensamento das pesquisadoras Bruschini e Ricoldi.

Tabela 4.11 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade.
Curitiba, 2011

IBGE Setor	Escolaridade = 5ª a 9ª Completo Fundamental											
	Salário Mínimo											
	Idosa						Idoso					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	0	1	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0
2 - Indústria de transformação	1	44	1	2	0	0	3	130	43	22	3	1
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	4	1	0	0	0	1	77	13	9	1	0
4 - Construção Civil	0	6	0	0	0	0	2	274	76	26	6	1
5 - Comércio	10	112	3	0	0	0	3	236	32	12	3	0
6 - Serviços	64	467	41	80	2	0	26	841	218	85	6	0
7 - Administração Pública	1	135	221	55	14	1	1	43	242	153	34	3
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0	5	0	0	0	0	1	12	1	0	0	0
Total	76	774	267	137	16	1	37	1.615	627	308	53	5

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Hoje é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino, procurando romper velhas dicotomias, estará atenta à articulação entre produção e reprodução, assim como às relações sociais de gênero. (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009, p. 96).

E são estas relações sociais de gênero que precisam avançar para um maior equilíbrio entre as atividades da “esfera pública” e da “esfera privada”. As mulheres estão avançando e algumas mudanças podem ser observadas na sociedade, mesmo que incipientes. Já se pode observar, por exemplo, mulheres conduzindo ônibus ou em atividades na construção civil, atividades historicamente masculinas. “A porcentagem de mulheres é ainda pouco significativa, mas com alguma tendência ao crescimento em países tão contrastados como a França ou o Brasil”. (HIRATA, 2010a, p. 47).

A Tabela 4.12 apresenta os dados das pessoas idosas que concluíram o ensino fundamental. Observa-se que o número de trabalhadores é mais que o dobro de trabalhadoras e a concentração ainda se dá nas faixas de menores remunerações.

No setor de emprego 7 – Administração Pública, observa-se que, na faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos, o quantitativo de mulheres idosas é maior que o de homens idosos. Esta análise já foi exposta na Tabela 4.5, com os dados para o

Brasil. São mulheres idosas que exercem suas atividades no Poder Executivo Estadual e no Poder Executivo Municipal.

Tabela 4.12 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade. Curitiba, 2011

IBGE Setor	Escolaridade após 2005 = Fundamental Completo											
	Salário Mínimo											
	Idosa						Idoso					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
2 - Indústria de transformação	2	59	2	1	0	0	3	110	38	17	3	0
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	1	1	0	0	0	0	27	7	5	1	0
4 - Construção Civil	1	2	0	0	2	0	2	229	55	29	9	0
5 - Comércio	7	140	4	5	2	0	6	286	44	19	2	0
6 - Serviços	60	442	36	47	3	0	23	828	135	45	11	0
7 - Administração Pública	2	110	86	37	20	0	2	26	87	79	34	2
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0	2	1	0	0	0	0	12	2	0	0	0
Total	72	756	130	90	27	0	36	1.519	369	194	60	2

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Ainda que haja mais mulheres que homens em algumas faixas de renda na área pública, os desafios ainda são muito grandes e a desigualdade ainda permanece. Observa-se que nas faixas de maior remuneração os homens ainda são a maioria. As profissionais enfrentam dificuldades impostas pelo mercado de trabalho, marcado historicamente por uma cultura machista, e também por várias outras formas de discriminação, exploração e desvalorização de seu trabalho. Elas estão “sujeitas às condições ditadas pelo sistema patriarcal, procurando compatibilizar trabalho e família, e contando com pouca colaboração de seus maridos”. (CASTELLS, 1999, p. 208).

O “valor” – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – do trabalho masculino induz a uma hierarquia social. Valor e hierarquia permanecem imutáveis: o trabalho de um homem pesa mais que o trabalho de uma mulher. (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 113).

Diante disso, é possível afirmar que

A sociedade está pautada em valores nos quais a supremacia do homem é enfatizada. Os papéis pertinentes ao que cabe ao homem e à mulher são repassados pela sociedade pelos mecanismos de transmissão que ela mesma constrói. (GONÇALVES, 2006, p. 69).

E a pesquisadora Gonçalves (2006) continua, ainda em suas reflexões, afirmando que a violência moral no trabalho não é um fenômeno emergente, mas que sempre esteve presente nas relações de trabalho e

Tais ocorrências têm sido evidenciadas na última década, sobretudo devido às exigências do mercado de trabalho oriundas da falta de comunicação entre as pessoas, às pressões por produtividade e à desumanização dos ambientes de trabalho o que gera dificuldades nessas relações. (GONÇALVES, 2006, p. 70).

As restrições e dificuldades enfrentadas pelas mulheres na obtenção de emprego, em razão do gênero, configuram-se em práticas recorrentes e abusivas, como por exemplo, assédio moral, assédio sexual, discriminação na oferta de emprego em relação às mulheres casadas, exigência de exames de gravidez ou de esterilização no momento da contratação, apesar da proibição legal expressa. (YANNOULAS, 2002, p. 18).

Na Tabela 4.13 é possível observar que o comportamento dos dados se dá igualmente aos dados já apresentados anteriormente, mesmo sendo, aqui, o nível de escolaridade mais elevado e, assim, apresentando uma melhor qualificação das trabalhadoras e dos trabalhadores idosos que concluíram o ensino médio.

Na faixa de escolaridade do ensino médio completo é onde está concentrado o maior número de idosas e idosos na cidade de Curitiba. Já a faixa de renda não difere das demais faixas de escolaridade, pois as pessoas idosas estão concentradas nas faixas de renda de 1 a 3 salários mínimos.

Aqui também se repete um quantitativo maior de idosas do que de idosos no setor de emprego 7 – Administração Pública, para as faixas de renda de 1 a 3, de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos.

Tabela 4.13 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade.
Curitiba, 2011

IBGE Setor	Escolaridade após 2005 = Médio Completo											
	Salário Mínimo											
	Idosa						Idoso					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
2 - Indústria de transformação	5	79	10	4	1	0	1	167	58	48	31	11
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	4	1	1	1	1	0	8	14	31	15	0
4 - Construção Civil	1	8	2	0	1	0	8	220	61	40	14	4
5 - Comércio	10	271	22	16	2	0	9	581	105	41	8	4
6 - Serviços	61	496	125	338	21	1	40	947	208	248	49	10
7 - Administração Pública	4	614	493	311	60	12	2	112	178	306	145	16
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0	2	2	2	0	0	0	4	1	1	1	0
Total	81	1.476	655	672	86	14	60	2.041	625	715	263	45

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Para um grande contingente de mulheres trabalhadoras ainda existe a dupla e até a tripla jornada de trabalho, que no âmbito particular lhes impõe o cuidar dos filhos, do marido e das tarefas femininas típicas do sistema patriarcal. E, no âmbito público, lhes impõe enormes diferenças salariais e atividades precarizadas em relação aos homens, conforme afirmado em estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ao longo do ciclo de vida, as mulheres vão acumulando desvantagens que se agravam na idade avançada. A discriminação dupla e até tripla tende a aumentar à medida que a mulher vai envelhecendo. As mulheres são particularmente vulneráveis em virtude da sua maior participação no trabalho não remunerado, mal remunerado, irregular ou da economia informal. Como consequência, muitas não têm direito a qualquer pensão de reforma, e as que têm, frequentemente recebem pensões bastante mais baixas do que as dos homens devido aos seus salários mais baixos e períodos contributivos mais curtos. (OIT, 2008, p. 4).

Cabe ressaltar que é na Administração Pública que as mulheres conseguem as maiores chances de disputarem um posto de trabalho, de forma mais equilibrada e menos discriminatória, pois o acesso se dá por meio de concurso público de provas e títulos, em condições igualitárias de disputa entre homens e mulheres. Vale

lembrar, ainda, que “a administração pública tem sido um empregador tradicional de mulheres” (ONU, 2011, p. 104) e que em muitas das atividades das carreiras de Estado prevalece, historicamente, a presença feminina, como por exemplo, os serviços de atendimento médico, assistência social e educação. Bruschini (1998) corrobora esta conclusão afirmando que “as trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos como o magistério, a enfermagem e o serviço social”. (BRUSCHINI, 1998, P. 30).

Pode-se inferir, portanto, que a marcante presença da mulher na administração pública reproduz, de certa forma, a tradição patriarcal de destinar às mulheres o cuidado aos doentes, crianças e idosos.

A Tabela 4.14 apresenta os dados das pessoas idosas que concluíram o ensino superior. É possível observar que a menor diferença entre a quantidade de idosas e idosos se dá justamente nesta faixa de ensino, com apenas 7% de diferença a maior para os homens. Outro dado de relevo é que os homens idosos estão concentrados nas três maiores faixas de renda, ou seja, ganham entre 5 a 10 salários mínimos, ou entre 10 e 20 ou, ainda, acima de 20 salários mínimos.

Tabela 4.14 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade. Curitiba, 2011

IBGE Setor	Escolaridade após 2005 = Superior Completo											
	Salário Mínimo											
	Idosa						Idoso					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
2 - Indústria de transformação	0	2	3	8	7	0	2	6	12	19	30	52
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	0	2	2	1	0	0	4	4	13	11	37
4 - Construção Civil	0	3	2	3	1	0	0	13	14	13	24	23
5 - Comércio	2	22	5	5	2	0	5	34	19	28	16	12
6 - Serviços	27	138	101	189	184	112	22	163	164	352	500	414
7 - Administração Pública	4	310	1.237	1.313	225	198	6	156	478	550	382	808
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0	0	1	1	0	0	0	0	6	1	3	5
Total	33	475	1.351	1.521	420	311	35	376	697	976	966	1.352

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Já as trabalhadoras idosas, mesmo tendo a escolaridade igual a dos homens, estão concentradas nas faixas intermediárias de renda, ou seja, ganham entre 3 e 5 salários ou entre 5 e 10 salários mínimos.

As mulheres mais velhas que regressam ao mercado de trabalho após um afastamento por diversos motivos, como, por exemplo, a criação dos filhos ou a tentativa de atividade empresarial autônoma, podem necessitar desenvolver novas habilidades ou atualizações profissionais para alcançarem nova colocação ou manterem-se no mercado. A pesquisadora Bruschini (2008) afirma que “Não foram poucos os relatos daquelas que abriram mão de bons empregos, com todos os direitos assegurados, mas com extensas jornadas, para ficar com os filhos pequenos em casa ou para trabalhar em outra atividade, como autônomas”. (BRUSCHINI, 2008, p. 114).

A sustentação da construção histórica, que define as funções masculinas como superiores, permanece sólida à medida em que as mulheres ficam à margem no mercado de trabalho e das relações sociais. Considerando-se, também, a existência de uma bipolarização dos empregos femininos que

de um lado, estabelece-se um pólo constituído por mulheres executivas de profissões intelectuais superiores, categorias que se feminizam (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, assalariadas do ramo da publicidade e da arte, etc.); do outro, mulheres que se mantêm nas ocupações tradicionalmente femininas: funcionárias públicas, da saúde, da educação, dos serviços aos particulares, auxiliares de enfermagem, enfermeiras, professoras primárias, profissionais do home care – que atendem pessoas idosas, doentes, crianças, e que fazem o trabalho doméstico como empregadas, faxineiras, etc. (HIRATA, 2009, p. 30).

Mesmo com a crescente participação feminina no mercado de trabalho, a ascensão a postos melhores qualificados e melhores remunerados ainda está restrita a apenas uma parte do quantitativo de mulheres. É possível que a médio e longo prazo um contingente maior de mulheres tenha acesso a “ocupações e a empregos mais qualificados [e] crie condições para que a segregação ocupacional seja rompida e as desigualdades salariais superadas”. (BRUSCHINI, 1998, p. 30).

A Tabela 4.15 apresenta os dados das pessoas idosas que cursaram pós-graduação, com mestrado e doutorado.

Chama a atenção de imediato nos dados apresentados o número reduzido ou inexistente de trabalhadoras e trabalhadores em todos os setores de emprego.

Tabela 4.15 - Pessoas com 60+ anos, setor de emprego, sexo, faixa de renda e escolaridade.
Curitiba, 2011

IBGE Setor	Escolaridade = Mestrado + Doutorado											
	Salário Mínimo											
	Idosa						Idoso					
	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00	Até 1,00	1,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	Mais de 20,00
1 - Extrativa mineral	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
2 - Indústria de transformação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
4 - Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
5 - Comércio	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
6 - Serviços	4	8	7	20	26	7	11	28	23	44	31	22
7 - Administração Pública	0	3	7	21	4	6	1	0	3	10	13	12
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	4	13	14	42	30	13	12	28	26	57	46	36

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Deve-se considerar o fato de que estas pessoas idosas (coorte) nasceram e estudaram em períodos diferentes do apresentado nos dias atuais. São momentos políticos, culturais e econômicos diferentes nas famílias e na sociedade brasileira. O “ciclo vital que o idoso vivencia hoje é muito diferente do que era vivido há alguns anos” (NUNES; PINA, 2009, p. 88). À medida em que as pessoas vão envelhecendo, novos desafios vão surgindo, particularmente para as mulheres, que, durante o seu ciclo de vida, são mais afetadas pela discriminação e pelo trabalho vulnerável, exercendo, em situações já expostas, atividades não remuneradas, mal remuneradas ou, ainda, porque “trabalham por conta própria no domicílio, seja porque não conseguem emprego no mercado de trabalho, seja porque preferem a atividade domiciliar como estratégia conveniente para conciliar a atividade econômica com as domésticas”. (BRUSCHINI, 1998, p. 14).

Bruschini (1998) acredita que transformações estão acontecendo e são provocadas pela escolarização, cultura, novos padrões demográficos e que

podem ser constatadas nas elevadas taxas de participação das instruídas, no acesso das mais preparadas a cargos de comando, a profissões de prestígio, como a arquitetura, a medicina, a advocacia, a bons empregos nas instituições financeiras e bancárias e a serem proprietárias de negócios no comércio e nos serviços. (BRUSCHINI, 1998, P. 30).

A pesquisadora, ainda neste mesmo estudo, afirma que as

profissões e ramos de atividade que exigem maior escolaridade e qualificação, estão sendo ocupados por mulheres. Vale a pena ressaltar, neste processo, os cargos de gerência e chefia nas empresas, o aumento de empresárias no comércio e na prestação de serviços e algumas das melhores ocupações. (BRUSCHINI, 1998, P. 20).

As dificuldades de acesso a estas melhores ocupações podem ser influenciadas por culturas machistas em empresas tradicionais ou ainda por “uma carga maior: cuidar dos filhos, da família, da casa. E, enquanto esta desvantagem não for superada, dificilmente poderão dedicar-se integralmente à carreira escolhida, galgando seus degraus mais elevados”. (BRUSCHINI, 2004, p. 138).

Na cidade de Curitiba, no ano de 2011, as estatísticas registraram 27.680 pessoas trabalhando no mercado formal, com 60 anos ou mais de idade, sendo 11.175 idosas e 16.505 idosos. Buscando-se maior detalhamento do tipo de empresas e organizações em que estas pessoas estavam exercendo suas atividades, são apresentados os principais ramos de atividade que concentram a força de trabalho de idosas e idosos em Curitiba.

A Tabela 4.16 apresenta as 10 principais naturezas jurídicas de concentração das idosas e dos idosos em Curitiba no ano de 2011.

A primeira metade da tabela apresenta o quantitativo decrescente de mulheres idosas em determinada empresa. Observa-se um total de 4.336 idosas no Poder Executivo Estadual, o que representa 39% das mulheres idosas trabalhando em Curitiba. Seguido de um total de 2.259 idosas na Sociedade por Quota Ltda, representando 20% do total de idosas. As três principais organizações de atuação das idosas representam, juntas, 68% do total de mulheres idosas trabalhadoras.

Os homens idosos, na segunda metade da tabela, estavam em número significativo empregados na Sociedade por Quota Ltda, com 6.623, representando 40% da natureza jurídica de atuação dos idosos homens. A segunda colocação em número de empregados idosos foi registrada no Poder Executivo Estadual, com 1.822 trabalhadores, perfazendo 11% do total do local de atuação dos homens idosos trabalhadores. As três principais organizações de atuação dos idosos representam, juntas, 60% do total de homens idosos trabalhadores.

Tabela 4.16 - Pessoas com 60+ anos, natureza jurídica e sexo.

As 10 maiores concentrações de idosas e idosos em Curitiba, 2011

Natureza Jurídica¹	Idosa	Idoso	Total
Poder Executivo Estadual	4.336	1.822	6.158
Sociedade por Quota Ltda	2.259	6.623	8.882
Poder Executivo Municipal	1.010	642	1.652
Outras Organizações - Associação Privada	812	915	1.727
Autarquia Estadual	771	1.523	2.294
Autarquia Federal	254	438	692
Firma Mercantil Individual	215	368	583
Condomínio Edifícios	201	956	1.157
Poder Legislativo Estadual	166	335	501
Outros Fundação Privada	157	111	268
Sociedade por Quota Ltda	2.259	6.623	8.882
Poder Executivo Estadual	4.336	1.822	6.158
Autarquia Estadual	771	1.523	2.294
Condomínio Edifícios	201	956	1.157
Outras Organizações - Associação Privada	812	915	1.727
SA Fechada	150	847	997
Poder Executivo Municipal	1.010	642	1.652
Autarquia Federal	254	438	692
Poder Executivo Federal	111	416	527
Firma Mercantil Individual	215	368	583

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Nota 1: Nomenclatura definida pela Receita Federal do Brasil.

Tanto para as idosas quanto para os idosos há uma concentração de pessoas em determinadas naturezas jurídicas. Para ambos os sexos mais de 60% estão exercendo atividades em apenas três tipos de natureza jurídica.

Além de conhecer as principais naturezas das atividades das pessoas idosas trabalhadoras, buscou-se detalhar as 10 principais ocupações (CBO) deste grupo em Curitiba, apresentadas na Tabela 4.17.

Na primeira metade da tabela, as idosas aparecem ocupando, majoritariamente, postos de Serviços de Manutenção de Edificações, com 1.116 trabalhadoras, representando 10%, seguindo-se atividades como Inspetoras de Alunos e Afins, com 1.080 mulheres, o que representou 9,7%. As três principais ocupações representaram juntas 29% do total de ocupações das mulheres idosas.

Tabela 4.17 - Pessoas com 60+ anos, Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e sexo.
As 10 maiores ocupações de idosas e idosos em Curitiba, 2011

CBO 2002 Família	Idosa	Idoso	Total
Serviços de manutenção de edificações	1.116	763	1.879
Inspetores de alunos e afins	1.080	151	1.231
Professores do ensino médio	1.013	598	1.611
Escriturários em geral, agentes, assist. e auxiliares administrativos	980	1.222	2.202
Serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouro	690	425	1.115
Programadores, avaliadores e orientadores de ensino	579	42	621
Professores de nível superior do ensino fundam. (primeira a quarta)	526	280	806
Professores nas áreas de língua e literatura do ensino superior	470	94	564
Técnicos e auxiliares de enfermagem	374	31	405
Serviços de administração de edifícios	362	380	742
Porteiros, guardas e vigias	56	1.329	1.385
Escriturários em geral, agentes, assist. e auxiliares administrativos	980	1.222	2.202
Serviços de manutenção de edificações	1.116	763	1.879
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	6	730	736
Professores do ensino médio	1.013	598	1.611
Médicos clínicos	103	565	668
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	242	446	688
Serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouro	690	425	1.115
Supervisores da construção civil	5	408	413
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	3	394	397

Fonte: MTE - RAIS - 2013. Elaboração própria. (MTE, 2013).

Os homens idosos eram 1.329 Porteiros, Guardas e Vigias, representando 8%, seguidos pelos Escriturários em Geral, com 1.222 trabalhadores, o que representou 7,40%. As três principais ocupações dos homens idosos representaram, juntas, 20% das ocupações exercidas por eles.

Observa-se que as idosas estão um pouco mais concentradas em determinadas ocupações que os idosos. As três principais ocupações das idosas representaram quase 30%, enquanto as três principais ocupações dos idosos representam 20%, demonstrando que os homens idosos exercem atividades em ocupações mais diversificadas que as mulheres idosas.

Este detalhamento propicia uma visão mais ampla e, ao mesmo tempo, particularizada das atividades exercidas pelas pessoas idosas em Curitiba.

4.8 CONSIDERAÇÕES

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida de comparação usada para classificar os países pelo seu grau de "Desenvolvimento Humano", elaborado pelas Nações Unidas (ONU). Para analisar os dados sobre emprego e desemprego em diversos países, foi utilizado o resultado mundial referentes ao ano de 2011 do IDH. A seleção dos países teve como escopo apresentar os melhores e os piores índices, bem como delimitar o volume de países a serem analisados. Para formar a base de dados para análise do continente Africano foram capturados 3.083 registros; do continente Americano foram extraídos 7.368 registros; do continente Asiático foram extraídos 6.714 registros; do continente Europeu foram selecionados e capturados 10.556 registros e da Oceania foram selecionados e extraídos 878 registros.

Analisaram-se as estatísticas do trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com recorte pela idade das trabalhadoras e trabalhadores idosos para os 13 países selecionados dos 5 Continentes, conforme o critério próprio adotado e já abordado anteriormente.

Para o Brasil, os dados analisados foram do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), extraídos da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com recorte pela idade e rendimento das trabalhadoras e trabalhadores idosos. A concentração maior de trabalhadoras e trabalhadores idosos está na faixa salarial de 1,01 a 3,00 salários mínimos, perfazendo 53,14% do total de pessoas idosas que estavam trabalhando no Brasil em 2011.

Verificando-se os dados do Estado do Paraná, Região Metropolitana de Curitiba e o Município de Curitiba, observa-se que a concentração de idosos se dá nas faixas de menores remunerações, sendo as mulheres idosas predominantes na faixa de renda de até um salário mínimo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como eu o disse um dia com o assentimento de todos, é evidente que uma velhice reduzida a defender sua própria causa seria lastimável. Os cabelos brancos e as rugas não conferem, por si sós, uma súbita respeitabilidade. Esta é sempre a recompensa de um passado exemplar. (CÍCERO, 2006, p. 50).

Este estudo objetivou analisar a inserção das mulheres idosas e dos homens idosos no mercado de trabalho internacional e nacional. Buscou-se, também, analisar os quantitativos de empregados e desempregados em diversos países, incluindo o Brasil. Pretendeu-se, ainda, identificar e observar analiticamente em que ramos de atividade, em que cargos estas pessoas atuam, e como se configura sua participação no mercado na cidade de Curitiba, sob a ótica da divisão sexual do trabalho.

O estudo foi introduzido pelos conceitos e definições teóricos do processo de envelhecimento de uma população. Concluiu-se que tal processo é muito mais amplo e complexo que o mero transcurso de anos, uma vez que altera significativamente, e em vários segmentos, a vida do indivíduo, a estrutura da família e de toda a sociedade. Observou-se que o envelhecimento pode ser considerado sob diversos aspectos, cada um deles sob a ótica de uma ou mais ciências.

O preconceito em relação aos idosos funciona como em qualquer outro tipo de intolerância, atribuindo-lhes rótulos, tais como “improdutivos, lentos, incompetentes, desatualizados”, características estas extremamente indesejáveis para o mercado produtivo. Constata-se que a fase mais avançada da vida, conhecida como velhice, é uma terminologia imprecisa, de difícil definição e limites em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social, uma vez que são diversas as características que acabam por determinar quem é considerado idoso, conforme o arcabouço cultural de cada sociedade.

Atualmente as pessoas podem chegar aos 60, 70, 80 anos ou mais, devido à associação de fatores, como a redução da mortalidade, redução da fecundidade e da migração, evolução da tecnologia em saúde e investimento na erradicação de doenças, que acabam por influenciar no envelhecimento populacional, traduzindo-se no aumento da expectativa de vida. Expectativa esta que, para o Brasil, já projeta um aumento da população idosa masculina superior ao aumento da população idosa

feminina (Gráfico 2.2). Apesar deste crescimento, entretanto, as mulheres idosas permanecerão como maioria, algo em torno de 9 milhões a mais que homens idosos em 2050, justificando, em parte, o fenômeno da feminização da velhice.

O aumento da expectativa de vida vem ocasionando maior representatividade e participação de mulheres idosas em diversas atividades na sociedade, inclusive no mercado de trabalho. Independentemente de classe social, há, hoje, maior presença feminina neste mercado, principalmente em relação a tarefas antes destinadas, culturalmente, aos homens. Tal constatação, cada vez mais acentuada, permite realidades outrora incompatíveis com o universo feminino, como, por exemplo, o fato de tornarem-se chefes de família, possuírem maior escolaridade, melhores empregos e remunerações, e até mesmo exercerem novas profissões.

Parte significativa das mulheres idosas de hoje, contudo, não logrou, durante a juventude e a idade adulta, a escolaridade que lhes permitiria trilhar as sendas da ascensão social, por meio da ocupação de postos de trabalho dignos e bem remunerados. A consequência é a situação socioeconômica precária em que esta parcela populacional vive, contribuindo para o registro de altos índices de pobreza nas faixas etárias superiores aos 60 anos. Faz-se premente, portanto, a necessidade de oferecer-se trabalho digno e igualdade de condições para mulheres e homens em qualquer faixa etária, haja vista que as formas de inserção no mundo do trabalho variam segundo o gênero, não pelas diferenças naturais fisiológicas entre homens e mulheres, mas pelas relações culturais, sociais e econômicas que designam diferentes condições de acesso ao mercado.

Cabe lembrar que a bipolarização do trabalho feminino apresenta, de um lado, mulheres estabilizadas profissionalmente, atuando em atividades intelectualizadas, com melhores condições e remunerações, e, de outro, mulheres que se mantêm em ocupações consideradas pouco qualificadas, precarizadas, com baixa remuneração. Outro agravante da precarização é que, com o passar dos anos e o aumento da idade do trabalhador, ocorre redução sensível no número de contratações pelas empresas.

Embora inúmeras transformações e conquistas estejam em curso com a presença das mulheres no mercado de trabalho, ainda há fortes estigmas estabelecidos pelas relações de poder e hierarquia entre homens e mulheres, reveladas em diferenças salariais, valorização do trabalho masculino em detrimento

do feminino, entre outras.

Estas desigualdades continuam sendo detectadas também nas idades mais avançadas, atingindo, sobretudo, homens e mulheres que desenvolvem atividades precarizadas. Tais desigualdades expressam-se na ausência de registros em carteira profissional, nas relações informais de compra e venda de bens ou serviços, limitação temporal na contratação, jornada em tempo parcial ou executada em domicílio.

Grande número de idosos tem plena capacidade de continuar desenvolvendo suas atividades laborais, mantendo seus empregos de maneira satisfatória, postergando a aposentadoria. Outrossim, muitas trabalhadoras e trabalhadores já aposentados retornam ao mercado de trabalho, buscando um complemento de rendimentos mensais através de atividades remuneradas.

Na análise da participação das pessoas idosas no mercado de trabalho em diferentes países foram selecionados 13 países baseados no seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). São aproximadamente 85 milhões de idosas e idosos no mercado de trabalho mundial, e quase 1,6 milhão de pessoas idosas desempregadas.

Na análise da participação das pessoas idosas no mercado de trabalho formal no Brasil foram utilizados dados provenientes da RAIS com recorte pela idade, sexo, rendimento e grau de instrução das trabalhadoras e trabalhadores idosos. Na observação dos dados brasileiros, deduziu-se que a situação das mulheres brasileiras é a mesma de diversos outros países, onde seu quantitativo e expectativa de vida são maiores que dos homens. Contudo, observa-se um número maior de homens no mercado de trabalho, demonstrando, assim, a desproporcionalidade de gênero neste mercado.

Identificaram-se as principais naturezas jurídicas e ocupações das pessoas idosas no mercado de trabalho formal na cidade de Curitiba. Foram selecionados os dados das 10 principais naturezas jurídicas e as 10 principais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO).

Constatou-se que a concentração de idosas por natureza jurídica de empresa está no serviço “Poder Executivo Estadual”, com pouco mais de 4.000 idosas. A principal ocupação das idosas, porém, está registrada nos “Serviços de manutenção de edificações”, com pouco mais de 1.000 trabalhadoras. Os homens idosos no mercado de trabalho da Cidade de Curitiba, por outro lado, exercem, em

sua maioria, atividades nas empresas de natureza jurídica “Sociedade por Quota Ltda”, com aproximadamente 6.600 trabalhadores. A principal ocupação deste grupo, todavia, está concentrada nas atividades de “Porteiros, guardas e vigias”, com pouco mais de 1.300 trabalhadores idosos exercendo estas funções. As três principais ocupações das idosas representaram quase 30%, enquanto as três principais ocupações dos idosos representam 20% do total dos idosos em atividade formal.

Tanto na cidade de Curitiba quanto em âmbito nacional, os homens idosos predominam em quase todas as áreas analisadas e em quase todas as faixas salariais. As mulheres idosas concentram-se nas faixas de menor remuneração, com até um salário mínimo mensal, alcançando, por outro lado, bom desenvolvimento de carreira e oportunidades na Administração Pública, uma vez que o acesso se dá por concurso público, inibindo, assim, atos discriminatórios em suas contratações. Ainda assim, os salários mais significativos na Administração Pública são concedidos aos homens idosos, mesmo que disponham do mesmo nível de formação das mulheres idosas.

Sugere-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas no sentido de conhecer, de forma qualitativa, detalhes da vida das idosas e dos idosos presentes no mercado de trabalho formal brasileiro, pois algumas profissões, antes de domínio masculino, vêm se feminizando ano a ano, seja na medicina, advocacia, magistratura, arquitetura, engenharia, dentre tantas outras áreas, muitas delas caminhando a passos largos rumo à equidade de gênero.

Propõem-se, também, estudos sobre conceitos e aplicações práticas da Gerontecnologia, ciência relacionada às questões dinâmicas de concepção de tecnologia empregada em produtos e técnicas que proporcionem um envelhecimento com qualidade de vida para as pessoas idosas.

Embora este estudo tenha mantido seu foco na esfera quantitativa, algumas ilações, fundamentadas nestes números, são manifestamente sugeridas. Concluiu-se, por exemplo, que a diferença do IDH entre a Noruega, que está na primeira posição, para a Nigéria, que está em última, é de 214,14%. Esta diferença significativa permite inferir que há muito a ser feito em diversos países, principalmente pelos menos desenvolvidos, no sentido de maior igualdade na distribuição de riquezas e tecnologias, oportunidades na esfera educacional, igualdade para as mulheres, enfim, políticas nacionais e internacionais que possibilitem mitigar ou eliminar as diferenças discriminatórias e construir sociedades

mais planejadas sob o ponto de vista da equidade e da justiça social.

Deseja-se que, de algum modo, esta pesquisa contribua para as discussões interdisciplinares acerca do mundo do trabalho de idosas e idosos, encadeadas aos debates sobre a divisão sexual do trabalho, trazendo, desta forma, novos cenários e paradigmas para que a vida em sociedade possa estruturar-se, de maneira perene, em valores de igualdade, justiça e fraternidade.

REFERÊNCIAS

BEE, Helen. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRACARENSE, Paulo Afonso. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. 288 p.

BRASIL. **Portal Brasil**. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/previdencia>>. Acesso em: ago. 2013.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil. 1998.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea B. **Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX**. Cadernos de Pesquisa, v.34, n.121, p. 105-138, jan./abr. 2004.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2008.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. **Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda**. Cadernos de pesquisa, v. 39, n. 136, p. 93-123, jan./abr. 2009.

CAMARANO, Ana A.; KANSO, Solange; MELLO, Julia L.; PASINATO, Maria T. **FAMÍLIAS: ESPAÇO DE COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS E VULNERABILIDADES**. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Os novos idosos brasileiros muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 137-167.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Denise. **Saída do mercado de trabalho: qual é a idade?** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Rio de Janeiro, v. 1, 2012, p. 19-28.

CASTELLS, Manuel. **O fim do patriarcalismo**: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: O Poder da identidade. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 169-278.

CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Centauro, 2005.

CBO/MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego**. 2013. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>>. Acesso em: ago. 2013.

CÍCERO, Marco Túlio. **Saber envelhecer e A amizade**. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L & PM, 2006.

COSTA, Cláudia de Lima. **O leito de procusto**: gênero, linguagem e as teorias femininas. Cadernos Pagu, Campinas, v. 2, 1994. p. 141-174.

COSTA, Maria da C. N. et al. **Mortalidade infantil no Brasil em períodos recentes da crise econômica**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 37, n. 6, p. 699-706, 2003.

DATASUS. Ministério da Saúde / DATASUS - **Departamento de Informática do SUS**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>. Acesso em: jan. 2013.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Sistema PED**. Metodologia utilizada. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

ERIKSON, Erik H. **Childhood and Society**. 2 ed. New York: Norton, 1963.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo, UNESP, 1997.

FRATCZAK, Ewa. **Population aging in Poland**: selected aspects. International Institute on Aging (United Nations – Malta). INIA/CICRED, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores.** In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: CUT, 2005. Disponível em <http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto_cia_vatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf>. Acesso em: maio 2012.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Rita C. **A Trajetória Laboral de Homens e Mulheres no Processo de Desligamento das Relações de Trabalho pela Aposentadoria.** 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GUERRA, Ana Carolina Lima Cavaletti; CALDAS, Célia Pereira. **Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento:** a percepção do sujeito idoso. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.15, n.6, p. 2931-2940, 2010.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho.** *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, 2002, p. 139-156.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **A Divisão sexual do trabalho revisitada.** In: Hirata, Helena; Maruani, Margaret. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.* São Paulo: SENAC, 2003, p. 111-123.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Paradigmas sociológicos e categoria de gênero.** Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, n. 1, p. 39-50, jun. 2008.

HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº. 21, jan/jun. 2009, p. 24-41.

HIRATA, Helena. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, n. 11, 2º Semestre de 2010.

HIRATA, Helena. **Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia**. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Brasília, ano 1, p. 45-49, dezembro/2010a.

HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (org.). Trabalho, precarização e resistências. Caderno CRH, Salvador, n. 01, v. 24, p.13-20, 2011.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução e perspectivas da mortalidade Infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao_perspectivas_mortalidade/evolucao_mortalidade.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa mensal de emprego**. Série relatórios metodológicos. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 23, 2. ed., 2007.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade**. Revisão 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: maio 2012.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculox/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2012.

JORDÃO NETTO, A. **Gerontologia Básica**. São Paulo: Lemos, 1997.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz R. **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, vol. 21, n. 3, p. 200-210, 1987.

KALACHE, Alexandre. **Envelhecimento no contexto mundial a perspectiva da Organização mundial da Saúde**. In: Anais do Seminário Internacional de Envelhecimento Populacional: uma agenda para o final do século. Brasília (DF), 1996.

KONG, T. K. **Dr. Marjory Warren: the mother off geriatrics**. Journal of the Hong Kong Geriatrics Society, vol. 10, n. 2, p. 102-105, jul. 2000.

LOPES, Andrea. **A sociedade brasileira de geriatria e gerontologia e os desafios da gerontologia no Brasil**. 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2000.

LUKÁCS, Georg. **O Trabalho**. In. A Ontologia do Ser Social. Tradução: Prof. Ivo Tonet (UFAL), a partir do texto Il Lavoro, primeiro capítulo do segundo tomo de Per uma Ontologia dell'Essere Sociale. Roma: Editori Riuniti, 1981.

MARTINS, Maria C.; ALMEIDA, Márcia F. de. **Fecundidade e diferenciais intra-urbanos de desenvolvimento humano, São Paulo, Brasil, 1997**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 35, n. 5, 2001. p. 421-427.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, Livro Primeiro, Parte 3. Disponível em: < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>>. Acesso em: dez. 2013.

MORAES, Maria C. M. “A teoria tem consequências”: indagações sobre o conhecimento no campo da educação. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>>. Acesso em: fev. 2013.

MEULDERS, Danièle. A flexibilidade na Europa. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: Homens e Mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003. p.273-283.

NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas: Papyrus, 1993.

NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade.** São Paulo (SP): Ed Fundação Perseu Abramo, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia.** 3.ed. Campinas: Alínea, 2008.

NERI, Anita Liberalesso. **Desafios ao bem-estar físico e psicológico enfrentados por idosos cuidadores no contexto da família:** Dados do FIBRA Campinas. In A. A. Camarano (Org.), Cuidados de longa duração para a população idosa: Um novo risco social a ser assumido? (p. 303-336). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2010.

NICOLA, Pietro de. **Geriatrics.** Alda Ribeiro (Trad.). Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1986.

NOGUEIRA, Eliete J. **Rede de relações sociais:** um estudo transversal com homens e mulheres pertencentes a três grupos etários. 2001. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2001.

NUNES, Jerônimo C.; PINA, Selma N. **O ciclo vital do idoso na família contemporânea:** uma visão sistêmica. In: Anais da 8 Jornada de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento Humano na Amazônia / Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social. – Belém: SENECTUS; UNITERCI; EDUFPA, 2009. 130 p.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Direitos, Empregos e Segurança Social:** uma nova visão para mulheres e homens mais velhos. 2008. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/gender_october.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Gender equality at the heart of decent work.** Report VI, International Labour Conference, 98th. Session (Genebra). 2009.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). International Labour Organization (ILO). **ILOSTAT Database**, 2013. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilostat/faces/home/statisticaldata>>. Acesso em: fev. 2013.

OIT BRASIL (Organização Internacional do Trabalho). **Escritório no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em: ago. 2013.

OIT/MTE. Brasil, gênero e raça. **Todos unidos pela igualdade de oportunidades.** Discriminação: teoria e prática. Programa Nacional de Direitos Humanos, Programa de Cooperação Técnica MTE/OIT, Brasília: OIT, 1998.

OIT/MTE. **Referencial de Planejamento - Diversidade e Educação Profissional.** 1 ed. - Brasília: OIT, 2002.

ONU (Organização das Nações Unidas). United Nation, Madrid - **II International Plan of Action on Aging**, New York, NY, USA, 2002.

ONU (Organização das Nações Unidas). United Nations. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2011). **World Population Prospects: The 2010 Revision**, CD-ROM Edition.

ONU (Organização das Nações Unidas). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PAPALÉO NETTO, Matheus. **O estudo da velhice no século XX:** histórico, definição do campo e termos básicos. In: Freitas E. et al, (org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 2-12.

PAPALÉO NETTO, Matheus. **Tratado de Gerontologia.** 2ª. Edição. Editora Atheneu, 2006.

PAPALÉO NETTO, Matheus et al. **Biologia e Teoria do Envelhecimento.** In Papaléo Netto, Matheus; *Tratado de Gerontologia.* 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2007. p. 85-103.

PASCHOAL, S. M. P. **Epidemiologia do envelhecimento.** In: Papaléo Netto, Matheus (org.). *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada.* São Paulo: Atheneu, 1996. p. 26-43.

PATROCÍNIO, Wanda P. **Trabalhador idoso.** In: NERI, Anita Liberalesso (org.). *Palavras-chave em Gerontologia.* 3 ed. Campinas: Alínea, 2008. p. 204-207.

PEIXOTO, Clarice E.; CLAVAIROLLE, Françoise. **Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

PERES, Marcos A. C. **Trabalho, idade e exclusão – a cultura organizacional e as imagens sobre o envelhecimento**. 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Anexo estatístico 2011**. The Human Development Index (HDI). Nova Iorque, 2011.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**. The Human Development Index (HDI). Nova Iorque, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: jan. 2013.

PRADO, Tânia M. B. **Participação: um estudo sobre idosos**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=851>>. Acesso em: ago. 2013a.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=23>>. Acesso em: ago. 2013b.

RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Criação, destruição e realocação de empregos: conceitos e medidas**. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1_conceitosmedidas.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

RIPSA. Rede Integrada de Informações para a Saúde. **24ª Oficina de Trabalho Interagencial (OIT) da RIPSA - 2012**. Disponível em: <http://www.eco.ripsa.org.br/tiki-list_file_gallery.php?galleryId=118>. Acesso em: jan. 2013.

RODRIGUES, Nara C.; RAUTH, Jussara; TERRA, Newton L. **Gerontologia social para idosos**. 2 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

SALGADO, Marcelo A. **Envelhecimento, um desafio para a sociedade**. Revista do SESC a Terceira Idade. São Paulo: Ano 1, n. 1, 1988.

SALGADO, Carmen D. S. **Mulher Idosa: a feminização da velhice.** Est. Interdiscipl. Envelhec., UFRGS, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SANTOS, Silvana S. C. **Gerontologia e os pressupostos de Edgar Morin.** Rio de Janeiro : UERJ; UnATI, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **História das Mulheres.** In BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº. 2, jul./dez. 1995.

SILVESTRE, Antonio Luís. **Análise de dados e estatística descritiva.** São Paulo: Escolar, 2007. 352 p.

SINGER, Paul. **A precarização é causa do desemprego.** Folha de São Paulo, São Paulo, 10 dez. 1995. C2, p. 2.

STANCKI, Nanci. **Divisão sexual do trabalho: a sua constante reprodução.** São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_nancistancki.pdf>. Acesso em: dez, 2012.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Committing to child survival: a promise renewed.** United Nations Children's Fund (UNICEF), September 2012. Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/media_24202.htm>. Acesso em: jan. 2013.

VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz R.; KALACHE, Alexandre. **Crescimento da população no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade.** Ver. Saúde Pública, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 225-233, 1987.

VERAS, Renato P. **País jovem de cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

VERAS, Renato P. **Desafios e conquistas advindas da longevidade da população: o setor saúde e as suas necessárias transformações.** In: Veras, Renato P. (org.). Velhice numa Perspectiva de Futuro Saudável. Rio de Janeiro: UNATI/UERJ, 2001.

VERAS, Renato P. **A longevidade, a população, desafios e conquistas**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 75, p. 05-18, 2003.

VERÍSSIMO, Ramiro. **Desenvolvimento psicossocial (Erik Erikson)**. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 2002.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

WILMOTH, J. R. **The future of human longevity: a demographer's perspective**. Science, n. 280, p. 395-397, 1998.

WHO (World Health Organization). **Health statistics and health information systems**. Disponível em: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/index.html>>. Acesso em: dez. 2012.

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e emprego: uma perspectiva histórica**. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-05.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

YANNOULAS, Silvia C. **Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional**. In: VOGEL, Amo (org.). **Trabalhando com a diversidade no PLANFOR: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais**. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO do Brasil, 2001.

YANNOULAS, Silvia C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

ZENI, Lúcia Andréia Zanette Ramos. **A influência do envelhecimento e das condições de trabalho no comportamento alimentar e na capacidade de trabalho de trabalhadores idosos**. 2004. 218 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2004.